

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Raphael Pereira Marques

Território em ebulição:

Periferia, cultura e memória no noroeste paulistano de Perus

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO
2021



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Raphael Pereira Marques

Território em ebulição:

Periferia, cultura e memória no noroeste paulistano de Perus

Dissertação a ser apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Prof^a. Dr^a Dirce Harue Ueno Koga.

SÃO PAULO

2021

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Dissertação de Mestrado por processos de fotocopiadora ou eletrônicos:

Assinatura _____

Data _____

e-mail _____

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

M357 Marques, Raphael Pereira
Território em ebulição: Periferia, cultura e
memória no noroeste paulistano de Perus. / Raphael
Pereira Marques. -- São Paulo: [s.n.], 2021.
162p. il. ; 30 cm.

Orientador: Dirce Harue Ueno Koga.
Dissertação (Mestrado)-- Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós
Graduados em Serviço Social.

1. Território. 2. Periferia. 3. Movimentos
sociais. 4. Memória. I. Koga, Dirce Harue Ueno. II.
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social.
III. Título.

CDD

Raphael Pereira Marques

Território em ebulição: Periferia, cultura e memória no noroeste paulistano de Perus

Dissertação a ser apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Prof^a. Dr^a Dirce Harue Ueno Koga.

Aprovado em: __/__/____

Banca Examinadora:

*Em memória de José Soró e Sebastião Silva, seu “Tião” Queixada, sujeitos
extraordinários da cidade de São Paulo, ainda vivos na memória de suas
quebradas.*

O presente trabalho foi realizado com financiamento do Conselho Nacional de
Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Número do processo: 130241/2019-9

AGRADECIMENTOS

Nestes anos de construção dessa dissertação de mestrado, embora o trabalho por vezes tenha se parecido solitário, jamais estive sozinho nesse processo. Foram apoios, conversas, discussões, debates, trocas e partilhas de vivências e conhecimentos, que coletivamente foram sedimentando os grãos para a sua formação. Um grande salve para todos que participaram dessa trajetória e deixaram a sua contribuição, do seu modo, neste trabalho.

Aos meus familiares, meus pais Ismar e Letícia, minha avó Rosalina, minha irmã Amanda, minha prima Vanessa e ao meu sobrinho Otto, membro mais novo de nossa família, que sempre próximos, apesar da distância entre Rio e São Paulo de alguns, deram as bases sólidas e a força para que este desenvolvimento da dissertação. A eles, todo o meu amor.

Ao meus amigos-irmãos de longa data e que me acompanham desde a adolescência, embora agora também separados pela rodovia Dutra, Rogério, José Augusto, João Paulo, Lucca, Gabriel e Amadeu, muito obrigado pelas experiências de vida compartilhada, pelas risadas, noitadas e muito amadurecimento coletivo nestes últimos anos. É tudo nosso!

Aos meus amigos que foram grandes tesouros que encontrei em São Paulo, Alan, Tiago e Mariana, sem dúvida não haveria nem metade deste caminho até aqui se não fosse pelo entrelaçar dos nossos caminhos.

À minha amiga Monique de acolhidas sempre calorosas e conversas tão profundas, ao nível da alma, que assim que terminam já deixam saudades.

À minha parceira que vim encontrar após anos de distanciamento, depois de pensar que não seria possível ter tantos sentimentos assim, Renata, não tenho como lhe agradecer pelo seu companheirismo e todo apoio neste trabalho, assim como conforto dado em momentos de desânimo, ou correria nas revisões de última hora. Sem dúvida, você foi fundamental neste processo.

Ao Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da PUC-SP, muito obrigado pelas vivências proporcionadas presencialmente durante pouco mais de um ano e, posteriormente, à distância, como poucos de nós estavam

acostumados e tivemos todos que nos reinventar juntos. Nesta comemoração dos 50 anos de existência do Programa, lhe desejo vida longa!

À minha orientadora Dirce que sempre com gentileza e simpatia, por mais adverso que fosse o momento, se solidarizava com as questões individuais e coletivas de seus orientandos, compartilhando de sua vasta experiência.

Às professoras Carola e Mariangela. a primeira, uma quase coorientadora que sempre se dispôs para conversas e trocas sobre a pesquisa nas caronas e no trajeto de volta até o bairro que moramos, sem contar nas pausas para o café no intervalo das aulas, quando ainda estávamos presencialmente, a segunda nos apoiou neste caminho, sobretudo, no que se diz a possibilidade da experiência de dupla diplomação que acabou se confirmando, mesmo em um momento bastante controverso para o intercâmbio acadêmico.

À Andreia que sempre prestou com muita disposição toda a orientação necessária relativa aos processos do Programa e da PUC-SP, assim como a gestão de documentos para que fosse possível o desenvolvimento desta dissertação e da minha própria formação.

Aos colegas Rodrigo, Selma, Mariana, Thaís, além de todos os membros do Núcleo de Estudos “Cidades e Territórios”, entre muitos outros que compartilharam de debates em sala de aula no Programa de Pós Graduação da PUC-SP, ou então, fora dela em seus intervalos, congressos, seminários, etc. muito obrigado por toda colaboração neste percurso!

Aos sujeitos políticos interlocutores dessa pesquisa, atores dos movimentos sociais das periferias que hoje fazem efervescer o noroeste paulistano de Perus, como é o caso do Sindicato dos Queixadas, da Comunidade Cultural Quilombaque, da Associação de Aposentados de Perus, pessoas como Sidinei, Regina, Fofão, Prof. Euler, não tenho palavras para agradecer toda gentileza de partilhar um pedaço dessas experiências e vivências de Perus. A todos eles muita União e Firmeza Permanente!

REMERCIEMENTS

A l'Université Grenoble Alpes je tiens à remercier l'Université Grenoble Alpes pour l'opportunité de se rapprocher de sa production académique, de ses ressources, même si l'imprévu pandémie a rendu impossible le contact en face à face avec les professeurs, les étudiants, les universitaires. communauté et la région grenobloise dans son ensemble.

Aux professeurs Bruno Lamotte et Valérie Fargeon, qui ont relevé le défi de partager des connaissances avec deux étudiants brésiliens étrangers touchés par l'imprévu d'une pandémie sans précédent après le processus d'admission. Pour toute la contribution en matériel, les discussions virtuelles et la patience avec les besoins qui ont surgi en raison de la distance, vous étiez essentiel pour que cette expérience internationale soit possible.

Au professeur Malik Allan pour sa gentillesse et sa sympathie et pour avoir partagé le contenu détaillé sur le fonctionnement et les approches possibles des politiques publiques.

Au professeur Emanuelle Puissant, qui s'est réunie pratiquement chaque fois que nécessaire pour clarifier les différences entre le scénario de l'économie sociale et solidaire au Brésil et en France.

A mon amie Sabrina, qui s'est également aventurée dans cette expérience ardue, avec de nombreuses rencontres de travail, cours et conversations en français, cependant, une expérience très précieuse qui transformera notre vision du monde et de toute expérience internationale.

RESUMO

A presente dissertação tem como proposta analisar determinadas relações que são estabelecidas nas periferias da cidade de São Paulo entre seus moradores, movimentos sociais – com destaque, mais recentemente, para os coletivos no campo da cultura – e as memórias que fazem parte dos seus territórios. A partir da participação da pesquisa e do pesquisador com sujeitos políticos de distintas gerações do noroeste paulistano de Perus, partilhando vivências e conhecimentos, procuramos entender como é relacionada, significada e mobilizada a memória deste território, considerando as “rugosidades” que o marcaram, como é o caso da memória de sua luta operária. É necessária a compreensão de que, no contexto urbano, as narrativas em torno da memória dos territórios periféricos tendem a ser desconsideradas e invisibilizadas, diante da narrativa hegemônica sobre a memória da cidade, dominada pelo processo produtivo. No entanto, experiências como as de Perus e do noroeste de São Paulo, assim como de outros movimentos sociais das periferias da cidade, têm estabelecido diferentes relações com a memória de seus territórios, das lutas e dos lutos que ali existiram. Sendo assim, é possível que sejam criadas outras ações e significados diversos no que tange a essa memória social periférica, tornando-a, por exemplo, instrumento de mobilização, ação política e desenvolvimento territorial a partir do seu patrimônio cultural.

Palavras-chaves: Território; Periferia; Movimentos sociais; Cultura; Memória.

ABSTRACT

The present dissertation proposes to analyze certain relations that are established in the peripheries of the city of São Paulo between its residents, social movements - with emphasis, more recently, for collectives in the field of culture - and the memories that are part of their territories. From the participation of the research and the researcher with political subjects from different generations in the northwest of Perus, sharing experiences and knowledge, we seek to understand how the memory of this territory is related, signified and mobilized, considering the "roughness" that marked it, as this is the case of the memory of their workers' struggle. It is necessary to understand that, in the urban context, narratives around the memory of peripheral territories tend to be disregarded and made invisible, given the hegemonic narrative about the memory of the city, dominated by the productive process. However, experiences such as those in Perus and northwestern São Paulo, as well as other social movements on the outskirts of the city, have established different relationships with the memory of their territories, of the struggles and mournings that existed there. Thus, it is possible that other actions and different meanings are created with regard to this peripheral social memory, making it, for example, an instrument of mobilization, political action and territorial development based on its cultural heritage.

Keywords: Territory; Peripheries; Social movements; Culture; Memory.

RÉSUMÉ

La présente thèse se propose d'analyser certaines relations qui s'établissent dans les périphéries de la ville de São Paulo entre ses habitants, les mouvements sociaux - en insistant, plus récemment, pour les collectifs dans le domaine de la culture - et les mémoires qui font partie de leurs territoires. . Sur la base de la participation de la recherche et du chercheur avec des sujets politiques de différentes générations dans le nord-ouest de São Paulo à Perus, en partageant des expériences et des connaissances, nous cherchons à comprendre comment la mémoire de ce territoire est liée, signifiée et mobilisée, compte tenu de la « rugosité » qui l'ont marqué, comme c'est le cas du souvenir de sa lutte ouvrière. Il faut comprendre que, dans le contexte urbain, les récits autour de la mémoire des territoires périphériques ont tendance à être méconnus et rendus invisibles, compte tenu du récit hégémonique de la mémoire de la ville, dominé par le processus de production. Cependant, des expériences telles que celles de Perus et du nord-ouest de São Paulo, ainsi que d'autres mouvements sociaux à la périphérie de la ville, ont établi des relations différentes avec la mémoire de leurs territoires, les luttes et les deuils qui y existaient. Ainsi, il est possible que d'autres actions et significations différentes se créent à l'égard de cette mémoire sociale périphérique, en faisant par exemple un instrument de mobilisation, d'action politique et de développement territorial basé sur son patrimoine culturel.

Mots-clés: Territoire; Banlieue; Mouvements sociaux; Culture; Mémoire.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa das Subprefeituras da cidade de São Paulo.....	Pg.55
Figura 2 – Mapa da Renda média familiar da cidade de São Paulo.....	Pg. 56
Figura 3 – Mapa da distribuição de serviços públicos municipais na subprefeitura de Perus, região noroeste de São Paulo.....	Pg. 59
Figura 4 – Pico do Jaraguá, referência para a geolocalização de povos indígenas há séculos e hoje terreno de conflitos fundiários entre empreiteiras e aldeias.....	Pg. 61
Figura 5 – Estação férrea de Perus após a sua inauguração;.....	Pg. 64
Figura 6 – Extração de cal no bairro do Gato Preto, em Cajamar (1910-1920).....	Pg. 70
Figura 7 – Imagem da fábrica da “Cimento Perus”, como era chamada a Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus.....	Pg. 72
Figura 8 – Imagem o centro do bairro de Perus, próximo a linha do trem, por volta dos anos 1950.....	Pg. 74
Figura 9 – Partida de futebol entre trabalhadores da Cimento Perus.....	Pg. 75
Figura 10 – Imagem de operários na fábrica da CBCPP.....	Pg. 76
Figura 11 – Imagem da Vila Triângulo.....	Pg. 82
Figura 12 – Imagem da parte mais nova do centro de Perus, por volta dos anos 1960.....	Pg. 84
Figura 13 – Imagem do Conjunto Recanto dos Humildes representando a alta verticalização de barracos no local.....	Pg. 86
Figura 14 – Imagem do patrimônio da fábrica Cimento Perus, atualmente abandonado e sob as mãos do capital especulativo.....	Pg. 99
Figura 15 – Cena 1 do calçadão de Perus.....	Pg. 105
Figura 16 – Cena 2 do calçadão de Perus.....	Pg. 106
Figura 17 – Cena 3 do calçadão de Perus.....	Pg. 107
Figura 18 – Imagem de exemplar de um pequeno texto da Frente Nacional de	

Trabalhadores em memória de Mário Carvalho de Jesus.....	Pg. 119
Figura 19 – Piquete de mulheres Queixadas em Cajamar em 1962.....	Pg. 121
Figura 20 – Protesto de trabalhadores e trabalhadoras Queixadas contra as políticas sobre o preço do Cimento mantidas pela nova gestão da CBCPP... ..	Pg.123
Figura 21 – Manifestação de trabalhadores da CBCPP de Perus e Cajamar, mais conhecidos por “Queixadas”, no centro de São Paulo contra a gestão de J.J Abdalla.....	Pg. 125
Figura 22 – Protesto de trabalhadores cimenteiros da Cimento Perus no centro de São Paulo contra a gestão de J.J Abdalla.....	Pg. 126
Figura 23 – Imagem de quadro no Sindicato dos Queixadas, alusivo a luta da classe trabalhadora.....	Pg. 128
Figura 24 – Imagem do ato “Ferve Território” realizado no Centro Cultural da Juventude (CCJ) na Vila Nova Cachoeirinha.....	Pg. 131
Figura 25 – Roda do evento promovido pela Comunidade Cultural Quilombaque em celebração do Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha.....	Pg. 135
Figura 26 – Imagem de um dos espaços do galpão da Comunidade Cultural Quilombaque.....	Pg. 136
Figura 27 – Folder da disciplina TICP, ministrada pelo Prof. Euler Sandeville Júnior.....	Pg. 137
Figura 28. Mapa elaborado pelos movimentos sociais de Perus com alguma das referências do Museu Tekoa Jopo’i.....	Pg. 138

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
 CAPÍTULO I - A PESQUISA COMO TRAJETÓRIA, EXPERIÊNCIA E PARTICIPAÇÃO A PARTIR DO TERRITÓRIO.....	25
1.1 Os caminhos da pesquisa e da experiência a partir de Perus.....	26
1.2 A interdisciplinaridade da trajetória e da pesquisa	34
1.3 Contribuições ao longo do percurso a partir do Serviço Social	37
1.4 Metodologia: A pesquisa participante e a participação do pesquisador.....	42
 CAPÍTULO II - PERIFERIA, CULTURA E MEMÓRIA: O NOROESTE PAULISTANO DE PERUS EM EBULIÇÃO.....	52
2.1 Perus e o noroeste paulistano: Representações oficiais, indicadores e sua inserção na divisão político-administrativa da cidade.....	52
2.2 A formação do noroeste paulistano de Perus: Fronteiras de territórios indígenas, rurais-minerários e suburbanos	60
2.3 Perus e a região noroeste: Contemporaneidade periférica e novos personagens políticos no campo da cultura.....	77
2.4 A memória social e sua relação com o território	96
 CAPÍTULO III - TERRITÓRIOS DE VIVÊNCIAS: EXPERIÊNCIAS COTIDIANAS E ESTRATÉGIAS DE LUTA A PARTIR DA MEMÓRIA.....	104
3.1 Território de vivências e a escala do cotidiano	107
3.2 A “Não Violência”: Resistência e memória da luta operária	114
3.3 “União e Firmeza Permanente”: Perus, um território em movimento entre a luta e o luto.....	129
3.4 A “Sevirologia” e o desenvolvimento territorial a partir da memória social e do patrimônio cultural.....	133
 CONCLUSÃO.....	143
 REFERÊNCIAS.....	157

INTRODUÇÃO

De acordo com uma recomendação que recebi certa vez, devemos deixar sempre que possível a redação da introdução de nossos trabalhos e textos acadêmicos para o seu final. Me causou estranheza a primeira vez que ouvi essa sugestão, afinal, escrever o início por último me parecia uma contradição. Além disso, pensar em não ter uma introdução imediata para o texto da dissertação, me trazia certo receio de não partir de uma base para a escrita do trabalho. Mas foi com a finalização desse que percebi que a tarefa de introduzir o leitor a toda uma trajetória de pesquisa pode ser mais bem realizada quando já percorremos esse caminho. Isso porque já passamos pelos seus desvios, conhecemos seus atalhos, enfim, adquirimos familiaridade com nosso próprio percurso de pesquisa.

Todavia, a incumbência de levar para o texto toda uma narrativa das vivências investigativas que se deram em quase dois anos e meio de trabalho árduo, cheio de imprevistos¹, percalços, revelações, deslocamentos de perspectiva, acúmulos e partilhas de conhecimento, me soava como uma tarefa demasiadamente audaciosa quando pensava a seu respeito. De fato, é um ideal intangível, pois, somente aquele que vivenciou todo este percurso poderá senti-lo em sua integridade. É possível apenas narrar parte daquilo que se passou. O todo de uma pesquisa jamais poderá ser extraído inteiramente do pesquisador, em todas as suas afetações, inclusive, das transformações que causa a ele próprio. Nesse sentido, o objetivo deste texto foi se aproximar de uma narrativa mais fidedigna em relação à realidade vivida da pesquisa, mas sabendo da impossibilidade de fazê-la em sua perfeição e que precisamos reconhecer isto.

Começamos, então, com a construção do trabalho em seu estado bruto, imperfeito, e com tempo, fomos lapidando-o, ao passo em que o processo e a matéria de trabalho foram se tornando mais maleáveis e suscetíveis às reflexões do pesquisador. Uma verdadeira tarefa de artesanato intelectual, como tratou

¹ Faço aqui destaque ao cenário da pandemia da COVID-19 que se apresentou ainda em 2020, início do segundo ano deste trabalho, e que modificou completamente nossos cotidianos de vida em uma escala jamais vista anteriormente. Com ela houve implicações sociais gravíssimas e o aprofundamento um contexto de crise do capital, em que a população, sobretudo, das periferias, foi mais uma vez largada ao desalento. Como não podia deixar de ser, essa pesquisa também sofreu seus impactos em sua construção seja da ordem objetiva da realização de uma investigação neste contexto, seja da ordem subjetiva do autor, com seus impactos e afetações.

Charles W. Mills (MILLS, 1982, p. 211). Tudo isto, para que fosse possível apresentar com mais clareza aos estudiosos, pesquisadores e demais interessados, a estrutura e os resultados da investigação, estabelecendo uma relação entre o esperado e o que de fato foi encontrado e refletido ao longo desta trajetória de pesquisa.

Concentramos nossos esforços nesta investigação sobre a necessidade de compreender determinadas relações que vêm sendo estabelecidas nas periferias da cidade de São Paulo, mais especificamente, por sujeitos políticos, como é o caso dos movimentos sociais de periferia, e as memórias que fazem parte de seus territórios. Compreendemos que a memória das cidades, em especial, das cidades brasileiras, é fortemente dominada pelo seu processo produtivo e, em boa medida, também destrutivo para o seu patrimônio cultural. Dessa forma, em geral, as memórias acerca dos territórios periféricos da cidade, sob esta perspectiva, são narradas pela veia da carência e da necessidade, quando não da ausência absoluta, como se a população periférica não fosse possível de formar eventos que deixem marcas na memória de seus territórios.

Nesse sentido, nosso interesse foi analisar as ações e significados que, mais recentemente, vêm sendo atribuídos a essa memória social dos territórios periféricos da cidade de São Paulo – que também integra o patrimônio cultural desses lugares – por novos, mas também velhos personagens da cena política das periferias. Para compreender essas novas relações estabelecidas em torno da memória periférica, era necessário entender esse conjunto de sujeitos políticos que entraram em cena nas últimas décadas, como é o caso dos movimentos de cultura das periferias. Para refletirmos sobre a mobilização da memória desses territórios, por sua vez, era necessário igualmente entender as rugosidades que esses mesmos territórios carregam e que se sedimentaram no espaço ao longo do tempo.

Foram sucessivos os movimentos nesta pesquisa para desvelarmos essas camadas de discussões sobre o tema e, assim, desenvolvermos esse trabalho tal como está estruturado. As colaborações advindas das discussões proporcionadas por espaços dentro e fora da universidade também foram importantíssimas para essa elaboração. O conhecimento adquirido nas disciplinas e debates com professores, colegas e sujeitos de pesquisa,

proporcionaram novas reflexões, ideias, pensamentos, assim como, levaram à novas tomadas de decisões quanto aos rumos da pesquisa. Foi a partir dessa articulação entre o conhecimento formal e informal que foi possível polir e dar forma àquilo que aparecia, de certo modo, indefinido.

Estes movimentos de deciframento da realidade a ser pesquisada foram tão cruciais para o produto que ora apresentamos, que seus percursos se transformaram em insumos para consubstanciar um capítulo de contextualização da própria pesquisa e do processo de pesquisar. Sendo assim, apresentamos o capítulo I em que descrevemos o caminho percorrido até a configuração deste trabalho de mestrado, com a chegada do autor ao tema, objeto e objetivos da investigação após diversas inflexões, principalmente, advindas da experiência do trabalho profissional na política de Assistência Social na cidade de São Paulo, mais especificamente, em suas periferias. Foi exposto no ponto 1.1 que a relação entre “acesso a direitos” e “territórios” me colocava diversos questionamentos quando acompanhava vivências no dia a dia de sujeitos moradores das periferias na luta por seus direitos, muitos deles, formalmente garantidos pela legislação.

Além disso, descrevemos também o importante papel da interdisciplinaridade na sua complementariedade de conhecimentos, o que não significa necessariamente excluir as fronteiras entre as diversas disciplinas, mas estabelecer possíveis interlocuções sobre os mesmos objetos de análise, complementando e aprofundando o conhecimento sobre determinado tema. Foi isto que abordei ainda no primeiro capítulo, a partir do ponto 1.2, no qual descrevemos essa contribuição interdisciplinar e sua influência para o estudo, assim como para a mudança do olhar do autor sobre as observações feitas e as informações que foram sendo levantadas. Ressaltamos o entrelaçamento de diversos saberes, do Direito ao Serviço Social, mas também da Sociologia e Antropologia, da Geografia e dos estudos urbanos, que estiveram presentes como referências neste trabalho.

Em seguida, apresentamos no ponto 1.3 algumas das contribuições advindas mais especificamente do campo do Serviço Social, no acúmulo de suas referências fazendo com que fosse possível estabelecer novas conexões com as discussões apresentadas nessa pesquisa, sobretudo, em sua dimensão ético-

política. Foi assim que apresentamos algumas das primeiras problematizações sobre a memória social e a produção de narrativas em torno da mesma sobre a cidade e seus territórios periféricos, diante do processo sóciohistórico da formação capitalista das cidades e as suas implicações para o espaço urbano com o tempo.

Partindo para na seção 1.4 desta dissertação, narramos como foi o percurso realizado para se chegar à opção metodológica do trabalho, que implicou na mudança do papel sujeito pesquisador para sujeito pesquisador-participante e que o definiu a própria investigação em boa medida. Tratou-se de uma mudança de perspectiva fundamental, não só para a continuidade do trabalho, mas para a formação do pesquisador. A compreensão da necessidade de se estabelecer outras relações possíveis entre os espaços tradicionais de produção de conhecimento, tal como a universidade e seus programas de Pós-Graduação, e os territórios com os quais parte considerável das pesquisas sociais se debruçam, é fundamental para a transformação do olhar acadêmico e profissional que foi se desenhando.

Devo, contudo, fazer algumas ressalvas. Trata-se de um trabalho iniciante, não apenas pela ainda curta trajetória acadêmica deste autor, mas pelas próprias condições objetivas para o desenvolvimento da investigação, como a limitação de tempo do próprio mestrado, associada à necessidade de aliar a pesquisa com as demandas cotidianas de sobrevivência física, intelectual e emocional em tempos pandêmicos que se apresentaram. Certamente, estes determinantes da realidade implicariam em mais tempo do que é exigido para a construção da sua dissertação. Ou seja, trata-se uma pesquisa consciente de que não atingiu seu fim no momento da apresentação do trabalho final desta dissertação.

Além disso, a pesquisa participante, como veremos, requer um tempo mais longo para sua realização, fazendo com que as contribuições entre pesquisador e sujeitos participantes da pesquisa (e vice-versa) possam se dar em um processo mais gradual e qualitativo de partilha entre saberes. A jornada participativa, portanto, só está começando neste trabalho e seus achados não têm pretensão de verdade absoluta. No mais, podem ser vistos como ganhos teóricos e práticos sobre o tema, mas que devem ser colocados horizontalmente

com outros achados de estudos, pesquisas e de outras formas de construção e acúmulo do conhecimento.

Dessa maneira, seguimos adentrando na investigação a partir do capítulo II em sua análise sobre as representações do território do noroeste paulistano de Perus, seus indicadores contemporâneos primeiramente no ponto 2.1, continuando com a sua formação histórica e social, assim como das experiências e dinâmicas sociais do território que mais recentemente vêm entrelaçando sua memória social e atividade cultural e política que vem efervescendo em seu chão. Trata-se também de um capítulo fundamental desse trabalho, no qual, a partir de levantamento bibliográfico específico sobre o território, analisamos com o arcabouço teórico metodológico o seu desenvolvimento até a atualidade, estabelecendo um diálogo de forma horizontal com uma pluralidade de autores.

No que se diz à seção 2.2 do mesmo capítulo, procuramos apresentar parte da formação do território e dos traços que lhe deixariam heranças nas chamadas rugosidades, como definiu Milton Santos (SANTOS, 2006). São algumas das características que o marcam e que vão deixando as suas formações e deformações ao longo do tempo. Embora seja possível hoje – e, mais comum – tratar do território de Perus e do noroeste da cidade de São Paulo como “periferia”, o território mantém aspectos ainda daquele subúrbio operário, das pausas do trabalho para confraternização entre os trabalhadores, das moradias caracterizadas por suas hortas, jardins e presença de galinheiros, das caças comumente realizadas na região, assim como das lutas sociais da classe trabalhadora operária católica do subúrbio que teriam, até mesmo, impacto sobre a organização da classe trabalhadora no plano político nacional.

Em relação ao ponto 2.3, nos aprofundamos na formação mais contemporânea do noroeste paulistano de Perus até a sua síntese periférica que é hoje, destacando os diversos discursos que se formaram sobre as “periferias” da cidade desde os anos 60, sob diferentes preponderâncias de atores e perspectivas. Da perspectiva acadêmica à preponderância periférica dos próprios moradores desses territórios que passaram a se reconhecer como “sujeitos periféricos”, descrevemos esse deslocamento que passou em grande medida pela atividade cultural desses mesmos lugares a partir dos anos 90,

diante de coletivos que começaram a se capilarizar nas periferias da cidade, tal como observou Tiaraju D'Andrea (D'ANDREA, 2013).

Continuando, no item 2.4, mais especificamente, nos dedicamos a compreensão da formação da memória social desses territórios e de suas implicações nas mobilizações possíveis em torno da memória social. Foi necessário compreender à qual memória é esta a que estamos nos referindo quando a tratamos coletivamente. A memória, então, torna-se instrumento mobilizador do território e catalisador de processos e dinâmicas que caminham, sobretudo, em um sentido contra hegemônico, desconsiderando a voracidade do capital e seu desprezo pela contemplação do passado.

Diante desse cenário, prosseguimos para as reflexões que foram levantadas da observação e da participação direta do pesquisador na pesquisa, sobretudo, em meio aos sujeitos políticos e movimentos sociais com os quais dialogamos nessa investigação, adentrando na escala do cotidiano desses sujeitos e do território. É a partir desse momento que adentramos para o último capítulo da dissertação, trabalhando o conceito de territórios de vivência, tal como desenvolveu Dirce Koga (KOGA, 2011), ao aprofundar a lente dos estudos territoriais sobre a escala do cotidiano das vivências dos moradores de determinado território, em seus conflitos diários, relações de solidariedade e de luta que se estabelecem na perspectiva de todo o dia. São traduções de nossas práticas cotidianas no espaço e na configuração de um território cotidiano de vivências, a partir delas, que procuramos conceituar ainda na seção 3.1

Assim, procuramos nos aprofundar ainda no capítulo III na dimensão do cotidiano ao analisar as expressões das lutas por direitos de sujeitos políticos e movimentos sociais de Perus e do noroeste paulistano. Essa escala foi fundamental para a compreensão de significados que foram se formando no interior da experiência cotidiana desses mesmos movimentos, como é o caso da “Não Violência” e a resistência operária, na qual nos debruçamos na seção 3.2 deste trabalho. Nesta parte, nos aprofundamos na dimensão cotidiana da resistência do movimento operário dos Queixadas e suas greves históricas, assim como de novas gerações que resistem pela conservação da memória das lutas dos trabalhadores que tiveram lugar naquele território.

É dessa forma também que avançamos para a “União e Firmeza Permanente”, em que tratamos na seção 3.3, ao destacar a memória das lutas, mas também dos lutos que marcam o território. Destacamos como este lema se expressa no cotidiano dos sujeitos políticos e movimentos interlocutores dessa pesquisa, em meio aos lutos vivenciados pelos mesmos e a perda de sujeitos essenciais, “pessoas extraordinárias”, como disse Hobsbawn (HOBSEBAWN, 2016), para a sua constituição. É o caso da mobilização em torno da memória de figuras centrais para o território, como José Soró e Tião Queixada aos quais dedico este trabalho também em memória.

Finalmente, procuramos descrever na seção 3.4 deste trabalho, como a “Sevirologia” dos coletivos de cultura do território – constituídos em sua maioria por jovens moradores da periferia – tem encontrado meios possíveis, com os escassos recursos que possuem, para tornar esta memória um patrimônio cultural e instrumento de potência, de geração de emprego, de desenvolvimento de uma economia mais solidária e sustentável para o território. Hoje esta sevirologia está também baseada na continuidade das memórias de antigos movimentos sociais, pautas e reivindicações, dada pelos atuais coletivos de cultura.

Foram muitas inserções em campo no período pré-pandêmico, observações, diálogos e ao todo 4 entrevistas realizadas, sendo 2 delas não diretivas e 2 semiestruturadas, além de participações em eventos, atividades e reuniões dos movimentos sociais com os quais partilhamos as experiências do noroeste paulistano de Perus que estão representadas neste trabalho. Estes sujeitos políticos presentes na pesquisa são aqueles principalmente hoje ligados à mobilização da memória social do território, em torno das suas diversas expressões, seja da memória operária, da memória indígena, da memória da tragédia da ditadura militar, e dos sujeitos que passaram por aquele lugar e deixaram suas contribuições fundamentais. Resultados dessas trocas com interlocutores participantes da pesquisa fazem parte do trabalho e são frutos desse processo de partilha do conhecimento diante da escolha metodológica feita neste trabalho.

Desse modo, exponho os objetivos dessa investigação, entre gerais e específicos, sendo eles:

Objetivo geral:

- Compreender as dinâmicas que ocorrem nas periferias das cidades entre sujeitos políticos, movimentos sociais e a memória de seus territórios de vivência, contribuindo com eles no entendimento de suas ações e no avanço de suas lutas.

Objetivos específicos:

- Estudar e pesquisar os nexos existentes entre “memória”, “território” e “direitos” a partir das ações e significados que sujeitos políticos vêm estabelecendo no noroeste paulistano de Perus;
- Participar do processo de construção do conhecimento em curso no território, colaborando com esses sujeitos políticos através do retorno gradual da investigação e do compartilhamento de técnicas e conhecimentos acumulados;
- Difundir os saberes e as práticas encontradas na investigação por meio de comunicações acadêmico-científicas, mas também fora desses espaços, publicizando a experiência do noroeste paulistano de Perus.

Vale ressaltar, nesse momento, que a pesquisa participante tem compromissos políticos, práticos e, naturalmente, com a própria construção e acúmulo do conhecimento. Políticos pela sua dimensão ética associada aos processos comunitários e populares, em geral, da classe trabalhadora, com vista à sua emancipação. Nos primeiros, está o desejo de colaborar para o equacionamento de desafios da realidade, principalmente, da realidade cotidiana das comunidades periféricas e movimentos populares com os quais a pesquisa dialoga. Em outras palavras, a pesquisa participante implica em um compromisso com o objetivo de se constituir em uma atividade transformadora da realidade. No que concerne aos objetivos de conhecimento, a busca da investigação está também no acúmulo de saberes, científicos ou não científicos, formais ou informais, que pelo seu caráter qualitativo de olhar sobre a concretude da realidade requer a participação direta de sujeitos, como propõe a metodologia.

Espera-se com base nesses objetivos contribuir com mais ações e olhares sobre as experiências dos sujeitos em seu território em relação à memória desse, sem intenções, tal como mencionado anteriormente, de se esgotar o tema e a própria pesquisa na dissertação. É sabido também, que no âmbito de um mestrado acadêmico faz-se necessário o desenvolvimento da pesquisa a partir de um ponto de vista horizontal sobre os assuntos ali abordados, acumulando os estudos já desenvolvidos e outros que estão em progresso. Finalmente, a proposta deste trabalho é somar-se ao processo de construção coletiva de conhecimento já em curso no território, e agregar mais teoria e prática por meio do tema tratado no trabalho.

Esta pesquisa se alinha, enfim, aos objetivos do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social (PEPGSS) da PUC-SP na medida em que se coaduna com as propostas de análise sobre a formação sociohistórica da sociedade brasileira, observado o conhecimento do processo social como totalidade, tanto em suas determinações gerais, como em suas expressões e particularidades, tal como especifica o olhar do Serviço Social no Brasil. No âmbito do PEPGSS, insere-se na grande área de concentração 2, “Política Social”, ao se orientar para o estudo e pesquisa sobre os movimentos sociais e seus modos de organização na esfera pública. Por fim, se detém sobre os movimentos sociais urbanos inerentes à compreensão das políticas públicas que se desenvolvem e/ou que se pretendem desenvolver nas cidades.

CAPÍTULO I – A PESQUISA COMO TRAJETÓRIA, EXPERIÊNCIA E PARTICIPAÇÃO A PARTIR DE PERUS

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar e anunciar a novidade.

Trecho da obra *Pedagogia da Autonomia*, de Paulo Freire

Este trabalho tem o propósito de ser uma dissertação de mestrado, mas poderia também ser chamado por “relato de experiência”. As decisões de pesquisa tomadas ao longo de sua construção e os resultados obtidos são frutos exatamente do percurso desta “experiência”. É essa substância viva da trajetória, aliada à formação e aos fundamentos teórico-metodológicos acumulados nesse caminho, que torna possível esta investigação. São como retratos de uma viagem. Sim, uma viagem², como aquelas com roteiro para um destino longínquo. Roteiro esse que, por mais rigoroso que seja, estará sempre suscetível aos acontecimentos e desvios de seu percurso.

Dessa forma, o roteiro desta viagem foi sendo traçado às vezes de maneira incerta, errante, mas repleta de descobertas, cenários, paisagens, vivências e, essencialmente, experiência. Essa, segundo Jorge Larossa Bondía, é “aquilo que ‘nos passa’, ou que nos toca, ou que nos acontece, e ao nos passar nos forma e nos transforma. Somente o sujeito da experiência está, portanto, aberto à sua própria transformação”. (BONDÍA, 2002, p.26). Importante ressaltar mais uma vez aqui este papel do pesquisador como “sujeito da experiência” de pesquisa, isto é, embora determinados percursos dessa viagem a tenham tido como protagonistas sujeitos e sujeitas da investigação, enquanto interlocutores e participantes³ dessa, também me tornava sujeito da pesquisa, à medida em

² Permito-me nesse momento de fazer alusão a inspiradora sobre a pesquisa enquanto metáfora da viagem, de Octávio Ianni (IANNI, 2003).

³ Preceito importante que foi sendo acumulado ao longo da realização desse estudo, a participação. Além da perspectiva ter sido adotada como metodologia, foi uma dimensão ética apreendida por este pesquisador ao longo da sua formação e que trato em seções específicas dessa dissertação, mais a frente.

que as trocas vivenciadas com os interlocutores me tocavam, formando e transformando minhas próprias percepções, emoções, ideias.

Todo este processo vivenciado enquanto “sujeito da experiência” é que mobilizou a construção do presente capítulo: a pesquisa como trajetória, experiência e participação, que passaram a marcar definitivamente os próprios rumos do processo de investigação, ao mesmo tempo, configuravam o seu sentido. Processo de idas e vindas, altos e baixos, momentos de êxtase e desânimo, que ainda contou no meio do caminho com uma pandemia. Como lembra Jorge Larossa, mais uma vez, o “sujeito da experiência”

(...) é um sujeito alcançado, tombado, derrubado. Não um sujeito que permanece sempre em pé, ereto, erguido e seguro de si mesmo; não um sujeito que alcança aquilo que se propõe ou que se apodera daquilo que quer; não um sujeito definido por seus sucessos ou por seus poderes, mas um sujeito que perde seus poderes precisamente porque aquilo de que faz experiência dele se apodera. Em contrapartida, o sujeito da experiência é também um sujeito sofredor, padecente, receptivo, aceitante, interpelado, submetido. Seu contrário, o sujeito incapaz de experiência, seria um sujeito firme, forte, impávido, inatingível, erguido, anestesiado, apático, autodeterminado, definido por seu saber, por seu poder e por sua vontade. (BONDÍA, 2002, p. 25)

A seguir, seguem registro dos percursos da viagem, transformadas em aprendizagens, desde os caminhos da pesquisa, a importância da interdisciplinaridade e, finalmente, a pesquisa participante e a participação do pesquisador. Todos esses elementos reforçam o inacabamento do sujeito pesquisador que, ao longo da experiência de pesquisa, se transforma. Como afirma Paulo Freire: “Na verdade, o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento.” (FREIRE, 1996, p. 22). Com isso espero trazer ao leitor desse trabalho, os caminhos desta pesquisa e de sua experiência.

1.1 Os caminhos da pesquisa e da experiência a partir do território

Meu início de percurso no mestrado acadêmico em Serviço Social na PUC-SP se deu a partir de problematizações enfrentadas no cotidiano profissional, que frequentemente me colocava em crise de ideias. Falo aqui da interseção entre as concepções de “acesso a direitos” e “territórios”. Há alguns anos venho trabalhando nas periferias da cidade de São Paulo, mais especificamente, em serviços socioassistenciais pertencentes à política municipal de Assistência

Social, onde deparei-me com situações que tensionavam minha formação jurídica e os conceitos até então apreendidos acerca do Direito.

Primeiramente, devo dizer que minha formação na área do Direito – e acredito não se tratar de um caso isolado – foi marcada por uma cultura jurídica predominantemente dogmática, sob o manto da chamada “doutrina do Direito” ou “doutrina jurídica”. Trata-se de uma perspectiva que em boa medida reproduz discursos endógenos ao próprio mundo jurídico, sem aplicação prática na vida, sobretudo, quando desprezava a dinâmica social da realidade. Felizmente, existiram e ainda existem aqueles que incitam o questionamento desta cultura, tal como colocou Lyra Filho (1980), ao lembrar que “o equívoco está obviamente na redução do direito a simples produto estatal, legislado ou consuetudinário”. (LYRA FILHO, 1980, pg. 38)⁴. O trabalho profissional me demonstraria que a teia de relações em torno da experiência real dos direitos são muito mais complexas do que sua idealização no plano abstrato das leis.

Ao me encontrar enquanto trabalhador da base de uma política pública, tal como a Política de Assistência Social no município de São Paulo, obtive ganhos relevantes com relação à experiência, sobretudo, da vida cotidiana das periferias da cidade, embora não seja esta uma associação trivial. Em 2016, comecei a trabalhar em associações comunitárias e ONGs parceiras do poder público municipal paulistano no segmento socioassistencial. Primeiramente, com adolescentes submetidos ao cumprimento de medidas socioeducativas pelo Poder Judiciário nas periferias da cidade. Pela primeira vez, para além de relatórios processuais do judiciário, me encontrei diante da realidade precária da vida de muitos adolescentes e suas famílias nas periferias paulistanas. Adolescentes submetidos às medidas do ECA, em sua grande maioria negros e pobres e, em regra, com passagens por medidas de internação na Fundação Casa⁵. No limite, viviam a realidade do genocídio da juventude negra e periférica, que já não era para mim mais um dado, ou, frase de efeito de um discurso

⁴ É necessário avançar em direção a este Direito vivido, esse Direito que não se confere somente pela mera legislação, jurisprudência ou qualquer outra fonte formal das relações jurídicas, insuficiente para descrever a complexidade da teia de relações sociais do mundo dos direitos.

⁵ Instituição pública vinculada ao Governo do Estado de São Paulo responsável pela execução de medidas socioeducativas de internação e semi-internação à adolescentes, submetidas pelo Poder Judiciário.

político, senão o próprio cenário que presenciava cotidianamente em meu trabalho profissional⁶.

A possibilidade de me colocar diante do cotidiano vivido de territórios periféricos e atuar em políticas sociais neles presentes foi uma posição importante para essa investigação acadêmica, o que tornou possível a aliança entre a teoria e a prática, entre a experiência e a crítica, muito característico das investigações no âmbito do Serviço Social (BAPTISTA, 2006). Isto não faz com que a pesquisa acadêmica perca seu caráter científico, pelo contrário, demonstra como questões que surgem no cotidiano profissional podem ser trabalhadas na sua dimensão teórico-prática. Além disso, trata-se de uma posição privilegiada não somente no aspecto da observação, mas da inquietação quanto as possibilidades transformadoras dessa realidade a partir de um projeto ético-político construído coletivamente⁷.

Nesse sentido, recordo-me de situações recorrentes enquanto me encontrava em serviços de medidas socioeducativas que colocavam em tensão a igualdade jurídica formal do “acesso a direitos”. Por exemplo, quando o direito à educação de adolescentes com histórico infracional era consideravelmente limitado em decorrência do estigma da sanção que carregavam em seus corpos. Da matrícula escolar à sua presença frequente em sala de aula, surgiam enormes obstáculos neste caminho pelo simples fato de o adolescente estar submetido à Liberdade Assistida ou em cumprimento Prestação de Serviço à Comunidade⁸. Eram chamados de “LA”. Conselhos Tutelares diferenciavam suas intervenções em determinados casos quando tomavam conhecimento do registro judiciário de um adolescente, podendo ser mais rigorosos com seus comportamentos desviantes, ou então, negligentes em suas violações de

⁶ O distrito de São Rafael, na zona leste, no qual permaneci durante determinado período de tempo, mantinha altas taxas de homicídios em relação a este público. Gabriel “Abacaxi”, Douglas Rafael, Natan, e tantos outros que se foram em um relativamente curto período de tempo que estive em São Rafael. Quantas vezes chorei, em meu retorno para casa, lembrando da convivência e do aprendizado que tive com esses jovens.

⁷ Faço referência aqui ao projeto ético político profissional construído pelo Serviço Social brasileiro ao longo de sua trajetória histórica de formação.

⁸ Ambas tratam-se de medidas socioeducativas em meio aberto, tal como define o art. do ECA. A sigla “LA” utilizada para fazer referência à “Liberdade Assistida” é comumente também usada para fazer referência àqueles adolescentes que se encontram em cumprimento de qualquer medida socioeducativa e que imediatamente são associados à perfis problemáticos.

direitos. Isto consideravelmente se alterava quando a família desses adolescentes pertencia à mesma comunidade religiosa que os membros do Conselho Tutelar, o que lhe tornava um espaço de referência para a família. São apenas alguns exemplos dessas dinâmicas que tomavam conta dos espaços de trabalho profissional pelos quais passei neste período.

Anos mais tarde, após trabalhar com adolescentes e jovens submetidos às medidas socioeducativas, continuei a orbitar pelas periferias de São Paulo, desta vez, em serviços de proteção social com públicos ainda mais diversos, porém, em situações de desproteção, muitas vezes, similares. Em 2018 passei, então, a trabalhar como advogado em um serviço da rede socioassistencial do município de São Paulo, o Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico, conhecido pela sua sigla, NPJ. Mais especificamente, atuava nos distritos de Perus e Anhanguera. O NPJ Perus, como era conhecido, compartilhava seu espaço com o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) local, responsável por receber grandes demandas do território em questões relacionadas à violações de direitos e à violência contra crianças e adolescentes, mulheres, pessoas com deficiência, pessoas idosas, para citar alguns exemplos.

Foi assim que iniciei minha inserção no território de Perus e passaria aos poucos conhecê-lo mais substancialmente, assim como o seu entorno do noroeste paulistano. As figurações que os moradores faziam de seus próprios territórios opondo a relação periferia-centro, eram de chamar a atenção. Situações de violência que eram resolvidas por intermédio de membros do PCC⁹, tendo todo o conflito se passado sem interferência de qualquer órgão policial ou judiciário que seja, se desenrolar no território. Conflitos habitacionais quase sempre intermediados por associações comunitárias, movimentos sem-teto, que se propunham a regularização fundiária e à disputa pela propriedade. Uma verdadeira infinidade de mecanismos de gestão de conflitos dos mais variados. Essa heterogeneidade não se trata propriamente de uma novidade nas dinâmicas das periferias, inclusive sobre alguns de seus funcionamentos às margens do formal e, por vezes, da legalidade, porém, apresentavam

⁹ Para uma compreensão maior acerca desta organização e de suas dinâmicas atuais nas periferias da cidade, vide Feltran (2018).

determinados traços contemporâneos que mereciam mais atenção para serem mais bem compreendidos.

Segundo Veena Das e Deborah Poole (2008), o que configura estas situações cotidianas no universo da gestão dos conflitos entre agentes e agenciamentos nos “territórios de vivencia” e “à margem do Estado”, não significa a ausência deste Estado, pelo contrário, se faz justamente pela sua presença enquanto protagonista. Nos territórios de vivencia as tecnologias de escrita do Estado são utilizadas como forma de governança, de marca do seu poder.

Assim, se o signo escrito se desprende do contexto por causa dos aspectos contraditórios de sua legibilidade e iterabilidade, isso significa que, uma vez que o Estado institui formas de governança por meio de tecnologias de escrita, ele simultaneamente institui as possibilidades de falsificação, imitação e as performances miméticas de seu poder. Isso, por sua vez, traz todo o domínio de equívocos e desculpas por parte do Estado para o âmbito do público. Uma das observações metodológicas que se segue disso é que, para estudar o Estado, precisamos deslocar o olhar dos lugares óbvios em que se espera que o poder resida para as margens e recessos da vida cotidiana em que tais equívocos se tornam observáveis. (DAS, 2020)

Esse desassossego que se acumulava em torno das vivências que obtive no âmbito do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) trabalhando com adolescentes e jovens que estavam em cumprimento de medidas socioeducativas, assim como no próprio Sistema Único de Assistência Social (SUAS), pareciam elásticas, sendo por vezes, destoante da representação que se faz pelos apegados à institucionalidade. Não eram raras as tramas individuais, familiares e comunitárias que se encaminhavam para o informal, quando não do ilegal e do ilícito, e terminavam, ou não, nessas mesmas instâncias, fora do ambiente judiciário e institucional, “à margem do Estado”.

Essas características advinham também das transformações provocadas pela difusão do neoliberalismo na vida social, desmontaram também determinados conceitos acerca do estatal e do público como antes entendidos, da noção de direitos, do terceiro setor prestador de serviços públicos, envolvendo os circuitos de mercado e os grandes equipamentos de consumos,

agências internacionais de financiamento, os ilegalismos que também perpassam as relações, além dos tradicionais fatores de pobreza, desemprego e violência, que acabam por tensionar as fronteiras da cidade e de suas margens (FELTRAN, 2011). São renovadas expressões da “questão social” na cidade e, com isso, da própria “questão urbana”.

Daniel Hirata (2010), à medida do aprofundamento de sua pesquisa de campo focada na vivência de “sobreviver na adversidade”, descobria novas faces desse espaço “à margem”, surpreendendo-se com a presença do Estado.

Conforme as entrevistas e o trabalho de campo foram se desenvolvendo, o repertório de práticas foi se tornando mais amplo, mas talvez, mais importante que isto, outras questões de pesquisa puderam ser exploradas de forma mais sistemática. Ao mesmo tempo que compreendíamos a maneira pela qual os diversos negócios funcionavam internamente, percebíamos que uma dimensão fundamental para compreender esta economia eram as formas de regulação extralegis. Como uma economia que funcionava fora das regras dos mercados formais era organizada? Curioso e cheio de consequência foi o fato de não encontrarmos nestas formas de regulação uma ausência do Estado ou formas paralelas de economia no sentido de uma intersecção entre o mundo oficial e extra oficial. (HIRATA, 2010, p. 17)

No momento da formação do projeto desta pesquisa foi concebido um plano voltado para esse estudo acerca dos nexos existentes entre “acesso a direitos” e “territórios” e as relações que as experiências de moradores da periferia de São Paulo podem expressar sobre ambos. Exemplo dessa discussão é a pretensa “igualdade jurídica” que rapidamente se desfaz quando observamos a sua aplicação prática no cotidiano profissional. Direitos que se garantem em determinados territórios, não necessariamente são realidade em outros. Ou então, possuem funcionamentos e lógicas diferentes, que nos remetem a complexidade das relações sociais, até mesmo, na “gestão diferenciada das legalidades”¹⁰.

Particularmente, tomamos como referência o território de Perus, na região noroeste da cidade, onde foram proporcionadas a maior parte das provocações para o presente estudo. As práticas e realidades encontradas no

¹⁰ Tomo como referência neste momento o conceito elaborado por Foucault e trabalhado por Vera Telles (TELLES, 2010)

NPJ Perus, assim como a partir dele, me proporcionaram uma gama de questionamentos relacionados à essas categorias, pertinentes para a reflexão das próprias políticas públicas, tal como a Política de Assistência Social, nas suas conexões com o espaço e o tempo. Me propus então, inicialmente, a investigar a experiência individual da luta por acesso a direitos no território de Perus, a partir de moradores que acessavam o NPJ em busca de resolução para a suas demandas.

Porém, com o decorrer do tempo do mestrado, tema, objeto, objetivos, metodologias, dentre outros componentes da pesquisa – e de qualquer pesquisa – foram sendo alterados, obtendo uma melhor definição de seus contornos. Nenhuma alteração, como dito, foi sem propósito. As decisões tomadas ao longo dessa trajetória até o redesenho da atual pesquisa estão diretamente relacionadas às vivências deste percurso que influem em seu resultado. O próprio contexto do qual conta a pesquisa também se altera, impondo o desafio de se trabalhar seu objeto dentro da própria dinâmica da realidade. Sendo assim, faz-se necessária uma narrativa de como esta experiência foi vivida.

A pesquisa com o tempo foi me afastando do olhar sobre as situações de indivíduos moradores de Perus, para os coletivos e movimentos sociais de atuação no território. A dificuldade da observação desta primeira camada dos conflitos no território, mais voltados aos moradores em geral e sua relação com os seus “direitos”, era objetiva e se dava muito pela precarização do espaço de trabalho do autor e de sua eleição como posto inicial de observação. Ele não se apresentava como meio possível de apreensão das dinâmicas e experiência dos “direitos” a partir daqueles atores, ao menos naquele momento. Foi necessário o deslocamento da pesquisa para outra escala de observação da “experiência do direito” no “território”. Com isso, pouco tempo depois, estava me apropriando sobre os conflitos acerca do “direito à memória” que a experiência histórica do território traz. Sendo assim, passei do âmbito “individual” ao “coletivo” e fui me debruçar sobre a “memória”, mas não perdi a perspectiva de análise sobre os “direitos”, seus acessos, e a sua experiência viva nos “territórios”.

Não eram incomuns os relatos de moradores de Perus que traziam a lembrança viva do território, daquilo que lhes deixou marcas, cicatrizes, rugas¹¹. Ainda me recordo, quando havia acabado de iniciar meu trabalho no NPJ, em um momento ouvi de uma moradora do bairro, pela primeira vez, histórias da “fábrica de cimento”, muito marcante no território. Ela contava uma anedota a respeito da poluição deixada nos telhados das casas na região, que costumavam ficar “cobertos de pó” em decorrência dos resíduos dispersados pelas chaminés da antiga Fábrica de Cimento Portland Perus. Isso não apenas transformava a paisagem, acobertando de cinza os telhados de alvenaria da época, mas também mudava o cotidiano de vida dos sujeitos, obrigados a lavar semanalmente suas telhas para que os resíduos não se acumulassem para evitar prejuízos à saúde.

Tratar das memórias em Perus e de como moradores desse lugar se articulam em torno delas significa dar um passo adiante na identificação de narrativas que no geral são invisibilizadas, sobretudo, na sua relação com a história dominante sobre as periferias, tratadas como lugar sem história, ou senão quando se referem apenas à história da ausência e da expropriação. Além disso, significa demonstrar como sujeitos em seu território estão trabalhando na direção da conservação de seu passado, afinal, a história local compõe parte significativa da experiência desses com seu lugar. Remete a afetos, dá sentido ao ordenamento urbano que se impõe no curso do tempo, contribui para a formação e emancipação dos sujeitos e potencializa a força do lugar.

Além disso, foram a partir de entrevistas exploratórias, tal como propõem Quivy e Campenhoudt (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005, p. 69), que acabei me adentrando na esfera do “acesso a direitos” enquanto “direito à memória” partindo da experiência dos movimentos sociais das periferias, compreendendo melhor suas pautas para, assim, refletir mais profundamente o próprio projeto de pesquisa. Ao realizar as primeiras entrevistas exploratórias fui conseguindo estabelecer uma ligação entre as narrativas que permitiam um vasto campo de pesquisa a partir das relações que alguns sujeitos mantinham em comum. Sem perceber, já estava me adentrando em alguns elementos metodológicos,

¹¹ Faço referência aqui, mais uma vez, ao conceito de “rugosidades” formulado por Milton Santos (SANTOS, 2006).

identificando inicialmente interesses, disponibilidades, representações, termos sociais e culturais dos sujeitos (THIOLLENT, 1986, p. 49). Aos poucos, fui percebendo que parte considerável das ações desses estavam em volta da questão da memória do território. Isso, sem dúvidas, me direcionou ainda mais para o estudo do tema elencado.

Neste contexto, os sujeitos pesquisados e o pesquisador sujeito se colocam no mesmo plano de testemunhas da história de Perus, à medida em que nos deparamos com a escala do cotidiano, e participamos do movimento pela memória do lugar, incluindo suas lutas e lutos, suas conquistas e perdas.

O que é testemunhar o crime inerente à regra social, que consigna a singularidade do ser ao esquecimento eterno, mediante uma descida à vida cotidiana – não simplesmente articular a perda sob um gesto dramático de desafio, mas habitar o mundo, ou habitá-lo novamente, num gesto de luto? É nesse contexto que se pode identificar o olho não como o órgão que vê, mas o órgão que chora. (DAS, 2020, pg.148)

Essa contribuição advinda dos próprios sujeitos que fizeram parte da pesquisa mantém relação direta com a metodologia da pesquisa participante que, embora só seja descrita mais à frente neste trabalho, é transversal à toda sua construção. Isso é próprio do rigor metodológico e da objetividade esperada em uma investigação, por mais que essa vá alterando seus rumos ao longo do processo de procura por seus elementos e resultados. Sendo assim, a pesquisa participante se fez mesmo que de maneira desordenada em momentos iniciais, e revelou para esse pesquisador seu próprio objeto. Não pode ser deixado de lado, então, a contribuição dos sujeitos (individuais e coletivos) que proporcionaram todas as questões que surgiram, e que podem ser compreendidas com mais clareza a partir da escolha metodológica deste trabalho.

1.2 A interdisciplinaridade da trajetória e da pesquisa

Essa pesquisa está permeada por uma interdisciplinaridade que marca não somente a trajetória de construção intelectual deste trabalho, mas também a trajetória deste autor. Entre o Serviço Social e o Direito, experimentei um caminho de contato e diálogo entre diferentes disciplinas. Isto incluiu a Sociologia e a Antropologia, a Arquitetura e Urbanismo, a Geografia, e até mesmo, o Campo

de Públicas, como vem sendo definido por alguns¹². Em boa medida, isso ocorreu por conta do compartilhamento de conhecimentos e experiências em grupos de estudos e pesquisa que participei e em espaços de trabalho que compartilhei, compostos por equipes multidisciplinares. Por mais breves que algumas dessas incursões tenham sido, foram, sem dúvida, muito enriquecedoras.

A interdisciplinaridade talvez esteja se apresentando quase que vital ao trabalho intelectual em razão da exacerbada especialização positivista que tomou a construção do conhecimento científico ao longo do tempo. Em meio a uma perspectiva que se expandiu em dado momento pelo acúmulo coletivo de conhecimento, a especialização em demasia acabou por provocar um adoecimento do saber, no sentido de provocar carências para uma formulação mais totalizante desse.

No entanto, vemos um refluxo nesse movimento nos últimos tempos e, em particular, no Brasil. Quando acreditava que me sentiria solitário em uma formação de mestrado diversa da minha primeira formação, percebi que não estava nem um pouco sozinho. Muitos colegas também advinham de áreas de formação diversa, inclusive, do Direito. Isto não quer dizer, porém, que devemos abandonar as especializações, os recortes e aprofundamentos específicos de que tratam as disciplinas, mas reconhecermos as suas insuficiências quando tratamos de determinadas realidades.

Potyara Amazoneida Pereira, ao tratar da questão da intersectorialidade nas políticas sociais e relacioná-la à dimensão da interdisciplinaridade sob uma perspectiva dialética, nos fala que esta “não propõe o aniquilamento das especializações” (PEREIRA, 2014, p. 6). Pelo contrário, o desafio está na articulação de saberes diversos para a formação da unidade, superando a tendência do isolamento que faz perder o caráter universal da criação do conhecimento. Não podemos julgar, por um lado, que as especializações de nada servem, que não nos fazem colocar em determinadas realidades uma lupa enriquecedora, e que desvendam aquilo que, sob um olhar distante, nos passaria despercebido. Por outro lado, não é possível dizer também que essas lentes

¹² Vide Pires, Valdemir Aparecido et al (2014) que fizeram um resgate da definição do campo de públicas no Brasil, seu movimento constitutivo e alguns de seus desafios atuais.

ampliadas são completas em si mesmas, sobretudo, no momento de compreendermos realidades mais complexas.

Nessa linha, Potyara ao comentar sobre a perspectiva positivista especialista, continua sua movimentação de ideias e nos explica que:

É em contraposição a essa tendência que a interdisciplinaridade se impõe. E se impõe não como uma proposta de aniquilamento da especialização, já que esta configura o particular que se realiza no universal e vice-versa, mas como um convite ou um alerta ao especialista para que este se torne também sujeito da totalidade. Significa, portanto, procurar realizar a unidade, e não a mera articulação, entre diferentes disciplinas no interior de um projeto (intelectual ou de intervenção) de interesse comum. (PEREIRA, 2014, p. 16)

Essa busca pela unidade nos coloca também desafios quando falamos dos conceitos trabalhados pelas disciplinas em seu interior, visto que direcionados para um recorte específico da realidade que lhe é objeto. Isso não significa, porém, que não haja possibilidades de interação entre diferentes achados, desde que limitados diante do que se procura, estabelecendo uma ponte para seu deciframento. Ademais, isto só se torna palpável “porque não existem territórios cativos do saber, mas espaços móveis cujas fronteiras se alteram e se expandem de acordo com o movimento do real e do vivido que não comporta segmentações” (PEREIRA, 2014, p.16). Não nos exclui, porém, da responsabilidade de se tratar com cautela as diversas categorias tratadas interdisciplinarmente.

Dessa forma, procurei trabalhar nesse texto conceitos que invariavelmente tiveram também, em algum momento, que se tornar metaconceitos, como falava Milton Santos. Isso porque tiveram de abandonar certas particularidades disciplinares e serem reenquadrados em contextos diferentes, enriquecendo a construção do conhecimento em sua universalidade. Isto não quer dizer que não tenham que ter sido parcialmente reelaborados, nos limites de um trabalho de dissertação. Tampouco houve uma perda de toda sua essência e do rigor necessário à uma possível elaboração teórica. Esclarecerei ao longo do texto, seja em seu próprio corpo, ou em notas de rodapé, as diferenciações e apropriações que faremos de certos termos utilizados de diferentes áreas do saber.

1.3 Contribuições ao longo do percurso a partir do Serviço Social

Como nos lembra Mauro Iasi, nossas heranças da colonização e a maneira como o modo capitalista de produção se organizou em nossa sociedade “teriam imposto uma forma política que implicaria a determinação “pelo alto” das condições fundamentais de desenvolvimento e garantia das relações sociais de produção burguesas” (IASI, 2019, p. 419). Podemos ver isso facilmente em muitas reformas urbanas pelas quais passaram as cidades brasileiras, sobretudo, ao longo do século XX. Mas o que o tema deste trabalho implica para o Serviço Social e o que esta área do conhecimento tem a nos dizer sobre estas questões? É necessário fazer um resgate histórico de como esse se constituiu no Brasil.

O Serviço Social foi criado como uma profissão que inserida na divisão social do trabalho no processo de reprodução das relações sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). Seu caráter interventivo é requisitado, por um lado, pelas demandas de controle social e reprodução do capital, por outro, pelas necessidades de reprodução da classe trabalhadora. Seu objeto está apreendido na “questão social” que, dentre múltiplas interpretações possíveis, se traduz fundamentalmente nas deformidades e desigualdades inerentes da relação sempre contraditória entre capital e trabalho.

No Brasil, o Serviço Social tem construído sua identidade colocando-se ao lado dos interesses da classe trabalhadora, principalmente, por meio da formulação de um projeto ético-político que orienta a atuação profissional e o próprio acúmulo de conhecimento da área. Neste, estão valores de cunho emancipatório da profissão que visam, fundamentalmente, romper as amarras da classe trabalhadora frente ao capital. São princípios éticos e políticos historicamente formados no contexto da profissão do Serviço Social, que orbitam entorno da “liberdade”, a “defesa dos direitos humanos”, a “equidade” e a “justiça social”, no sentido da “universalização” do acesso a bens e serviços.

No tocante às políticas públicas, que incluem áreas tradicionais de trabalho dos assistentes sociais, esse movimento de globalização do capital movido pelo motor da mais valia também implica a transformação destas. Como esclarece Marilda Iamamoto:

A mundialização do capital tem profundas repercussões na órbita das políticas públicas, mediante as diretrizes de focalização, privatização, descentralização, desfinanciamento e regressão do legado dos direitos do trabalho. As múltiplas manifestações da “questão social” tornam-se objeto de ações filantrópicas e de benemerência e de “programas focalizados de combate à pobreza”, que acompanham a mais ampla privatização da política social pública, cuja implementação passa a ser delegada a organismos privados, o chamado “terceiro setor”. (YAZBEK, IAMAMOTO, 2019, p. 38)

Discussões mais recentes realçam a dimensão do Serviço Social como parte do trabalho coletivo, sendo o assistente social seu sujeito vivo e, portanto, também trabalhador e sujeito as pressões do trabalho assalariado (RAICHELIS, 2018, p. 29). Isto se explica pelo processo de profissionalização e institucionalização do Serviço Social ainda em meio ao capitalismo monopolista. Porém, na contemporaneidade, implicam na consideração de vetores que atingem drasticamente a profissão. O assistente social sofre pressões das condições de seu próprio trabalho assalariado em tempos de neoliberalismo, assim como o conjunto da classe trabalhadora, o que lhe tensiona na realização e prática dos objetivos encontrado em seu projeto profissional.

Logo, nesse espaço e tempo que vivemos que realidade se apresenta para o assistente social em seu cotidiano profissional? Penso que há, por um lado, pouco espaço hoje destinado para a memória do trabalho do assistente social e dos trabalhadores das políticas sociais em geral. Trabalhamos, mas pouco recordamos do que fizemos, daquilo que conseguimos ou não intervir e movimentar na sociedade e na vida dos indivíduos e famílias usuárias das políticas sociais. Não há tempo para o rememorar das equipes. As demandas expressas pela questão social se agravam ao passo em que se agravam as condições do próprio trabalhador social, submetido às razões de mercados de “eficiência” e “produtividade quantitativa” já impregnadas na administração pública brasileira.

Mas como explica Raquel Raichelis:

Contudo, o projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro, apesar das polêmicas quanto aos limites de sua materialidade, assume uma função estratégica de articulação e busca de unidade política na diversidade da categoria profissional, o que abre possibilidades de fortalecimento de

contratendências à ordem hegemônica do capital. (RAICHELIS, 2018, p. 62)

Atualmente, quanto mais homogêneo o lugar for, à sua imagem e semelhança, inclusive, em sua memória, mais facilmente ele é tornado mercadoria. Quando consumimos um produto, em geral, não estamos interessados nas suas características individuais, detalhes de seu desenvolvimento, senão na marca e nas funções que este representa. Cada vez mais pensamos as cidades sem pensar a sua história e fazemos o mesmo com os territórios das cidades. Cada vez menos sabemos do passado das periferias, bairros, vilas, jardins e outros tantos que não levamos em conta a riqueza e a noção de que eles próprios representam a cidade.

Diante do acúmulo do Serviço Social devemos pensar dentro deste quadro pensar, também, na memória social dos territórios da classe trabalhadora. Seja a memória da paisagem, da materialidade da configuração territorial, seja do imaterial do vivido que só podemos apreender através das narrativas que as pessoas trazem. Portanto, contra a lógica que considera o rememorar uma perda de tempo o assistente social e outros trabalhadores sociais devem considerar o trabalho da memória no seu cotidiano profissional na sua própria reflexão enquanto trabalhador e equipe, mas também nas relações e ações que estabelecem os indivíduos usuários das políticas sociais. Afinal, o resgate da memória cumpre um papel contra hegemônico na vida da população.

Como ressaltam Iamamoto e Yazbek:

No seu trabalho cotidiano, o assistente social trata com situações singulares vividas por indivíduos e suas famílias, grupos e segmentos populacionais, atravessadas por determinações de classes. São desafiados a desentranhar da vida dos sujeitos singulares que atendem as dimensões particulares e universais aí presentes, condição para transitar necessidades sociais da esfera privada para a luta por direitos na cena pública em fóruns e espaços coletivos. (IAMAMOTO; YAZBEK, 2019, p. 51)

As memórias de vida desses indivíduos e famílias também se perdem nesse processo. Invisíveis os sujeitos, os eventos passam a ser mais um acontecimento do trivial decurso do tempo. Não há destaque para as particularidades dos indivíduos e do próprio ocorrido. Os eventos se sucedem em larga escala sem nem mesmo sabermos o porquê ou por quem. Mais do que

nunca, podemos sentir o alijamento do ser humano de sua própria história, na qual se sente mais objeto que sujeito. A artificialidade não se comporta como se fizesse parte da história, mas como se fosse ela própria. Sem a memória das histórias de vida não é possível pensarmos na capacidade dos sujeitos políticos e no seu papel histórico, inclusive na transformação do espaço urbano.

Algumas das reflexões mais caras que o conhecimento acumulado do Serviço Social estão, entre outras, nas seguintes perguntas: Por que fazemos o que fazemos? Existe alguma direção construída coletivamente para nossa atuação profissional? Levando em consideração o que foi aqui discutido, acredito que a defesa do direito à memória de seu território de vida, da preservação de seus símbolos, marcos e patrimônios históricos, se encaixa em um projeto emancipatório de reconhecimento e reinvenção do indivíduo na sociedade, tal como o projeto ético político construído pelo Serviço Social há anos. É o direito do indivíduo “enraizar-se” através da preservação da memória que pode contribuir no processo emancipatório do ser.

Temos como responsabilidade refletir o Serviço Social brasileiro e seu projeto ético-político em uma conjuntura da barbárie, um contexto que contradiz em grande medida os princípios formulados historicamente por essa área, que se insere também no próprio movimento da sociedade. Como a própria autora do texto coloca: “É a partir desse modo de entender a profissão, considerando os referentes que construiu nas últimas três décadas e especialmente seu projeto, com suas múltiplas faces, que vamos problematizá-la nessa difícil conjuntura.” (IAMAMOTO; YAZBECK, 2019, p.1).

O primeiro desafio, que está na dificuldade em se travar o debate político democrático, produz um ambiente de aversão à política e, principalmente, aos partidos políticos tradicionais. O descrédito sobre o poder político tradicional está invariavelmente associado ao poder financeiro e seus interesses, isto também pode ser um sinal do “esgarçamento na disputa entre democratização no horizonte de direitos e zonas de sombra que nos colocam diante dos velhos fantasmas do autoritarismo” (IAMAMOTO; YAZBECK, 2019, p. 5) Particularmente, no contexto brasileiro e de alguns outros países (como EUA, Reino Unido, Espanha, Hungria e outros), vimos a ascensão de uma extrema

direita autoritária, antidemocrática, no vazio dos partidos políticos tradicionais, rejeitados pela opinião pública.

Novas dimensões da sociabilidade capitalista se apresentam em meio ao movimento de reprodução das relações sociais. não somente no âmbito material, mas como na face da subjetividade dos sujeitos. “São processos que interferem na esfera da cultura, da sociabilidade e da comunicação, homogeneizando comportamentos, hábitos de consumo, preferências, valores” (IAMAMOTO; YAZBECK, 2019, p. 5) Nesse sentido, o processo de acumulação capitalista e as forças hegemônicas que o regem trataram não só de conquistar a dimensão econômica da vida social, mas também, de “conquistar mentes e corações”. Processava-se uma nova racionalidade a partir do discurso neoliberal que provoca severas implicações atualmente, na constituição do chamado “sujeito neoliberal”. Essa nova da razão provocaria nada menos que a incorporação das ideologias de mercado ao ethos da população. Motes de concorrência, eficiência, individualismo, entre outros princípios, são assimilados pela própria classe dominada pela operação desses.

As forças dominantes que jamais deixaram de perder de vista a mão autoritária e violenta para a consagração de seus interesses, intensificaram este *modus operandi*, antes mais ponderado através de meios consensuais que se articulavam diante de uma ordem formalmente democrática. Mesmo os interesses da classe trabalhadora conciliados marginalmente em uma política de consenso que visa apaziguar contradições e “colocar panos quentes” na luta de classes, se esvaem, assim como, se esvai qualquer forma de consenso nesse cenário. Como lembra muito bem Mauro Iasi, ao retomar Gramsci:

Uma vez que esse exercício do poder é sempre um “equilíbrio instável”, dada a natureza antagônica dos interesses dominantes e das classes trabalhadoras, o Estado burguês está sempre pronto para reverter as formas democráticas em formas abertamente autocráticas, na medida em que seus interesses econômicos corporativos se vejam real ou potencialmente ameaçados (IASI, 2019, p. 426)

Logo, diante desse cenário, a tarefa primordial que se apresentar é resistir contra os ataques diretos à classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, é nosso

dever por meio dos estudos, pesquisas e debates nos aprofundarmos em nossa formação social para pensarmos em estratégias de superação dessa nova conjuntura que se impõe, tal como em estratégias para superação da própria ordem capitalista em si. Estas estratégias, todavia, não estão sem um norte. Pelo contrário, estão fundadas nos princípios éticos e políticos historicamente formados no contexto da profissão do Serviço Social, que orbitam entorno da “liberdade”, a “defesa dos direitos humanos”, a “equidade” e a “justiça social”, no sentido da “universalização” do acesso a bens e serviços coletivos.

No entanto, a reconfiguração capitalista com as transformações introduzidas pelo neoliberalismo provocou alterações profundas na pauta dos estudos sobre a gestão pública e sobre a própria ação pública (DARDOT; LAVAL, 2016). A máxima do ajuste fiscal do Estado, proferida a nível global por diversos organismos internacionais como o Banco Mundial e o FMI, defendia a redução dos gastos do Estado e a potencialização de sua eficiência através do mote concorrencial do mercado, exaltando a gestão empresarial e emitindo diretrizes para que a gestão pública incorporasse suas práticas de governança. Trata-se de uma perspectiva gerencialista, em que a dimensão territorial de compreensão das dinâmicas cotidianas de vida da população, neste caso, é deixada de lado.

A perspectiva dos estudos socioterritoriais pretende, por sua vez, uma virada conceitual e metodológica, ou “viradas”, em direção aos espaços que dão solidez às vivências dos sujeitos sociais, apreendendo a categoria “território”. A partir desses estudos, o território deveria não ser compreendido como palco desprovido de trajetória, mas sim categoria que “expressa, ao mesmo tempo, produção e reprodução das relações socioeconômicas, culturais e políticas, presentes nas redes de relações dos diversos sujeitos que ele abriga” (KOGA, 2013, pg. 37). Pode-se dizer que a concepção territorial vem a acrescentar ao debate não somente em sua complexidade, mas também em sua riqueza ao representar parâmetros diversos daqueles tradicionais ao gerencialismo.

1.4 Metodologia: A pesquisa participante e a participação do pesquisador

Primeiramente, devo alertar que a metodologia utilizada nesta pesquisa foi sendo adotada ao longo da elaboração desse trabalho, no melhor modo do

“aprender fazendo”. A metodologia a ser utilizada, a princípio, não me era óbvia. Pensava em adotar aquela que melhor pudesse se adequar aos objetivos da investigação, ao mesmo tempo que estava começando a aprender determinados fundamentos metodológicos. A verdade é que a própria prática da pesquisa, por vezes, desordenada, foi me trazendo alguns elementos da metodologia que, futuramente, seria a mais adequada para ser seguida. Embora a objetividade científica nos coloque alguns caminhos e passos a serem percorridos, devemos ter clareza da realidade da pesquisa como ela é.

Se queria trabalhar as relações existentes entre sujeitos, memória e território, por meio da análise de ações e significados atribuídos por alguns sujeitos políticos, não conseguiria me aprofundar nesses quesitos por meio de uma metodologia somente quantitativa. Em alguns estudos, por vezes, parecem prevalecer essas abordagens, muito utilizadas como base para avaliação e elaboração de políticas sociais pelo conjunto de informações censitárias e amostrais. Afinal, são informações que formam estatísticas. No entanto, as estatísticas podem nos trazer ilusões, vez que são representações da realidade, fotografias de um momento que tentam imitá-la sob o discurso da exatidão, mas que não conseguem se desvencilhar de certa intencionalidade (BESSON, 1995 p. 38). Não trazem a profundidade, finalmente, dos sentidos e das experiências que buscava, desenquadradas da foto.

As metodologias qualitativas, por outro lado, não procuram necessariamente a representação mais fiel da realidade. Ao contrário, possibilitam a apreensão do discurso e da ação em seus significados para os indivíduos, levando em consideração o contato direto com os sujeitos da pesquisa, reconhecendo sua singularidade e a experiência social do cotidiano vivido (MARTINELLI, 2012, p. 24). São pesquisas que no geral dependem de um pequeno número de sujeitos, pois, não estão submetidas a critérios estatísticos de validação, e têm outros objetivos que não a representação amostral. Como afirma Maria Lúcia Martinelli, “nesse contexto, não é o número de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm, em função do que estamos buscando com a pesquisa” (MARTINELLI, 2012, p. 26). Logo, quando os objetivos da investigação foram se tornando mais nítidos a decisão

pela adoção de uma metodologia de cunho qualitativo também parecia a melhor via a ser seguida.

Isso não quer dizer, porém, que as abordagens quantitativas não tenham a sua importância e que as dimensões qualitativas e quantitativas sejam opostas entre si¹³. As estatísticas, por exemplo, possibilitam um determinado ordenamento da realidade importante para o processo de construção do conhecimento e permitem aflorar inclusive a visão qualitativa sobre as informações (BESSON, 1995, p. 64). Logo, é importante dizer que as pesquisas qualitativas e quantitativas não se excluem, cada uma cumpre uma função tal como convém para a análise. Em certas investigações elas podem ser complementares, variando na sua dimensão qualitativa ou quantitativa, de acordo com o que o trabalho exige.

Após as primeiras experiências em campo e por meio do contato com possíveis sujeitos pude enxergar não somente aquilo que seria tema e objeto da pesquisa, mas também a própria metodologia que trabalharia. A realidade encontrada, inclusive, dos sujeitos com os quais lidava, me exigiria uma pesquisa participante. Percebi em determinado momento que já havia me envolvido tanto com o contexto da pesquisa, a ponto de não distinguir mais com clareza se era pesquisador ou pesquisado. Ademais, os sujeitos com os quais entrava em contato, mesmo que indiretamente, exigiam uma participação e partilha de saberes não só deste pesquisador, mas como de todos os outros que se colocavam a “pesquisá-los”. Tudo isso me colocava interrogações sobre o próprio fazer da pesquisa e foi me encaminhando, após as devidas orientações, para a pesquisa participante.

A metodologia da pesquisa participante da qual me sirvo neste trabalho começou a ser elaborada de maneira mais sistemática a partir dos anos 1970, diante de uma linha de pensamento que congregou cientistas, educadores e movimentos sociais populares, sobretudo, na América Latina. Buscava-se repensar o processo de construção do conhecimento revendo os meios de investigação científica e a educação nas suas interfaces com a cultura, além da própria cultura revisitada em seu papel político. Na década que antecedeu esse

¹³ Vide trabalho de RIBEIRO, Julio Cesar (2004), em que considera a oposição o entre a pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa “extemporânea e inapropriada”(p.22)

período, os diálogos entre cultura e movimentos sociais populares na América Latina haviam se intensificado ao ponto de que as práticas sociais surgidas desse encontro eram riquíssimas e reconhecidas em seu potencial emancipatório das classes populares.

Nesses movimentos havia uma certa conjugação entre o marxismo e o humanismo cristão que davam o tom de muitas lutas sociais latino-americanas daquele momento. Movimentos religiosos como a ação social da Igreja Católica, fortemente pautada pela então incipiente teologia da libertação, assim como os Movimentos de Cultura Popular, que organizavam na época os Centros Populares de Cultura, foram marcas dessa insurgência sobre o pensar a educação e o pensar sobre a ciência que deram origem, por exemplo, ao movimento de educação popular¹⁴ no Brasil.

Como recorda o antropólogo e educador Carlos Rodrigues Brandão sobre essa época:

No âmbito da América Latina e de outras regiões do Terceiro Mundo, a expansão de movimentos sociais populares dará às diferentes alternativas de ação social transformadora uma nova e, às vezes, radical conotação. Uma múltipla releitura de teorias e de procedimentos de ação social popular desenhará o rosto da identidade dos estilos participativos de investigação social. Entre acontecimentos que vão do âmbito de uma pequena escola rural a processos de mobilização social em escala nacional, na aurora dos anos sessenta ocorre por toda a parte um florescimento notável de experiências interativas e sociais. (BRANDÃO, 2006 p. 5)

A interação social com os movimentos sociais populares e a ação política no fazer científico era vista como indispensável para esses estilos participativos na investigação social. No caso da pesquisa participante, a metodologia permaneceu durante muito tempo (e de certo modo, ainda permanece) afastada dos espaços mais formais das universidades e dos centros de pesquisa, por dois motivos, em virtude dessas dimensões interativas e políticas. O primeiro por seus próprios fundamentos (que explicarei em seguida), uma vez que o conhecimento só se torna válido na medida em que é praticado e comprometido politicamente em sua ação com as classes populares que, no geral, estão distantes desses

¹⁴ Tendo como seu principal expoente Paulo Freire.

espaços de construção do conhecimento. Outro porquê foram os diversos embates que as perspectivas mais positivistas provocavam nesses espaços, historicamente preponderantes sobre o fazer científico.

Desse modo, uma característica peculiar da pesquisa participante é que ela surge nos movimentos sociais populares e neles permanece. Embora tenha envolvido pesquisadores, cientistas e educadores, muitos deles militantes desses mesmos movimentos, foi em lugares fora do ambiente tradicional de seus trabalhos que a investigação participante tem origem e se perpetua. Brandão faz uma observação que, de certo modo, nunca houve de fato um movimento latino-americano de pesquisa participante formado por intelectuais, “pois entre Orlando Fals Borda e Paulo Freire os seus instauradores e seguidores se reconheciam como agentes assessores ou participantes diretos – entre educadores e cientistas sociais - de *movimentos populares*” (BRANDÃO, 2006, p. 9). Logo, a participação dos próprios pensadores e praticantes dessa metodologia transitava nas fronteiras dos movimentos populares, quando não estava diretamente imbricada neles. Desse modo, a pesquisa participante se difundiu fortemente em meio às práticas de educação popular no seio dos movimentos sociais populares.

Mas, do que trata realmente a pesquisa participante como metodologia de investigação? Orlando Fals-Borda, sociólogo colombiano, desenvolveu muitos pilares do que foi chamado primeiramente de *investigación-acción-participativa* (IAP) para depois se tornar *investigación participativa* e chamou a atenção de alguns aspectos sobre o processo de acumulação de saberes e da ciência em si. Primeiramente, como explica Brandão, “Fals-Borda constitui a *cultura* e o *saber popular* como uma ‘ciência própria’. Ele atribui aos saberes do povo um valor de conhecimento crítico da vida e da realidade social qualitativamente diferente, mas não desigual diante dos saberes acadêmicos, eruditos, etc.” (BRANDÃO, 2006, p. 5). Em segundo lugar, Fals Borda tratou dos princípios da investigação compreendendo que o conhecimento só se torna válido a partir da articulação entre teoria e prática, chamada por ele de *práxis*, que deveria ter compromisso emancipatório com a transformação social. Para o sociólogo, a ciência não deve, por um lado, estar distante da realidade vivida pela população,

da sua cultura e de seus saberes e, por outro, não deve ficar restrita ao ambiente acadêmico-científico, como se não houvesse um papel a cumprir.

Dessa forma, Fals-Borda deixa claro no seu pensamento uma questão que lhe acompanha constantemente, e que está nas exigências que trazem a realidade social quanto a papel dos cientistas na concepção e na utilização da ciência (FALS-BORDA, 2009, p. 253). É justamente a partir dessas exigências que a dimensão teórico-prática da ciência deve participar da realidade e retornar a ela. Nesse sentido, o papel dos trabalhadores intelectuais e cientistas está na partilha e do saber junto as classes e movimentos populares tendo em vista as possibilidades transformadoras e emancipatórias dessa partilha. Como esclarece o sociólogo: *“este es un aspecto fundamental del método de investigación, porque, como queda dicho, el propósito de éste es producir conocimiento que tenga relevância para la práctica social y política: no se estudia nada porque sí”* (FALS-BORDA, 2009 p. 279). Portanto, a pesquisa participante não é despreziosa e o conhecimento que procura não interessa “em sí”, mas sim no seu papel “para nós”.

Sendo assim, Fals-Borda coloca que:

Por lo que viene explicado, la investigación activa no se contenta con acumular datos como ejercicio epistemológico, que lleve como tal a descubrir leyes o principios de una ciencia pura, ni hacer tesis o disertaciones doctorales, porque sí. Ni tampoco investiga para propiciar reformas, por más necesarias que parezcan, o para el mantenimiento del statu quo. En la investigación activa se trabaja para armar ideológica e intelectualmente a las clases explotadas de la sociedad, para que asuman conscientemente su papel como actores de la historia. (FALS-BORDA, 2009, p. 283)

É dessa maneira que podemos compreender algumas das dimensões essenciais para a pesquisa participante. Participante por três características que lhe são elementares. Uma está na exigência da aproximação do pesquisador com os sujeitos e grupos da pesquisa vistos horizontalmente como possuidores de uma cultura própria e de saberes tão qualificados quanto o saber científico, mesmo que passíveis de crítica. Outra está na participação ativa dos sujeitos da pesquisa no próprios processo de investigação que, como próprio nome já diz, devem ser considerados mais que objetos. Por fim, está a participação da

pesquisa na vida, ou seja, nas funções que cumprem não só no acúmulo do saber científico, mas na cooperação com as causas sociais dos sujeitos e grupos pesquisados. Qualquer que seja o seu enfoque, sobre um ou outro desses elementos, o que interessa é o todo da investigação que traz a personalidade da pesquisa participante.

No entanto, devo fazer algumas distinções entre múltiplos termos que são empregados como referência a metodologias muito parecidas com a pesquisa participante, quando não iguais em seus fundamentos. É comum a confusão de nomenclaturas e das próprias linhas de pensamento entre a pesquisa participante, pesquisa militante, pesquisa-ação, pesquisa-ação-participativa, entre outras, algumas, inclusive, já mencionadas. Consideramos nesta pesquisa a formação social e histórica da pesquisa participante de raízes latino-americanas, assim como seus pressupostos, o que torna possível fazer com melhor clareza essas diferenciações. Embora muito próximas e de suas discrepâncias estarem em alguns detalhes, é importante ser feita esta ressalva na compreensão do que se trata e dos fins que trata a pesquisa participante.

De todo modo, todas essas pesquisas trazem elementos participativos que permitem chamá-las de “pesquisas participativas” de um modo ou de outro, pois, à sua maneira, procuram alternativas à tradicional pesquisa social. Algumas dessas perspectivas são até mesmo anteriores a pesquisa participante, que também possui suas especificidades que foram sendo construídas no seu processo histórico de elaboração. Libertad Landa e Luís Gabarrón trazem alguns pontos gerais que podem sintetizar as ideias em torno da pesquisa participante. São elas:

a) el punto de partida es la realidad concreta de los grupos con que se trabaja; b) la lucha por establecer relaciones horizontales y antiautoritarias; c) la prioridad de los mecanismos democráticos en la división del trabajo; d) el impulso de los procesos de aprendizaje colectivo a través de las prácticas grupales; e) el reconocimiento de las implicaciones políticas e ideológicas subyacentes a cualquier práctica social, sea de investigación o de educación; f) el estímulo a la movilización de grupos y organizaciones para la transformación de la realidad social, o para acciones en beneficio de la misma comunidad, y g) el énfasis a la producción y comunicación de conocimientos.. (GABARRÓN; LANDA, 1994, p. 19)

Esclarecendo essas questões preliminares acerca da pesquisa participante que tipos de procedimentos metodológicos foram adotados e empregados na pesquisa? Essa é uma pergunta que requer a articulação entre as direções mais gerais da metodologia e as particularidades que envolvem a própria investigação. Desse modo, é uma articulação feita não só a partir de planos, mas também da concretude que trazem as exigências da pesquisa a ser desenvolvida.

Dentre os procedimentos metodológicos adotados, foram eles:

- A revisão de bibliografia pertinente aos estudos urbanos e territoriais, assim como relacionada à questão da memória dos vínculos com esses;
- A observação participante a partir de “postos de observação” (HIRATA, 2010, p. 138), mas de modo que, com o fortalecimento dos vínculos, se tornou cada vez mais integrada à participação pesquisador-pesquisado;
- A manutenção de um pequeno diário de campo em três perspectivas, sendo elas, a descritiva, a teórico-crítica e a íntima;
- Análise documental de arquivos históricos relacionados às memórias do território, das lutas sociais e dos lutos que nele tiveram seu espaço;
- Entrevistas exploratórias e não-diretivas e diálogos com sujeitos políticos interlocutores da pesquisa.

A revisão bibliográfica tem como objetivo a apropriação do debate acerca das cidades, territórios e memória (assim como, do entrelaçamento desses) no seu estado-da-arte, sem que seja necessária a repetição de fundamentos conceituais e críticas já feitas por outros autores. Devo destacar que foram revisadas obras desde as mais clássicas, até livros mais recentes sobre a temática, assim como trabalhos acadêmicos de dissertações de mestrado e teses de doutorado. Escolhi pela leitura das obras que dialogavam com as discussões que foram surgindo a parti da investigação, mas com destaque para

a produção de “sujeitos periféricos”¹⁵ e trabalhadores da periferia, em particular do território chão deste trabalho, o noroeste paulistano de Perus,

A observação participante, por sua vez, foi recurso para a aproximação com os sujeitos pesquisados, assim como continuou sendo durante a investigação, mas cada vez com mais ênfase em seu caráter “participante”. Isso porque, primeiro, ela traz as dimensões de aproximação e distanciamento para a devida reflexão das vivências do pesquisador e dos sujeitos da pesquisa, mas não podem ser reflexões e nem vivências solitárias. A pesquisa participante, metodologia adotada nesta pesquisa, não requer o distanciamento em absoluto do que é pesquisado para a formulação dos argumentos, pelo contrário. Os argumentos devem ser formados a partir e juntos com os sujeitos da pesquisa, servindo-lhes como recursos para seu reconhecimento enquanto sujeitos e para sua ação.

Igualmente, a observação participante foi realizada a partir de “postos de observação”, que foram sendo encontrados por este pesquisador ao longo do caminho da investigação, além de serem locais fundamentais para o encontro de sujeitos da pesquisa e compreensão das dinâmicas que são trazidas para análise neste texto. Estes lugares centrais para a observação participante foram: O calçadão de Perus, o Sindicato dos Trabalhadores do Cimento, Cal e Gesso, mais conhecido como Sindicato dos Queixadas; a Associação de Aposentados de Perus e a Comunidade Cultural Quilombaque.

Utilizamos aqui os “postos de observação”, tal como Daniel Hirata (2010) utilizou esta referência em sua pesquisa, ao dizer que:

“A apresentação da pesquisa será feita a partir de três postos de observação: uma pequena birosca, o transporte clandestino e uma biqueira. Em cada um destes postos de observação a trajetória de um personagem será o condutor da apresentação das questões propostas. Estes postos de observação e seus personagens não são tipologias de comportamento ou modelos de um campo de ação, mas em cada um deles procura trabalhar um conjunto de questões, que se não os fazem singulares, podem ser objeto de interesse pelo que têm de particular. Trata-se de uma maneira de organizar, trabalhar e apresentar as informações empíricas que se faz a partir das cenas descritivas e trajetórias” (HIRATA, 2010, p. 138)

¹⁵ Conceito formulado por Tiaraju Pablo D’Andrea em sua tese. Vide D’Andrea (2013).

A utilização do recurso fotográfico tem seu foco neste trabalho não exatamente na técnica e na estética fotográfica, senão nas portas que se abrem à imaginação a partir do que pode ser apreendido através da imagem. A manutenção de um diário de campo também não está apenas na sua dimensão descritiva, porém, possibilita também tecer críticas a partir dos conhecimentos acumulados. A intimidade do diário também não deve ser ignorada, afinal, as emoções também fazem parte da experiência da investigação e, muitas vezes, são significativas para compreensão de certos acontecimentos, pois, em geral, não temos sentimentos sem que haja causas para eles e seus sentidos podem agregar nas reflexões da pesquisa.

Por fim, as entrevistas foram utilizadas em um primeiro momento para a definição dos próprios objetos e objetivos da pesquisa, pois, por meio dos possíveis sujeitos dela foi possível ir desenhando seus contornos. As entrevistas exploratórias foram invariavelmente não-diretivas, pois, o que se pretendia era a liberdade do sujeito na sua compreensão da proposta de pesquisa. Em seguida, as entrevistas foram utilizadas para a partilha das narrativas dos sujeitos da pesquisa com foco nas experiências de Perus e dos movimentos sociais neles inseridos sobre a memória local do território.

CAPÍTULO II – PERIFERIA, CULTURA E MEMÓRIA: O NOROESTE PAULISTANO DE PERUS EM EBULIÇÃO

Antes da consciência, do sujeito ou da identidade, periferia é uma condição.

40 Ideias sobre Periferia, de Tiaraju D'Andrea

Perus, de certa maneira, vem há muitos anos inserindo a região noroeste de São Paulo no mapa da cidade. Pouco a pouco vamos observando esta porção periférica da cidade – até então, pouco percebida diante da divisão clássica de suas zonas em pontos cardeais Norte, Sul, Leste e Oeste – se disseminar, não só no conhecimento geral da população, mas nos planos e desenhos urbanos do município. Território indígena, sítio de exploração de minérios, borda rural da vila, subúrbio operário da cidade industrial, até o seu atual reconhecimento como parte da periferia da metrópole, Perus e o noroeste paulistano vêm desenvolvendo saberes e experiências que merecem destaque e confluem em importantes dinâmicas sociais da cidade.

A seguir, apresentaremos alguns dos elementos que constituem o território de Perus e o noroeste paulistano, chão desta investigação, trazendo à tona algumas das suas representações existentes, desde dados oficiais às figurações, memórias do território, ressaltando a sua formação histórica e social e os principais determinantes socioeconômicos e culturais que interessam para a análise desse trabalho. As diferentes escalas elegidas e relacionadas na pesquisa também são essenciais para situar o leitor sobre a melhor perspectiva para compreensão do contexto do qual falamos.

2.1 Perus e o noroeste paulistano: Representações oficiais, indicadores e sua inserção na divisão político-administrativa da cidade

Ao contrário de uma foto estática, o território é vivo a partir de seus processos como em um filme, em que toma corpo a partir do encadeamento de imagens e no desenrolar de suas cenas. Essa noção de espaço enquanto processo nos remete também às concepções de Henri Lefebvre, enquanto espaço socialmente produzido (LEFEBVRE, 2013). São aspectos humanos e sociais e, especialmente, nesse caso, o seu uso, que dá ao espaço a

característica de ser como tal, não sendo possível enxergá-lo tão somente como obra, fruto de uma planificação do imaginário do indivíduo. Como nos lembra Lefebvre: “O conceito de espaço liga o mental e o cultural, o social e o histórico” (LEFEBVRE, 2013, p. 126). Desse modo, não sendo meramente um objeto físico-natural, tampouco um genérico, trata-se de um conceito de espaço enquanto espaço-processo.

A questão da distinção entre território – ou, espaço que tratamos como sinônimo – e paisagem, como coloca Milton Santos, trata-se de uma necessidade pedagógica (SANTOS, 2006, p. 67). Ela se detém principalmente sobre a relação entre forma e conteúdo, ou entre forma e forma-conteúdo, como diria o geógrafo, se pudéssemos assim simplificá-la, considerando a paisagem como o legado histórico de suas formas apenas. É a ausência do movimento da vida que faz tornar o espaço, paisagem. O espaço seria, assim, de definição mais complexa e, nesse sentido, envolve a dimensão da ação, dos usos e significados dados pela população à configuração territorial, reduzindo a paisagem a forma sobrando, àquilo que como resultado do processo da vida social, perdeu o seu uso, a sua vivacidade. Santos diz ainda sobre essa diferenciação que: “a questão a colocar é a da própria natureza do espaço, formado, de um lado, pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, e, de outro lado, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade” (SANTOS, 2006, p. 69).

Todavia, a paisagem pode ser compreendida de outras maneiras. Euler Sandeville Júnior, ao buscar elaborar esse conceito no campo da Arquitetura e Urbanismo, compreende que a paisagem, longe de ser meramente a configuração territorial inserida no campo da visão do observador, envolve aspectos do âmbito da territorialidade e da cultura, assim como abarca a dimensão do sensível e da estética, daquilo que é absorvido por meio da experiência das pessoas com o que está a sua volta (SANDEVILLE JR, 2005). Desse modo, tem-se uma visão mais ampla acerca do conceito de paisagem, levando-o a fronteiras, inclusive, que abrangem o território, suas especificidades, além da relação que se estabelece entre sujeito e lugar. A perda dessas esferas das relações, da cultura, dos significados e da beleza, levaria a transformação

do que ali se estabelece nesse cruzamento à uma paisagem inanimada, sem o seu conteúdo da vida, que aqui nos interessa.

Entre território, espaço e paisagem, optamos neste trabalho para o uso preferencial do primeiro, mas que abarque a dimensão social que tratamos nas abordagens acima. Remeto-me aqui especificamente ao território de Perus e seu entorno do noroeste paulistano. Se considerássemos para esta pesquisa estritamente as divisões cartográficas dos distritos da cidade de São Paulo, deveríamos considerar também, para além do distrito de Perus, os entornos do distrito de Anhanguera e Jaraguá e até mesmo partes dos municípios de Cajamar e Caieiras, se quiséssemos tentar delimitar o raio das ações, relações, sujeitos e memórias que aparecem neste trabalho. Partimos da compreensão de que não são suficientes as demarcações oficiais, e é necessário apreender a extensão da rede de relações que se estabelecem na pesquisa. Por isso, preferimos optar por chamar de “Perus” aquilo que também estamos nos referindo por “região noroeste”, esta grande região que engloba o distrito de Perus e o seu entorno. Mas que elementos trazem este território, espaço e paisagem do noroeste paulistano de Perus?

Primeiramente, os números oficiais. De acordo com o último Censo do IBGE de 2010¹⁶, a população total do distrito de Perus era de 80.187 habitantes na época do levantamento. Se considerássemos os limites da subprefeitura de Perus, ou seja, somados os distritos de Perus e Anhanguera (Figura 1 – Mapa das Subprefeituras), a população total chegava ao montante de 146.046 habitantes (projeção de 171.363 habitantes da Fundação Seade para o ano de 2019). Destes, 48,8% no distrito de Perus eram pretos ou pardos, enquanto esse índice era de 50,3% no distrito de Anhanguera. Viviam na mesma área pouco mais de 50 mil mulheres

¹⁶ O último Censo realizado pelo IBGE já possui mais de uma década, o que deve ser considerado ao se pensar na confiabilidade da informação. O Censo 2020 encontra-se não somente sob ameaça em decorrência das dificuldades para a sua realização impostas pela pandemia da COVID-19, mas também pelo próprio desfinanciamento do IBGE, impossibilitado de funcionar sem recursos mínimos.



Figura 1. Mapa das Subprefeituras da cidade de São Paulo. Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo.

Segundo o Mapa da Desigualdade de 2019 da cidade de São Paulo da Rede Nossa São Paulo (2019), a renda média familiar mensal no distrito de Perus é de R\$ 2.642,9 se somados os rendimentos de todos os membros da família no mês, tornando-o penúltimo em questão de renda familiar média e ficando à frente apenas do distrito de Lajeado, na Zona Leste da cidade. Se considerarmos novamente a circunscrição da subprefeitura de Perus, o distrito

de Anhanguera possuía, segundo o mesmo levantamento, uma renda familiar média mensal de R\$ 2.927,07, sendo o 86º dos 96 distritos da cidade.

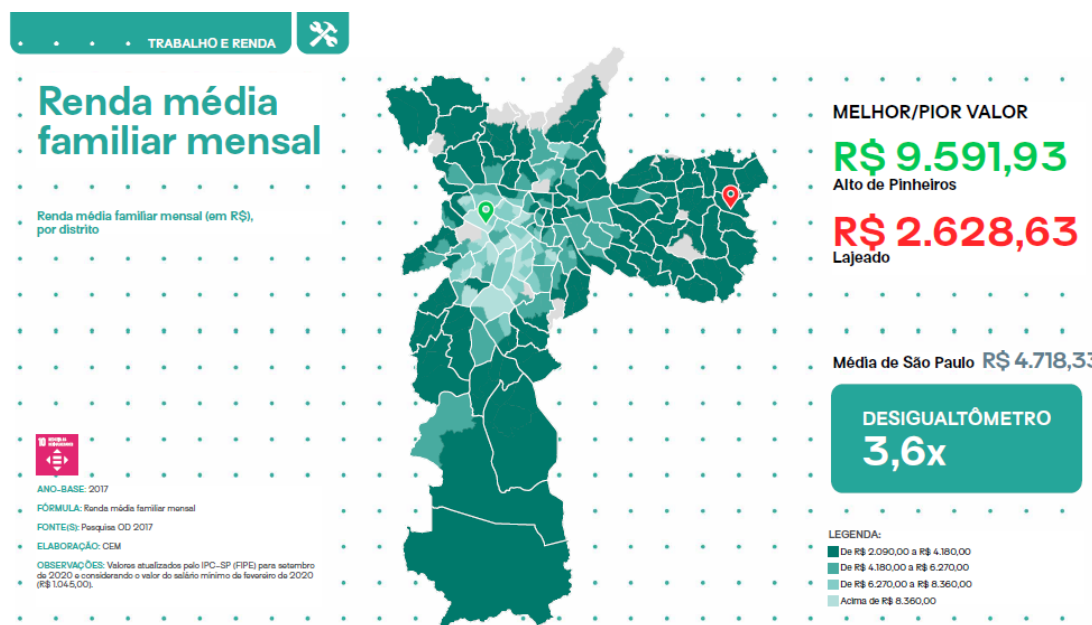


Figura 2. Mapa da Renda média familiar da cidade de São Paulo. Fonte: Rede Nossa São Paulo, 2020.

As desigualdades são vividas concretamente nos diversos espaços intraurbanos da cidade, sobretudo naqueles relegados à expressão da pobreza, das faltas, contraditoriamente presentes nas periferias, onde os direitos se colocam justamente como uma “ordem distante” da vivência cotidiana da maioria dos sujeitos, não como lapso do destino individual de alguns, ou como algo que acontece de modo pragmático e alheio às relações sociais mais amplas e globais. Mas, ao contrário, as densidades das desigualdades, exclusões e as dificuldades do não acesso a direitos estão impregnadas de saturações e determinações sócio-históricas.

Em Perus estão espalhados 45 bairros e vilas, enquanto em Anhanguera são apenas nove. Dentre os nove bairros de Anhanguera, o que mais se destaca é o Morro Doce — referência atribuída às antigas plantações de cana-de-açúcar que existiam nas propriedades da região – e que normalmente se confunde com o próprio distrito. Bairros, vilas e jardins que ainda dividem-se estruturalmente em casas de alvenaria e barracos, ruas afastadas e vielas de terra batida. Cerca de 10,9% das residências de Perus estão localizadas em favelas em relação ao

total de domicílios, enquanto 4% delas estão nesta condição no distrito de Anhanguera, segundo a Rede Nossa São Paulo (2019).

Era recorrente a falta de vagas em creches para crianças na primeira infância e a necessidade de articulação entre o NPJ – Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico, CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social e Conselho Tutelar no distrito de Anhanguera. Eventualmente, necessitávamos nos deslocar para fora de Perus e seu entorno para acionar órgãos da Justiça integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, como o Ministério Público. Através do MP a demanda por vaga poderia ser encaminhada ao Poder Judiciário para a garantia do acesso da criança à creche, ou, escola.

Estima-se que em 2019 eram necessários 92 dias de espera no distrito de Anhanguera para que uma criança de 0 a 5 anos tivesse garantido seu direito à oferta de creche pelo Estado, previsto pelo Art. 54, IV, do ECA. A diferença neste quesito é bastante marcante em relação ao distrito de Perus, que apresentava 36 dias de espera para a vaga, quase 1/3 a menos do que Anhanguera. Isso colocava o distrito de Anhanguera no 79º lugar dos distritos da cidade em questão de tempo de espera para a confirmação da vaga em creche, segundo o Mapa da Desigualdade de São Paulo, lembrando que a cidade de São Paulo possui 96 distritos. Ou seja, em pior situação do que Anhanguera havia apenas mais 17 distritos.

A violência contra a mulher também marca o território. Eram quase diários os atendimentos que realizávamos no Núcleo de Proteção Jurídico Social de Perus e no CREAS Perus às mulheres vítimas de violência. O silêncio no aguardo da sala de espera e as portas reservadas para os atendimentos eram a realidade de mulheres que buscavam o rompimento do ciclo da violência doméstica. Em sua grande maioria, encontravam-se pressionadas entre o abandono de sua vida regular para a sua própria proteção ou a permanência em situação de risco. Percebíamos no cotidiano profissional a gravidade desta questão para as mulheres que viviam no território, embora, não fosse uma característica presente somente nele quando pensávamos em outros territórios da cidade.

Os dados sobre internações de mulheres de 20 a 59 anos por causas relacionadas a possíveis agressões corroboravam com essas percepções. Em 2014, haviam sido registrados 153 casos a cada 10 mil habitantes nessa faixa etária em Perus. “O índice é um dos quatro piores de São Paulo, ao lado de Capela do Socorro, Parelheiros e Itaim Paulista”.(32XSP, 2016). Segundo a Rede Nossa São Paulo, Perus é o 22º distrito da cidade com mais registros de violência contra a mulher, e o com maior número de casos dentre os distritos da região noroeste da cidade.

Embora pouco visível, a subprefeitura de Perus também apresenta um número crescente de pessoas em situação de rua, seguindo a tendência da cidade nos últimos anos, que cresceu 53% em 4 anos, segundo última Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua do município de São Paulo. O NPJ e CREAS Perus frequentemente eram acionados por migrantes da região metropolitana de São Paulo, principalmente da Bacia do Juqueri, para captação de vagas de acolhimento em outras regiões da cidade, vez que o território, não dispunha de Centros de Acolhidas para pessoas adultas, famílias, ou crianças. Apenas recentemente está em processo de instalação um Serviço de Acolhimento Integral de Crianças e Adolescentes em Perus.

. Entre os distritos de Perus e Anhanguera, assim como em boa parte do município de São Paulo, a distribuição dos serviços públicos e suas capacidades é desigual, como pode ser visto na figura abaixo.

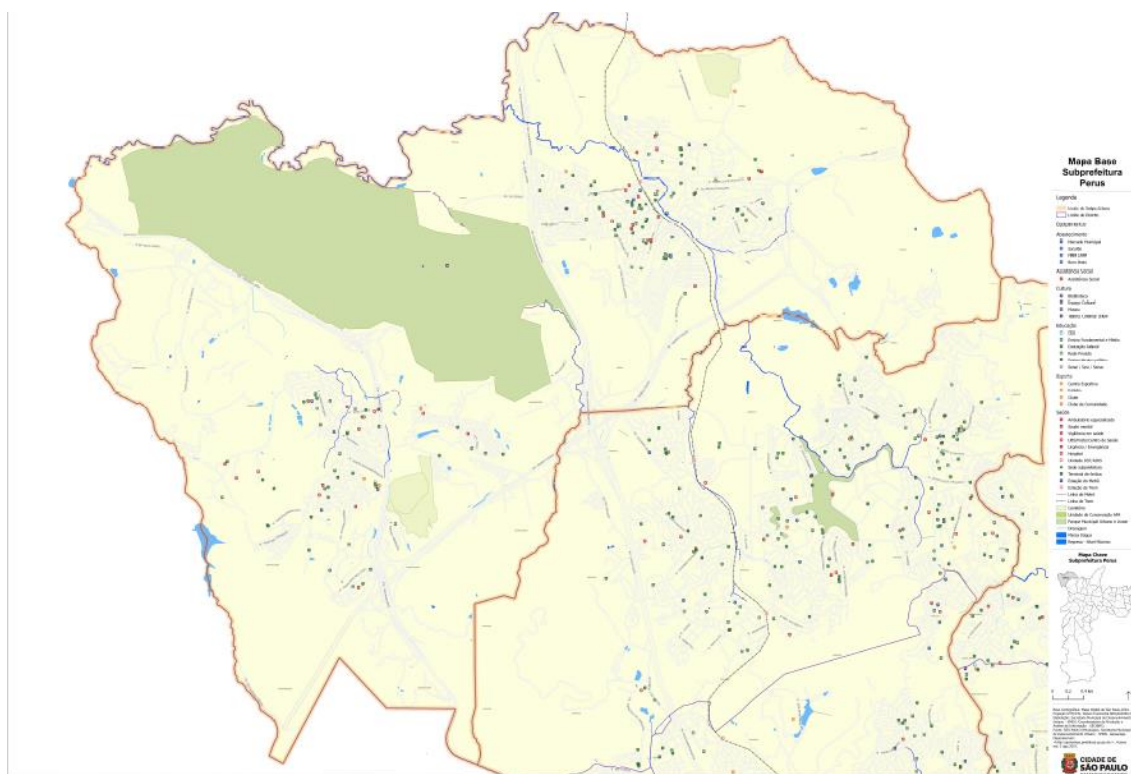


Figura 3. Mapa da distribuição de serviços públicos municipais na subprefeitura de Perus, região noroeste de São Paulo. Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2020.

A disposição de serviços de educação, saúde, proteção social e demais políticas públicas no território é um pouco mais ampla do que já fora no passado, mas insuficiente perantes as desigualdades que marcam o território. As lutas dos movimentos de bairro em São Paulo a partir sobretudo dos anos 1980 impulsionou a reivindicação por serviços nessas áreas para que a população das periferias da cidade tivesse acesso a esses direitos que viriam a ser previstos na Constituição Federal de 1988, com muita contribuição desses mesmos movimentos.

Embora sejam importantes para a gestão, as divisões político-administrativas e os dados administrativos da cidade nem sempre representam, de fato, os territórios de vida e as múltiplas relações que são estabelecidas pelos laços e redes de moradores desses territórios. Apesar de Perus ter contornos muito bem definidos na cartografia oficial do município, com sua própria subprefeitura também responsável pelo distrito de Anhanguera, se trata de um território onde vivem e circulam agentes, atores, sujeitos políticos, moradores,

alguns deles referidos nesse trabalho, que estabelecem fluxos, relações e lutas permanentes para além deste traçado administrativo.

Todos os sujeitos desta pesquisa são moradores da região noroeste com atuação em movimentos sociais locais, e estabelecem grande parte de suas ações e relações no âmbito dela. Do Sindicato dos Cimenteiros Queixadas, passando pela Associação de Aposentados de Perus, assim como pela Comunidade Cultural Quilombaque, esses movimentos sociais têm Perus e o seu entorno como seu lugar, sua referência. Porém, o que podemos dizer sobre a formação deste território? Quais são as marcas que carrega do seu desenvolvimento?

2.2 A formação do noroeste paulistano de Perus: Fronteiras de territórios indígenas, rurais-minerários e suburbanos

Embora seja muito provável o povoamento da região por povos indígenas desde antes do início do século XVI, possuímos poucas memórias desse período. É a partir do momento da ocupação do noroeste paulistano por bandeirantes em busca de ouro aluvião nos córregos locais que passamos a ter registros um pouco mais precisos sobre a formação de Perus e do seu entorno do noroeste paulistano. No entanto, não é possível esquecer que se trata de um território em que os povos Guaranis utilizavam há séculos como ponto de referência em suas migrações por conta da altura privilegiada proporcionada pelo Pico do Jaraguá.

Em 1966, a região voltou a ser ocupada pelos Guaranis, tendo sido inaugurada na época a aldeia Tekoa Ytu. Após a iniciativa, outras aldeias também foram se reposicionando na região como a Tekoa Pyau. É importante destacar que passadas algumas décadas após a reocupação do território pelos povos dele originários, a Terra Indígena do Jaraguá mais uma vez encontra-se pressionada pelos empreendimentos imobiliários do seu entorno e com as mudanças de regras cada vez mais restritivas quanto aos direitos às suas próprias terras. Um recente empreendimento de moradias populares na região

vem movimentando conflitos, ocupações, audiências públicas e ações judiciais pelos seus impactos sobre o território e sobre a população indígena local¹⁷.

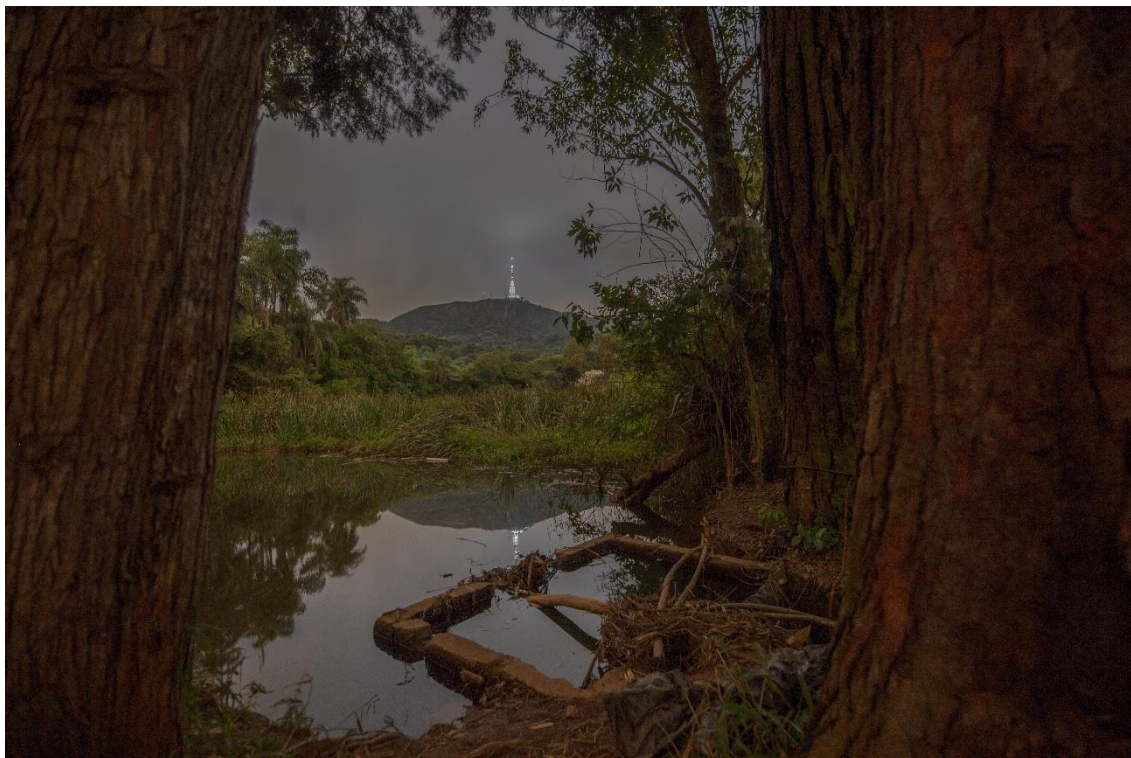


Figura 4. Pico do Jaraguá, referência para a geolocalização de povos indígenas há séculos e hoje terreno de conflitos fundiários entre empreiteiras e aldeias. Fonte: Revista Vai da Pé (2020).

A questão que se impõe – sobretudo, quando pensamos na cronologia da formação de Perus e seu entorno do noroeste paulistano – é justamente o vácuo temporal que se apresenta sobre a memória do território em quase três séculos. Perus reaparece na história da cidade de São Paulo em sua fase de forte industrialização, passados quase três séculos ausente da memória paulista. De certo modo, isto não é uma exclusividade da região noroeste. A cidade como um todo fora ignorada durante esse período, tendo passada despercebida durante séculos até se tornar a “locomotiva do Brasil”. Vale lembrar que até meados do século XIX, São Paulo ainda era considerada uma vila incipiente, encontrando-se abaixo do estamento de cidade. Vale ressaltar também, que a ausência da memória indígena e de sua ocupação do território se deve muito em razão do seu apagamento com a chegada do homem branco, seja pelo próprio extermínio

¹⁷ Vide a matéria realizada por Thiago Gabriel (2020) ao descrever o conflito fundiário sobre as terras indígenas no noroeste paulistano.

da população, seja pela proibição ou limitação de costumes e práticas culturais que mantinham viva as narrativas de um povo.

Ana Cristina Vellardi em sua narrativa histórica e geográfica sobre a ocupação da porção noroeste de São Paulo, partindo principalmente dos registros da exploração mineral na região, revela que as incursões bandeirantes a partir dos séculos XVI e XVII para o local em busca da riqueza dos minerais encontrados em sua hidrografia terminaram não movimentando muitos exploradores para o local em virtude da pouca quantidade de ouro que acabou se confirmando. A autora ainda destaca que no século XIX houve uma segunda corrida atrás de ouro na região, embora pouco significativa, não tendo mais uma vez sido encontrados grandes volumes de ouro no local. Ao invés disso, encontrou-se o calcário, recurso que seria determinante para a formação e o desenvolvimento do território (VELLARDI, 2017).

Após as primeiras inserções bandeirantes em busca de ouro e a permanência de alguns destes na região, levando à miscigenação com as comunidades indígenas locais, foram se estabelecendo algumas propriedades rurais nas intermediações, onde predominava uma população caipira cabocla. Segundo José de Souza Martins (2008), as primeiras ocupações das bordas das cidades eram compostas por famílias de origem rural com estas características e que viviam praticamente em uma economia de subsistência, habitando o entorno da cidade de São Paulo e o interior. Esta borda rural da então vila de São Paulo de Piratininga abastecia as necessidades da pequena população que, até então, vivia ainda no incipiente assentamento humano, não rural, da cidade.

Em virtude de uma Fazenda que foi criada nesse período na região com o mesmo nome, o que hoje conhecemos como bairro de Perus era conhecido como “Ajuá”, ou, “Fazenda do Ajuá”. O local e seu entorno faziam parte desse perímetro rural da cidade que abastecia a vila e dava apoio à viajantes que passavam pela região rumo ao interior do estado de São Paulo e do país. Como se sabe, o principal meio de transporte nesse período colonial e imperial eram as tropas de mulas ou cavalos, que demoravam dias para se deslocar. Em razão disso, precisavam parar diversas vezes ao longo do caminho, em locais onde era possível encontrar pequenos povoamentos rurais. A estrada de Goiás passava por Perus e pela região noroeste de São Paulo. Esse tempo lento, da

espera pela recarga das tropas, do reabastecimento e repouso dos viajantes, dava um compasso vagaroso à esta região, além de um ar bucólico, tipicamente rural. Não foi possível encontrar registros muito precisos da produção das fazendas que se encontravam na região, o que leva a crer que se tratavam de propriedades de baixa produção, em geral, para a própria subsistência da população caipira que ali residia e dos viajantes que por lá passavam.

Vale destacar que a região permaneceu durante muito tempo com esta nomenclatura “Ajuá”. O reconhecimento do território como “Perus” viria somente a partir do século XIX e, até hoje, não possui claro motivo para a mudança. Uma anedota é frequentemente contada sobre a existência de certa Dona Maria, segundo a qual criaria os animais de mesmo nome e era muito conhecida pelos habitantes da região. Vellardi parece apresentar com consistência outro argumento sobre a origem do nome após demonstrar através de um mapa geomorfológico a localização de Perus e o seu encravamento entre dois maciços que são formados na localidade. Isso então, haveria permitido estabelecer relação entre “a fisionomia local e uma das interpretações relativas à origem da denominação do bairro de Perus, a de ela seria originada de Pi-Ru, que significa “Pôr-se apertado”, segundo origem indígena” (VELLARDI, 2017, p. 150).

O desenvolvimento da técnica em decorrência das revoluções industriais ao longo do século XIX e a reorganização da acumulação capitalista com sua expansão espacial cada vez maior para países da periferia do capital, redefiniria os rumos da cidade de São Paulo, assim como o de Perus e da região noroeste. É com a construção da Estrada de Ferro Santos Jundiaí pela Companhia São Paulo Railway), em 1867, que foram criadas as primeiras rotas para as fazendas produtoras de café do interior com o porto de Santos no litoral, visando a exportação. A partir daí, o ritmo devagar e as características ainda muito rústicas da região noroeste de São Paulo passam cada vez mais a entrar em crise em relação subúrbio operário fabril que se constituiria.

De acordo com Vellardi, o território se caracteriza nesse período por:

Uma trama de associações entre proprietário de terras, empreendimentos industriais, implantação de infraestrutura, poderes constituídos em cargos públicos etc. também se desenha com expressão nessa localidade, nesse caso podendo-se repetir, articuladamente, a implantação de estruturas férreas orientadas pela disponibilidade dos recursos minerais e nesse

momento por empreendimentos instalados. Este modelo que parece recorrer na região, tendo cada momento interesses, agentes e atores específicos envolvidos, sendo de interesse da narrativa explorar e aprofundar tal modelo. (VELLARDI, 2017, p. 98)

Igualmente, é com a chegada da ferrovia na região metropolitana de São Paulo que nasce uma modernidade de costumes justapostos e, por vezes, contraditórios nos arredores da cidade. Embora os tempos modernos já houvessem chegado à cidade, ainda aconteciam de modo fragmentário, provocando o insulamento de uma certa racionalidade que se encontrava, naquele momento, nas elites. As transformações sociais que se davam a partir do século XVIII eram ainda marcadas por uma profunda lentidão no seu desenrolar. É só então, com o advento da ferrovia, que pôde se observar que esta lentidão se transformou em um rápido aceleração de transformações sociais. O trem encurtava distâncias e, conseqüentemente, o tempo, alterando o cotidiano das relações.

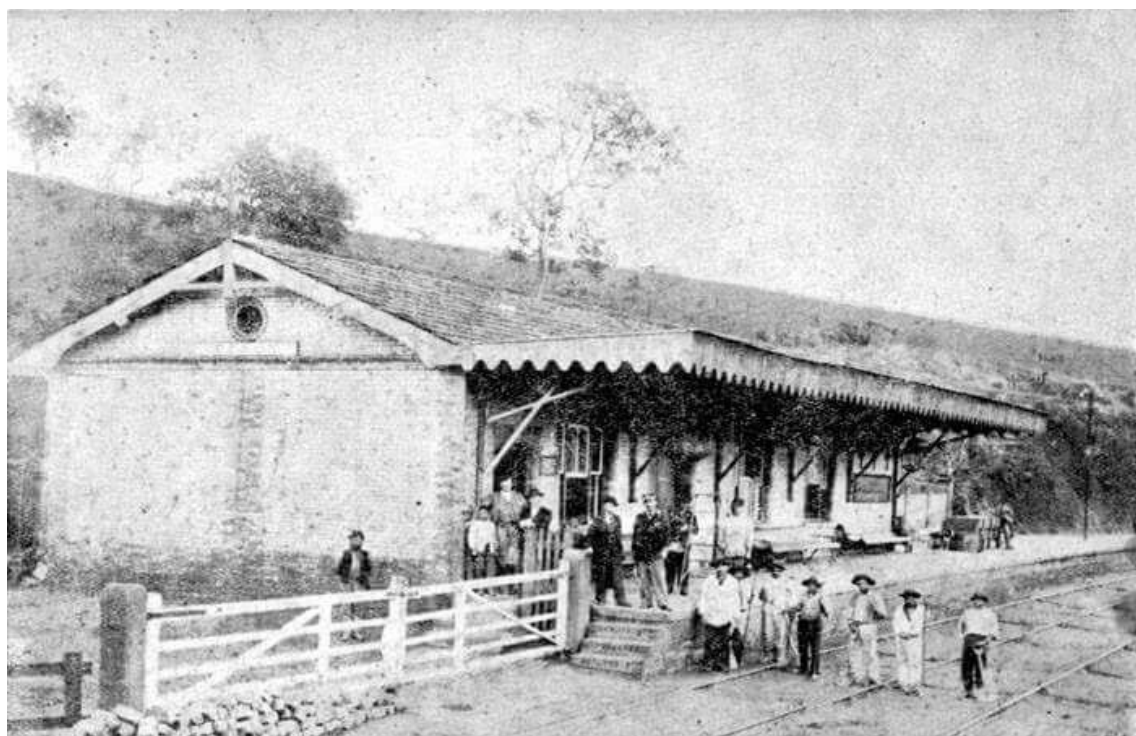


Figura 5. Estação férrea de Perus após a sua inauguração. Fonte: Estações Férreas SP (2021).

José de Souza Martins em sua obra sobre as “Origens do Eu dividido no subúrbio operário” observa as transformações que se deram distrito de Paranapiacaba, na região do ABC Paulista, e na experiência da estação

ferroviária do Alto da Serra com a chegada do trem na região. A reordenação da ligação da cidade de São Paulo com seu exterior, que até então era precedida pelo campo, passando por sua borda, até adentrar mata e chegar ao litoral, foi redesenhada pela ferrovia que fez o trajeto se tornar o mais linear possível, adentrando a mata o quanto antes, deslocando lugares de despedidas e reencontros dos viajantes (MARTINS, 2008, p. 22). O sociólogo demonstra como costumes e novas divisões foram sendo criadas, as novas distinções que se faziam no interior dos trens entre primeira e segunda classe, segregando classes sociais antes com fronteiras incertas, transformando o cotidiano da cidade

Dessa forma, a ferrovia dava pela primeira vez materialidade a esse mundo moderno capitalista em toda esta borda rural que circundava São Paulo, incluindo Perus e o noroeste paulistano. Com ela, a população percebia que os tempos estavam, de certo modo, mudando. Não à toa, isto teve implicações sociais e políticas de extensa magnitude. Como afirma José de Souza Martins, ela “diluiu a dimensão local e de localidade dos antagonismos sociais na dimensão geopolítica dos embates sociais e políticos da modernidade antes que os embates fossem efetivos” (MARTINS, 2008, p. 18). A ferrovia permitiu o aprofundamento de contradições de diferentes posições espaciais que, à certo modo, estavam anteriormente distanciadas e, portanto, desconectadas. O mundo das ferrovias trouxe consigo seus valores e, dessa forma, as “contradições sociais gestadas na complicada passagem da sociedade escravista, que se exauria, para a sociedade industrial, que se anunciava” (MARTINS, 2008, p. 18). Foram introduzidas classes sociais em conjunto aos velhos estamentos, reajustavam-se princípios, concepções, distinguia-se a vida cotidiana e a vida privada, surgia um novo decoro, fortalecia-se a aparência na vida social, ou seja, uma tecnologia que trazia novos modos da vida social, para além de suas transformações econômicas tão somente.

Sendo assim, estabeleceram-se ritmos cada vez mais rápidos no nascente subúrbio operário do que se tornaria a metrópole de São Paulo, com a necessidade de se aproveitar o tempo sempre para a produção, transformam-se sociabilidades, impõe-se o medo para que o menor número possível de pessoas fuja à essas regras. Aquele tempo lento, dos tropeiros viajantes que realizavam pausas em seus trajetos em Perus e no noroeste paulistano para descansar e recarregar seus suprimentos foi se misturando com o rápido movimento das

válvulas das locomotivas. Em decorrência disso e outras transformações, tendo em mente a sobreposição de diferentes costumes, colocava-se também socialmente a necessidade do fingir, do atuar, do aparentar ao invés de ser. “Nessa dupla orientação, o medo do visível se instala e a lógica da aparência se impõe” (MARTINS, 2008, p. 42). É assim que Martins passa a desenvolver a ideia do “Eu dividido”, gestado e intentando lidar nesse momento com os conflitos que o moderno apresentava para si mesmo.

Neste momento de expansão da rede ferroviária, o território de Perus, conhecido ainda por “Ajuá” e da porção noroeste da capital paulista passava por diversas transformações, mas se identificavam segundo Vellardi, ainda pelas seguintes características:

Perus, como exposto anteriormente, integrava-se ao grande bairro Ajuá, possivelmente com localização equidistante deste, indicado por Cardim em 1897, e ao antigo bairro do Pires em Santana de Parnaíba, situado no meio das duas localidades – ou seja, entre duas fazendas, a primeira de fornecimento de cereais incluindo terras de Juqueri, e a segunda uma fazenda de produção vinícola, em Santana de Parnaíba (DPH, 2005. p.41). O estudo não alcançou identificações precisas de atividades agrícolas em proximidade a Perus no período da implantação férrea, apenas o depoimento mencionado por Aoun (2010, p.18-19) de funcionário da SPR, anos mais tarde, em 1914, aponta a existência de poucas residências, lenha, pedra e cal. Também há referência à Fazendinha, com edificação construída em 1894, mas, segundo se depreende, esta correspondia a uma residência do coronel da Guarda Nacional à época, e com uso de chácara, sem indicativos de produtividade e inserida em gleba maior. Consta que a constituição de sua residência em Perus ocorreu em função de suas propriedades de terras e vinculadas a um empreendimento fabril de produção de pólvora que, segundo registros, não perdurou por muito tempo (DPH, 2005, p. 43). O que nos leva a crer que a implantação da Estação Perus em 1867 tenha sido um marco da sua identidade inicial de participante desse cinturão e de suas transformações, colocando a sua implantação em um importante foco de atenção na continuidade da experiência junto a essa paisagem. (VELLARDI, 2017, p. 130-131)

A chegada da ferrovia foi um dos elementos, talvez, mais determinantes para a vinda de fábricas para a região. A partir de 1877 a atividade industrial começou a tomar corpo na região pelas estruturas de escoamento da produção que o território continha, somando-se à proximidade dos recursos naturais da região. Vale destacar que no transcorrer do século XIX, sobretudo, em sua segunda metade, a cidade de São Paulo passa por forte processo de

industrialização e urbanização, transferindo boa parte do eixo econômico do país, que até então se concentrava na capital federal do Rio de Janeiro, para São Paulo. Esta, até então, mantinha precárias estruturas urbanas, ainda que mínimas se comparadas à outras regiões do país. Todavia, mesmo as cidades como Rio de Janeiro e São Paulo mantinham costumes, técnicas e modos de produção que remetiam aos tempos arcaicos, da ruralidade do campo. Por exemplo, o bonde puxado por burros, a iluminação a gás e manufaturas com trabalho manual. Embora nelas já houvesse a distribuição pública de energia elétrica, essa rede de distribuição era curta e muito desigual, sendo assim, a energia a vapor, com uso do carvão, ainda era muito comum.

Fraya Frehse trata deste ritmo ainda lento de urbanização da incipiente cidade de São Paulo na segunda metade do século XIX. Por meio de imagens históricas de um fotógrafo da época, é possível observar nos ritmos corporais dos pedestres em espaços públicos de regiões hoje centrais da cidade:

Até então, as ruas e largos paulistanos tinham sido essencialmente lugares de permanência e, dependendo da ocasião, ajuntamento físico regular de determinados tipos de pedestres – sobretudo de gente que, envolvida na labuta e na sociabilidade do trabalho braçal, não raro era flagrada pelas pesadas câmeras fotográficas da época de pé, sentada ou mesmo deitada diante da soleira de alguma porta (figuras 2-3). (FREHSE, p. 110, 2016)

Como dito anteriormente, São Paulo ingressa em um processo de urbanização que acompanhou uma importante fase do desenvolvimento técnico que seguia mudanças tecnológicas criadas a partir Segunda Revolução Industrial. É nesse momento que a cidade de São Paulo começa a conviver então com novas tecnologias em razão da transformação da técnica, como foi o caso da ferrovia, do telégrafo, do telefone e da eletricidade, entre outras mudanças advindas que provocariam alterações sociais profundas, sejam em costumes, classificações sociais, ou, nas características do próprio cotidiano da população, permeado cada vez mais por este mundo moderno das novas técnicas.

Essa São Paulo, da prosperidade cafeeira para os poucos das elites ao lado da decadência da escravidão, junto ao progresso tecnológico que se anunciava, fazia da cidade uma confluência de ritmos, tradições e inovações. É isto que Frehse apreende, também, em seu trabalho de ritmanálise sobre a

cidade nesse período no qual em um mesmo quarteirão se encontrava o moderno das máquinas com burros que aguardavam ao lado de fora dos estabelecimentos, cada vez mais restritos nas ruas centrais frequentadas por esta mesma elite cafeeira e industrial em expansão (FREHSE, 2002).

Sendo assim, em 1881, é fundada a primeira indústria de fato da região noroeste, a chamada Fábrica de Pólvora “Capitão da Guarda Nacional Sr. Edwiges Dias de Oliveira”, acompanhando a linha férrea já estabelecida localmente. Esta Fábrica de Pólvora teria sido a principal fornecedora de munição para o sistema de defesa do Porto de Santos nos anos da recém-inaugurada República. É interessante notar que, embora tenha sido pioneira na atividade propriamente fabril da região, a Fábrica de Pólvora se tratou de umas poucas atividades econômicas industriais que não mantinha vínculos diretos com os recursos que podiam ser encontrados na região noroeste de São Paulo, destoando das outras plantas que viriam a se instalar no local.

A Companhia Melhoramentos segue o mesmo caminho e é também uma das primeiras indústrias que se instala em local que hoje é pertencente o município de Caieiras, aproveitando esse acelerado processo de industrialização e urbanização da região. A Companhia acabou por formar um importante centro industrial nas cercanias da cidade de São Paulo. As condições que se apresentavam em Perus e na região noroeste da cidade nesta época, ou seja, a existência de estruturas mínimas para a produção e escoamento da produção industrial, associada à proximidade com mão de obra barata tornavam esta localidade uma região propícia para a formação de um subúrbio operário. Além disso, havia atividades consolidadas em torno do extrativismo mineral e produção de papel, com a disposição de matérias primas próximas às plantas industriais. Todavia, condições como essas não eram exclusivas da região noroeste da cidade de São Paulo. Outras bordas da cidade também passaram por um processo acelerado de ocupação e industrialização tal como Perus, formando outros subúrbios operários nas bordas da metrópole.

De acordo com Vellardi:

Identifica-se que os atributos minerais existentes na região conformam um ponto de convergência entre a Fábrica de Cimento e a EFPP. A Estrada de Ferro Perus Pirapora, na sua origem, foi responsável pela extração, produção e escoamento

de cal a partir de 1914, e a Portland Perus produziu cimento a partir de 1926, ambas utilizando a mesma matéria-prima, o calcário, presente em Santana de Parnaíba, Cajamar e Caieiras (segundo denominação atual). Coube a Perus a transformação desse minério através de sua fábrica de cimento e o escoamento dessa produtividade regional por longo período. (VELLARDI, 2017, p. 198)

David Harvey esclarece que o modo capitalista de produção tende a criar formas rápidas de comunicação e transporte, sobretudo, para a maior circulação das mercadorias em maior quantidade, assim como, para ampliar as esferas de realização do trabalho, reduzindo seus custos (HARVEY, 2005, p. 50). À maneira da produção capitalista do espaço, essas formas se hegemonomizam no espaço no sentido de proporcionar a continuidade da acumulação, embora, também contraditoriamente lhe limitem o crescimento.

Fazendo referência aos ensinamentos de Marx, Harvey conclui que:

O modo capitalista de produção fomenta a produção de formas baratas e rápidas de comunicação e transporte, para que “o produto direto possa ser realizado em mercados distantes e em grandes quantidades”, ao mesmo tempo em que novas “esferas de realização para o trabalho, impulsionadas pelo capital” podem se abrir. Portanto, a redução nos custos de realização e circulação ajuda a criar espaço novo para a acumulação de capital. Reciprocamente, a acumulação de capital se destina a ser geograficamente expansível, e faz isso pela progressiva redução do custo de comunicação e transporte. (HARVEY, 2005, p. 50)

As atividades da Companhia Melhoramentos estavam também associadas à matérias-primas que podiam ser encontradas na região, como dito. A proximidade era aspecto crucial para a existência desta indústria e de outras que vieram a se instalar na região. Além de fábricas, foram criadas pedreiras em Perus e na região noroeste, com a do sítio Botuquara, cujas pedreiras são muito visíveis até hoje na paisagem do território. Em 1910, iniciou-se a atividade de extração de cal no bairro do Gato Preto, muito representativo para a região e atualmente situado no município de Cajamar. Essa atividade também foi fundamental para o desenvolvimento local de demais indústrias associadas a esse tipo de produção.



Figura 6. Extração de cal no bairro do Gato Preto, em Cajamar (1910-1920). Fonte: Prefeitura de Cajamar (2021).

Segundo Ana Cristina Vellardi, a atividade de mineração foi determinante para a configuração da região noroeste da atual metrópole paulista, definindo boa parte de sua formação geográfica e história (VELLARDI, 2017, p. 162). A existência de jazidas de calcário na região não garantiu somente o desenho da paisagem, como foi propulsora de diversas atividades que viriam a se desenvolver, seja a sua extração e revenda em estado bruto, seja na sua utilização na fabricação de cimento, cal e gesso.

De acordo ainda com o próprio processo da produção do cal, descrito com muita precisão por Vellardi, e pouco compreendido no que se diz as suas necessidades de transformação sobre a matéria, ele é revelador no sentido do impulso dado à atividade industrial na região. Este processo de fabricação, mesmo que não muito complexo se comparado a outros já existentes na época, exigia condições técnicas mínimas para ser realizada a transformação da matéria prima, o calcário, em cal.

Nas próprias palavras da pesquisadora:

Desejamos apenas iluminar que a produção da cal não

corresponde a uma atividade extrativa apenas, embora seja muito comum encontrar esse entendimento, e mesmo no meio acadêmico. É certo que se desenvolveram técnicas mais modernas, transitando-se das artesanais; mas em sua essência, desde tempos remotos, devem ser consideradas atividades de transformação, para além de extrativas. Possivelmente essa concepção tenha resultado em prejuízo na identificação de outros núcleos industriais, para além dos identificados na região mais central da capital no início do século XX. (VELLARDI, 2017, p. 163)

O ouro haveria provocado a descoberta do calcário e, a partir daí, foram sendo desenvolvidas diversas atividades de transformação industrial a partir dessa matéria-prima, como foi o caso do cimento e do cal. Em virtude da existência deste recurso na região, “a identificação geográfica dos atributos minerais, associados aos aspectos geológicos relacionados, nos parece contribuir ao entendimento dessa paisagem” (VELLARDI, 2017, p. 164). É importante notar o foco e a contribuição da autora através de sua pesquisa sobre um período pouco notado na memória do território e a formação de sua paisagem. O período do calcário, posterior ao ouro e anterior ao cimento. A existência deste recurso foi determinante também para a instalação de infraestruturas na região que futuramente serviriam à atividade fabril seguinte.

Por fim, em relação a atividade de exploração de cal na região, Vellardi conclui em suas observações que:

A partir dessas observações no estudo, compreende-se que, com um núcleo produtivo de cal pouco visível na história, suas particularidades igualmente não são passíveis de serem consideradas. Particularidade que podemos indicar como um binômio aplicado de modo inverso, ou seja, com a indústria mineral atraindo a locação das estações intermediárias do grande tronco da SPR, já a partir de 1867, na região. Sob o mesmo raciocínio, podemos observar a implantação da EFPP também como emblemática da característica de como opera esse binômio na região, mesmo que atuando em menor escala espacial e a partir de 1910. (VELLARDI, 2017, p. 201)

Em 1924, instalou-se o que se tornaria a maior fábrica de cimento do Brasil da época, ao lado da estação férrea de Perus, a Companhia Brasileira de Cimento Perus Portland S.A. (CBCPP). Essa localização industrial dispunha de matérias primas, transporte ferroviário e contava com força de trabalho próxima, além de um mercado consumidor com demanda crescente na época. A Companhia foi criada com o capital internacional de uma indústria Canadense, atraída pelo processo de urbanização de algumas cidades brasileiras na época,

especialmente, de São Paulo. Associando-se a empresários brasileiros produtores de cal da região do Gato Preto criou-se a CBCPP. Todo maquinário industrial foi importado e a estrada de ferro Perus Pirapora também foi incorporada ao capital da empresa.

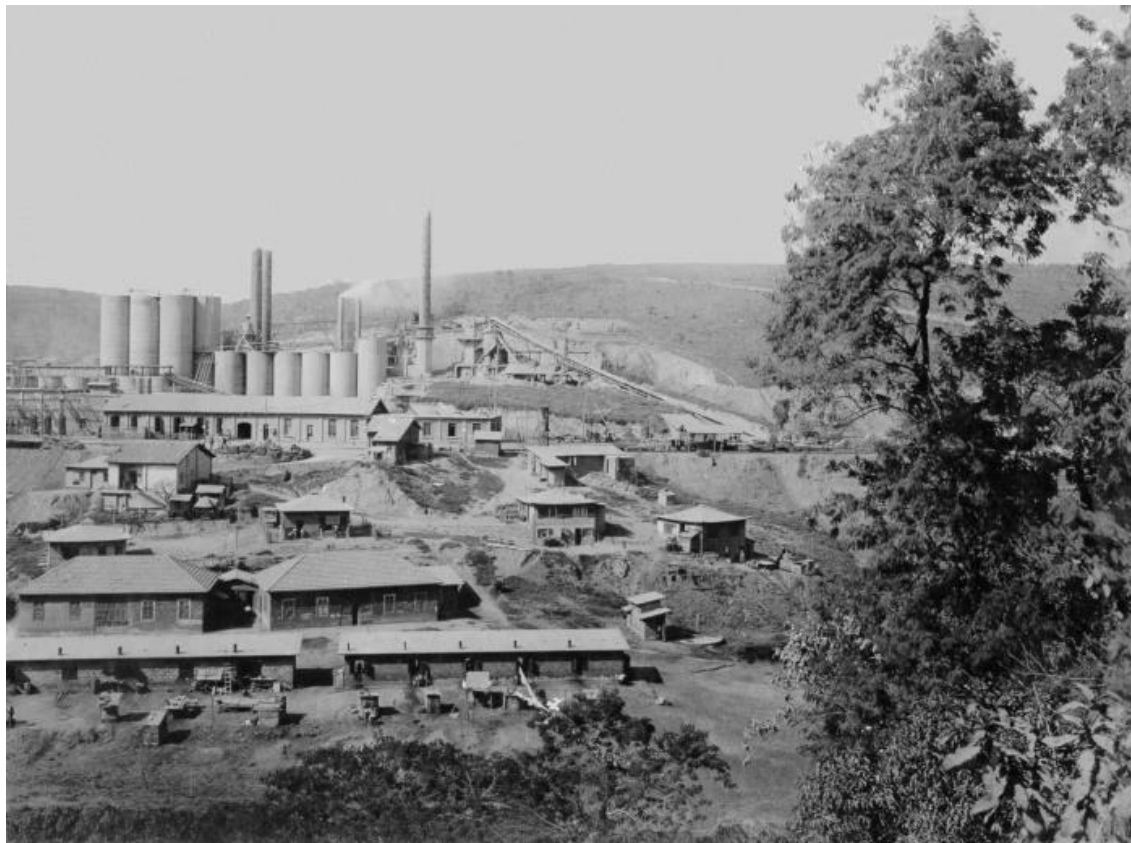


Figura 7. Imagem da fábrica da “Cimento Perus”, como era chamada a Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus. Fonte: Acervo Nelson Camargo (2020).

Élcio Siqueira, historiador filho de trabalhadores Queixadas da CBCPP – como viriam a ser chamados os cimenteiros grevistas desta fábrica, como veremos mais adiante – e que realizou investigações acerca das histórias que marcam esta fábrica, destaca o seu papel produtivo que teria para a cidade de São Paulo, assim como para o país. A produção cimenteira nesta época se caracterizava por:

Por volta de 1940, quase todo o cimento consumido no Brasil era de procedência nacional, situação que perduraria durante a Guerra graças à interrupção de importações. A demanda, porém, continuava crescendo devido a programas de obras do governo e a um boom de construções imobiliárias gerado por facilidades governamentais para financiamentos, caracterizando

um quadro de demanda reprimida que, acabada a guerra, seria seguido por um prolongado período de prosperidade. (SIQUEIRA, 2001 p. 40)

Ademais, a imigração e o êxodo rural para as cidades em busca do emprego fabril ocorriam à pleno vapor nesse período. Os imigrantes, espoliados em suas terras de origem, chegavam a São Paulo e, se não iam às fazendas do interior, alocavam-se onde havia indústrias em busca de trabalho. Perus e a região noroeste de São Paulo era um desses destinos, onde esses mesmos imigrantes passaram a conviver com os caipiras e a se unirem com as famílias já vinham se instalando na região.

Era assim que se configurava um subúrbio operário nesses arredores da cidade de São Paulo, já reconhecida cada vez mais como o grande eixo produtivo industrial do país. Para José de Souza Martins, o subúrbio industrial da metrópole paulista tem suas origens na referência do entorno de uma São Paulo ainda fortemente rural para época, embora com a presença cada vez maior de indústrias, quando ainda era um apêndice da roça, de sítios e fazendas, na condição de vila (MARTINS, 2008, p. 44). A nomenclatura “subúrbio” começou a ser usado para designar esta localidade na segunda metade do século XVIII, quando já se percebia um certo desenvolvimento urbano em São Paulo. Sendo assim, representava principalmente aquilo que não se enquadrava na cidade e, tampouco, aquilo que era propriamente campo. O subúrbio é desta maneira, historicamente, margem. Está na fronteira entre dois mundos mesmo que incipientes (como no caso, da cidade de São Paulo até então), servem de uma referência bem específica, pois, permeada por contradições.



Figura 8. Imagem o centro do bairro de Perus, próximo a linha do trem, por volta dos anos 1950. Fonte: Acervo Nelson Camargo (2020).

Por mais que Perus se caracterizasse por ser cada vez mais por um território fabril e operário, a presença de vastas áreas verdes no seu entorno e os costumes tipicamente rurais que não foram perdidos tão rapidamente, continuaram a ter espaço naquele território. A caça e a agricultura eram fatos comuns, assim como a existência de chácaras, sítios e fazendas, até recentemente. Perus e a região noroeste de São Paulo, assim como outras regiões mais às beiras da metrópole, criaram modernidades – sobrepondo relações de diferentes tempos e espaços – muito peculiares, com sentidos sociais que marcaram uma época para a cidade, metrópole e, até mesmo, país.

A permanência dessas características propiciou a existência renovada de significados sociais na vida cotidiana dos subúrbios paulistanos. As cores, sons e odores foram e ainda são mediações sociais e culturais que têm muito espaço e significado nas cerimônias, liturgias, e na vida de todo dia. Ganham sobrevida no cotidiano, que não se privou desses com o moderno homogeneizante de cores, sons e odores e ditador de tempos lineares. Como, ainda, diz Martins: “Mal se começava a falar e começava-se a aprender as regras relativas ao que era interditado, ao que era a fonte do medo regulador do modo de viver e de pensar” (MARTINS, 2008, p. 11). Tratou de se manter no vivido do subúrbio

industrial, residualmente, significados naquilo que aparentemente não havia sentido, naquilo que não estava vinculado à lógica do moderno industrial.

Era possível observar nos sons do subúrbio, entre os apitos das fábricas e os sinos das igrejas, interrupções e demarcações no cotidiano próprias dos ritmos dados pelos sons. Os apitos sempre constantes e precisos dos trens e das fábricas, infalíveis em seus horários (MARTINS, 2008, p. 102) e que expressavam diferentes significados a depender de quando ressoavam, distinguíam-se das interrupções dadas pelos sinos das igrejas que anunciavam a liturgia das missas durante os dias de semanas, do momento de suspensão do tempo da produção para dedicá-lo à religiosidade. “Era um som de convite à devoção, à lembrança cíclica, à memória ritual, um som de afeto” (MARTINS, 2008, p. 104). Até mesmo o futebol, também com seus apitos de juiz e trazido pelo moderno mundo industrial inglês, mantinha no subúrbio a sociabilidade cotidiana entre os trabalhadores em suas pausas de produção, seja durante a semana ou ao final desta.



Figura 9. Partida de futebol entre trabalhadores da Cimento Perus. Fonte: Acervo Nelson Camargo (2020).

A classe operária do subúrbio, segundo Martins, viveu também essa conciliação entre os mundos do racional e do místico, do moderno e do pré-

moderno, do produtivo e do lúdico, dobrando sua cultura e subjetividade para este e aquele lado. Desse jeito, coexistiram concepções pré-modernas, pré-industriais e rurais junto ao próprio moderno, sendo que estas não foram tão somente mantidas, mas renovadas e revitalizadas de diferentes maneiras. Nas palavras de Martins, esse “tempo linear da fábrica foi acomodado por largo período nos pressupostos e nas práticas de uma sociedade ainda regulada pelo tempo cósmico das estações do ano e dos ritos sociais e religiosos demarcadores do calendário litúrgico e da vida” (MARTINS, 2008, p. 10). Foi assim que de forma acentuada o subúrbio fabril da metrópole de São Paulo permanecia com um contraponto às implicações do moderno àquilo que subsistia, por vezes, do universo rural e suas tradições culturais.

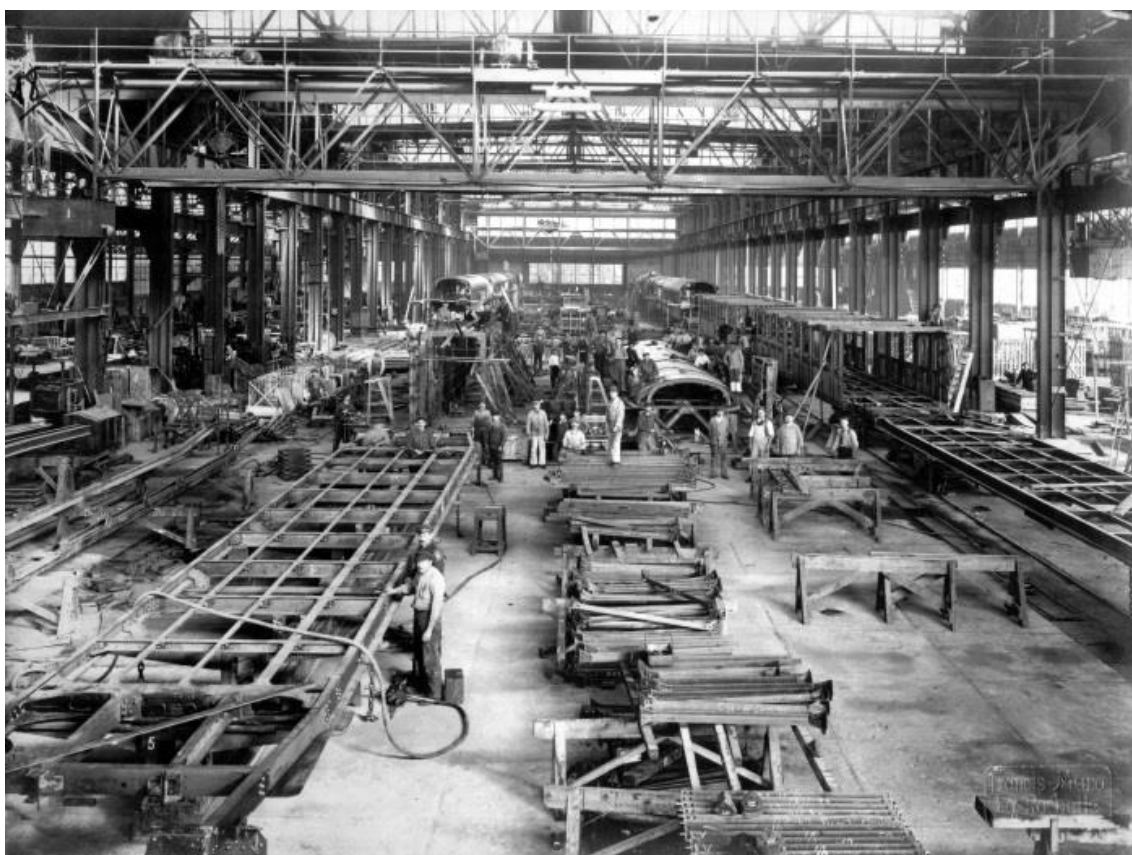


Figura 10. Imagem de operários na fábrica da CBCPP. Fonte: Acervo Nelson Camargo (2020).

Toda essa presença da Cimento Perus e demais atividades de produção na região, combinada com a mão de obra operária crescente que cada vez mais se instalava no subúrbio, ou, em suas proximidades em busca de empregos na indústria, fez com que Perus e o noroeste paulistano se transformassem profundamente neste período. Essas mudanças articularam boa parte da vida

pública e política do território. Os trabalhadores da fábrica de cimento começaram a se organizar por meio de reivindicações por melhores condições de vida e de trabalho. Anos mais tarde os operários cimenteiros e demais sindicalista acabariam sendo conhecidos pela alcunha de “Queixadas”¹⁸ e eternizaram este apelido com a greve operária mais longa da história brasileira. Trataremos um pouco mais afundo dessa memória do movimento operário da região, principalmente, entorno da memória dos Queixadas e do papel desta memória que incide até hoje sobre o território vetores sobre os quais também trataremos adiante e que moradores, sujeitos políticos e movimentos sociais da região, vêm ressignificando e reapropriando desta memória.

Com o tempo, Perus e a região noroeste – assim como a cidade de São Paulo como um todo – passaram a receber sucessivas ondas de migrantes, vindos de outras regiões do país, mas principalmente Minas Gerais, Paraná e de alguns estados do nordeste, já a partir dos anos 50-60. Migrantes do interior de São Paulo já eram comuns antes disso, mas também continuaram a ser recebidos no território. Todavia, é principalmente a partir dos anos 80 em diante as gerações de filhos de moradores começaram a se espalhar pelas novas Vilas, Jardins e ocupações, buscando áreas onde pudessem estabelecer suas moradias. Pouco a pouco, Perus e o noroeste paulistano se transfigurava para esta síntese periférica que é hoje. Preferi para este momento em que tratarei desta configuração de Perus e do noroeste paulista enquanto território periférico – e de tantos outros que se tornariam conhecidos pelo nome de periferia – dedicar-lhe uma seção própria, acompanhando das dimensões da cultura e da memória que este território também carrega em suas rugosidades.

2.3 Perus e a região noroeste: Contemporaneidade periférica e novos personagens políticos no campo da cultura

A relativa estabilidade do território e da estrutura fundiária da região passou a sofrer uma relativa reconfiguração a partir dos anos 60-70. Contudo, as características de um território indígena, rural-minerário e de subúrbio operário, permanecem nas rugosidades de Perus (SANTOS, 2006). São marcas que lhe deixam traços até os dias de hoje, embora, não possamos dizer que as

¹⁸ Interessante notar que a alcunha remete à ruralidade das caças realizadas por moradores da região, ainda muito atreladas à cultura caipira do subúrbio operário que se manteve em suas rugosidades e símbolos.

dinâmicas sejam exatamente as mesmas daquelas do passado. A região noroeste, com o tempo passaria cada vez menos a ser reconhecida como subúrbio para se tornar comumente chamada de periferia. Profundas transformações também aconteceram dos anos 90 em diante. Velhos e novos cenários se apresentariam nestes territórios até a sua configuração atual enquanto periferia e seu reconhecimento pelos próprios moradores enquanto moradores de territórios periféricos.

No Brasil, a ideia de periferia foi sendo criada principalmente a partir da segunda metade do século XX, passando por enunciadores distintos e, conseqüentemente, significados diferentes ao longo do tempo acerca desses territórios (D'ANDREA, 2013). Primeiramente, a partir do discurso acadêmico sobre sua categorização e análise nos anos 60 em diante, sobretudo, observando a expansão demográfica e habitacional das franjas da cidade de São Paulo. Em seguida, dos anos 90 em diante, a preponderância periférica, construída como noção explicativa da publicização do termo para fora dos meios universitários e sua apropriação e uso pelos próprios moradores desses territórios. Essa mudança segundo o pesquisador começa com os movimentos sociais e percorre, também, a produção cultural das periferias como o discurso do *rap* que trazia traços próprios do cotidiano desses lugares. Vale ressaltar, além disso, a crescente presença de *sujeitos periféricos*¹⁹ nas universidades, com a ampliação do acesso ao ensino superior às camadas mais pobres da população a partir dos anos 2000 e antes sem acesso, o que vem provocando inflexões no próprio discurso acadêmico.

Tiaraju D'Andrea (2013), sociólogo e pesquisador das quebradas, descreve o deslocamento com os anos da preponderância sobre o discurso em torno da periferia. Segundo D'Andrea, no primeiro momento muitos autores souberam descrever processos que caracterizariam – mais uma vez, desde um olhar preponderantemente das universidades – a periferia e seus traços, aspectos sociais, sobretudo, habitacionais. De certo modo, souberam descrever também “rugosidades” que esses territórios carregavam consigo, tal como colocou Milton Santos. A própria noção de “subúrbio”, que trabalhamos nesta dissertação a partir dos estudos de José de Souza Martins, foi utilizada para

¹⁹ Conceito construído por Tiaraju Pablo D'Andrea em sua tese “Sujeito Periférico”.

descrever parte considerável desses lugares em uma determinada época. Hoje, muito daquilo chamado de periferia era antes reconhecido como subúrbio, inclusive, pelos seus moradores²⁰. É a partir dos anos 60, em pesquisas voltadas aos estudos urbanos, que o termo periferia passa a ser mais empregado.

Posteriormente, os movimentos sociais urbanos surgidos na cidade de São Paulo, principalmente, dos anos 80 em diante, teriam papel fundamental na mobilização política nesses mesmos territórios, porém, não havia ainda o reconhecimento dos mesmos como “periferia”²¹. É a partir das narrativas que advém da produção cultural desses territórios periféricos, com a participação do *rap* como música que congregava o reconhecimento da periferia como tal, assim como, pela representação dos coletivos de cultura que começavam a surgir nesses diversos territórios nesta mesma época, que também passava-se a publicizar a noção de periferia. Era assim que se iniciava a preponderância periférica (D’ANDREA, 2013, p. 45).

No que se diz sobre a primeira preponderância acadêmica no uso do termo periferia para designar determinados territórios da cidade, essas pesquisas, como mencionado anteriormente, estavam muito voltadas para as análises da cidade no âmbito da sua expansão habitacional e sua relação com a industrialização e a expansão da classe operária nos seus arredores. Sendo assim, em pesquisas como a de Lúcio Kowarick e outros estudiosos do espaço urbano, focaram sobre a óptica do desenvolvimento e tendo a desigualdade habitacional como seu pilar fundamental (KOWARICK, 2009). As diversas formas de produção da habitação na metrópole de São Paulo, dos cortiços centrais à construção nas periferias e subúrbios mais longínquos, foram analisadas neste direcionamento que ainda revela importantes características da formação desses territórios.

Essas leituras enfocavam que a questão da moradia se agravava em São Paulo, sob um contexto de crescente crise do trabalho e desconcentração industrial, que resultou no aumento do desemprego estrutural. Esse fenômeno,

²⁰ Nas entrevistas realizadas com Sidnei e nos diálogos com demais moradores e ex-moradores de Perus de gerações que se instalaram no território antes dos anos 90, inclusive em atendimentos no NPJ Perus, era muito comum ainda o sentido do bairro e da região noroeste enquanto subúrbio.

²¹ Sidnei ressalta, certa vez, os movimentos que se formavam nos diversos territórios da cidade em torno de pautas relacionadas a moradia e acesso a bens e serviços básicos, como “movimentos de bairro”.

associado à raridade do espaço e ao aumento dos preços imobiliários, gerou agravamento das condições de moradia da classe trabalhadora. No momento histórico antecedente, o loteamento irregular de terras, aliado ao auto empreendimento da moradia, foi uma forma indireta para a superexploração dos empregos industriais. Porém, para o período em questão (últimas décadas do século XX e início do XXI), faz-se necessário repensar essa formulação, já que o trabalho formal é cada vez mais raro ou precarizado.

Lúcio Kowarick, em seus estudos urbanos com enfoque sobre a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) nos anos 60 em diante, ressaltou a existência de uma lógica perversa e peculiar às cidades, chamada por ele de espoliação urbana. Esta, por sua vez, seria o conjunto de expropriações que se realizam pela inexistência ou precariedade de bens e serviços de consumo coletivo, assim como no acesso à terra e à moradia, socialmente necessários para a reprodução da classe trabalhadora (KOWARICK, 1979). Como observa Kowarick, na RMSP, a periferização da moradia popular cresceu por meio da expansão da produção industrial para as margens da cidade, unindo, em zonas mais longínquas, o local de trabalho com a moradia precária, sem infraestrutura e sem a oferta de bens e serviços locais. Nesse período, a segregação social se acentuava com a predominância da lógica espoliativa do espaço urbano, vez que os espaços mais centrais (com melhores infraestruturas e serviços, alvos de maior volume de investimentos do Estado) ficavam reservados à especulação imobiliária e às camadas da população com maior poder aquisitivo.

Dessa forma, a malha urbana do território se estendeu através de novos loteamentos. A classe trabalhadora passou a solucionar o problema de sua moradia através da aquisição de terrenos baratos e da autoconstrução da moradia, realizando mais um trabalho para a sua própria sobrevivência. Nos subúrbios em geral, em Perus e noroeste de São Paulo, como em outros lugares afastados do centro da cidade, lotes foram vendidos (muitas vezes em desacordo com as leis e com zoneamento), praticamente sem nenhuma infraestrutura. A população nesse processo é submetida à uma condição de *subcidadania*. Suas moradias eram autoconstruídas e vendidas em lotes, muitas vezes, de maneira irregular e ilegal, trazendo uma constante insegurança jurídica para os que nelas habitam.

Como ressalta Kowarick:

Irregularidade, ilegalidade ou clandestinidade em face de um ordenamento jurídico-institucional que ao desconhecer a realidade socioeconômica da maioria, nega a benefícios básicos para a vida nas cidades. Não se trata apenas do inconsciente perverso de tecnocratas bem-intencionados. Trata-se de um processo político que produz uma concepção de ordem estreita e excludente e, ao fazê-lo, decreta uma vasta condição de subcidadania urbana. (KOWARICK, 2009, p. 54)

Essa forma de ocupação do espaço urbano da cidade de São Paulo e sua região metropolitana teve um forte crescimento e um padrão periférico entre os anos 1930 e 1970, variando na sua intensidade conforme o período e de acordo com a trajetória de cada território da metrópole. No geral, os novos loteamentos, sem infraestrutura básica de acesso à água, luz e saneamento, de baixo custo, foram destinados, como já mencionado, à autoconstrução e construção de casas populares, perduraram como estratégia de habitação da classe trabalhadora, uma grande massa operária que se expandia no entorno da malha industrial e levava consigo a mancha urbana da cidade (KOWARICK, 2009). Essa massa de trabalhadores encontrou neste modo de habitar uma maneira de sobreviver também diante do encarecimento das regiões centrais da cidade. O capital imobiliário, por outro lado, se beneficiava da autoconstrução aproveitando-se da força de trabalho e da valorização do solo diante das benfeitorias dos novos moradores.

Este mesmo modo de produção comunitária de habitação nas periferias da cidade seria importante fator na formação de laços de solidariedade entre os moradores nesses territórios. Os mutirões que seriam práticas usuais adotadas, inclusive, por gestões municipais posteriores, seriam estratégias comuns de realização deste trabalho comunitário e que acabariam por criar vínculos e relações cotidianas no território, onde vizinhos se ajudavam no complemento de materiais de construção, no trabalho árduo e na cooperação coletiva para sair do aluguel. Até hoje é possível observar relações como estas, como é o caso das ações solidárias de moradores na periferia no combate a fome nesse momento de pandemia global da Covid-19. Esse, é claro, é apenas um exemplo das relações de solidariedade que se formam nestes territórios e das rugosidades e territorialidades que carregam consigo em razão disso.

Perus e a região noroeste, de certo modo, também seguiram este padrão de formação habitacional das margens da cidade, em lotes autoconstruídos e de construção de baixo custo e sem infraestrutura, sendo possível observar que isto igualmente acompanha a instalação de atividade industrial na região. Como vimos, temos a formação de um subúrbio operário no território durante período considerável de sua trajetória, uma forma de espaço urbano própria, em que as famílias de trabalhadores também percebiam melhorias advindas da renda do trabalho fabril e acessavam melhores condições de moradia. Ainda na década de 20, mas principalmente de 1930 em diante, o território passaria por um fluxo de maior de novos moradores. Até os dias de hoje em Perus, próximo ao Fábrica de Cimento abandonada, pode-se avistar os escombros de uma antiga vila operária. Trata-se da Vila Triângulo, criada para abrigar alguns dos primeiros trabalhadores da Cimento Portland que morariam no local, iniciando a consolidação do território em maior número populacional e de moradias a partir da primeira metade do século XX.



Figura 11. Imagem da Vila Triângulo. Fonte: Daniel Foggiato (2015).

Esse fluxo de novos moradores continua nas décadas seguintes até os anos 50 e a formação do território enquanto um subúrbio operário se consolida. Ademais, as possibilidades de acesso à moradia um pouco mais barata que no

centro, ou, até, à possibilidade de ocupar terrenos livres continuou atraindo moradores para a região noroeste da cidade. O encarecimento do custo de vida no centro da cidade cada vez mais alvo da especulação imobiliária, fez com que boa parte das famílias moradoras de cortiços saíssem das áreas mais centrais e buscassem locais nos subúrbios para habitar. Outras famílias que moravam de aluguel acabaram se mudando para o território, atraídos pela perspectiva de reduzir suas dificuldades financeiras ao cortar gastos com locação. Novos migrantes também passariam a ocupar as chamadas favelas, distinguindo como é de costume nas periferias até hoje, as áreas de “casas” e as de “barracos”.

Em meados dos anos 1960 e 70, Perus e a região noroeste de São Paulo foram sendo mais uma vez ampliados e ocupados. Foram criados bairros mais novos tal como a Vila Perus, bairro em que se encontrava o NPJ Perus e pelo qual frequentei durante alguns anos, e como por exemplo, as Vilas Caiuba, Malvina, e os Jardins Manacá e do Russo. Boa parte desses novos assentamentos no território movimentavam, principalmente, famílias migrantes de outros estados do país que, conforme mencionado anteriormente, empregavam a autoconstrução para garantir a sua habitação e moradia própria (KOWARICK, 2009). Era o sonho de viver na cidade de São Paulo, mesmo que isto custasse muitos esforços. A possibilidade de emprego próximo pelas indústrias ainda instaladas na região também era atrativa e associava-se ainda aos lotes baratos da região noreste, seja pela sua distância do centro da cidade e de regiões mais comerciais da cidade, seja pela poluição destas mesmas indústrias presentes no local²².

²² No caso da CBCPP era comum a poluição advinda das chaminés de fabricação do cimento a fuligem que cobria de cinza os telhados e prejudicava a saúde da população. Faço a menção a esta lembrança de moradores da região em outro momento da dissertação.



Figura 12. Imagem da parte mais nova do centro de Perus, por volta dos anos 1960. Fonte: Acerco Nelson Camargo (2015).

Ainda na década de 1970, a construção da Rodovia Bandeirante fez com que com uma parte considerável de moradores da Vila Inácio e do ainda nascente Jardim do Russo fossem desapropriados. Assim, surgiam as primeiras ocupações e favelas resultados das desapropriações empreendidas pelo Poder Público e promessas não cumpridas de indenizações e moradia própria. As recentes ocupações do Jardim do Russo não possuíam acesso à água em alguns pontos e os moradores começavam a se organizar em torno desta e outras pautas que orbitavam sobre a ausência do Estado e seus bens e serviços no território.

Nos anos 80 e ao longo da década de 1990, houve também significativa expansão novamente de Perus e do noroeste paulistano. O governo do Estado de São Paulo promoveria a construção de conjuntos habitacionais populares, financiados pelo CDHU. Além disso, a região passou a contar com a ampliação da rede de transporte público, principalmente, em linhas de ônibus, o que ampliava as conexões para além do trem e da escassa rede rodoviária que existia. É neste momento que vemos emergir outros assentamentos no território, como o Jardim Adelfiore e o Recanto dos Humildes. Tratava-se de novas ocupações, mais próximas daquilo que seria reconhecido como favelas e que

movimentou consideravelmente a dinâmica do território diante do forte crescimento populacional. Dinamização essa que ocorreria no âmbito da paisagem, no quesito socioeconômico do território e, até mesmo, no âmbito cultural²³.

Andrea Pellegrini, médica trabalhadora do PSF Recanto dos Humildes que realizou pesquisa no sentido de reconstituir a memória da implantação de serviços de saúde na região do Recanto dos Humildes e, conseqüentemente, acabou trazendo a própria memória do território. Segundo a pesquisadora, o Complexo do Recanto dos Humildes, poderia ser dividido na sua formação histórica em duas partes, sendo elas: Primeiramente, com construções à base de mutirões realizados e incentivados pela gestão municipal do Partido dos Trabalhadores no início dos anos 90, durante a gestão da prefeita Luiza Erundina; A segunda, com um modo de ocupação já desordenado e que convivia, como outros lugares do território nesse momento e em outros anteriores, sem acesso à saneamento básico, à beira de córregos, sem o fornecimento de água devidamente tratada, o que acarretava elevados níveis de adoecimento da população em razão das más condições de habitação (PELLEGRINI, 2011).

A segurança jurídica sobre a própria terra e moradia, mais uma vez, não existia para esses novos moradores do território que se instalariam no Jardim Adelfiore e no Recanto dos Humildes. O processo de legalização dos lotes foi interrompido administrativamente por diversas vezes, além disso, houve uma pulverização das famílias que não conseguiram ou não se interessaram por firmar acordos judiciais. De certo modo, isto também desarticulou os movimentos que lutavam pela regularização fundiária dos novos assentamentos. Muitos lotes e casas até hoje não têm o seu devido registro. Eram comuns os atendimentos no NPJ Perus de famílias, principalmente do Jardim Adelfiori, que já estavam morando há décadas no território e recebiam suspeitas ameaças, seja de particulares, seja do Poder Público, de lhes retirar a moradia.

Pellegrini narra sua experiência ao chegar no Recanto dos Humildes, dizendo sobre seu olhar que:

²³ Nesta época é criada a Casa do Hip Hop, próxima a entrada do Recanto dos Humildes, acompanhando a vigorosa difusão do *rap* nos anos 90, analisada por D'Andrea (2013).

Ao chegar ao bairro vindo do centro de Perus, avista-se o morro cheio de pequenas casas, na maioria sobrados geminados. À medida que subimos a ladeira pela avenida principal, por onde passa o ônibus (que na verdade é uma rua de duas mãos um pouco apertada se houver carros estacionados), percebemos as vielas nas quais não passam os carros. Se adentrarmos as vielas, vamos descobrindo “vales” de casas amontoadas, onde vivem muitas famílias. (...) Quando descíamos até o córrego, antes da canalização, a visão do bairro era diferente. As mesmas casas vistas de traz não tinham acabamento. O tom avermelhado do barro dos tijolos das paredes sobressaía na paisagem. A última rua – de terra, esgoto a céu aberto –, a mais perigosa na época, terminava em barracos de material reaproveitado, à beira do córrego, que já fora limpo algum dia. (...) Essa era a “minha área”, a quinta parte do Recanto. No restante, alguma coisa se repetia, outra mudava, mas sob a mesma canção: as casas iguais do mutirão, as casas da ocupação e os barracos. (PELLEGRINI, 2011, p. 39)



Figura 13. Imagem do Conjunto Recanto dos Humildes representando a alta verticalização de barracos no local. Fonte: Ira Romão/Agência Mural (2018)

Essas ocupações foram se expandindo também nos anos 2000 em diante, assim com outras áreas do território. O próprio Recanto dos Humildes já conta com mais de 30 mil moradores, sendo uma das maiores ocupações do tipo na cidade. É possível perceber que as áreas com mais precariedade se expandiram com maior velocidade no período em relação as menos precárias, no que se diz

as condições habitacionais no território. No entanto, é importante ressaltar que o padrão periférico de expansão habitacional da cidade já se configurava diante de, como vimos, determinada segregação socioespacial, mesmo naquele cenário de subúrbio até meado dos anos 80. Foi esse padrão que foi apreendido pelos estudos urbanos também nas universidades a partir dos anos 1960.

Dessa forma, esse modelo de produção do espaço urbano culminava em contradições urbanas derivadas do próprio processo de espoliação, pois a inexistência ou precariedade de acesso à água, coletas de lixo, a falta de transporte adequado, segurança de suas habitações, entre outros, implicavam mobilizações de moradores, tensões e conflitos para que o Estado viesse a prover benfeitorias mínimas nessas regiões (KOWARICK, 1979, p. 74). São contradições que impulsionariam lutas no âmbito da sociedade e do Estado no sentido de mitigar as desigualdades provocadas pelo desenvolvimento urbano espoliativo. Logo, se, por um lado, o Estado é precursor de políticas que vão ao encontro dos interesses da classe capitalista, atendendo, por exemplo, às exigências da especulação imobiliária e segregação social, por outro lado, ele também é pressionado a atender, mesmo que por vezes demagogicamente, demandas dos trabalhadores.

Rodrigo Aparecido Diniz, assistente social e pesquisador que nasceu, viveu e trabalhou na região noroeste paulistana, investigou as histórias orais, memórias e narrativas de mulheres que foram protagonistas de muitas destas lutas urbanas em meados dos anos 1980, em busca da garantia de direitos sociais e acesso à bens e serviços básicos que deveriam ser oferecidos pelo Estado (DINIZ, 2012). Ao dialogar com as narrativas de Nadir Balbino, Mônica Salmaso, Josemary Menezes, personagens do território que até hoje têm importante papel político, Diniz observa o tecer das relações que foram sendo formadas e as experiências vividas por esses sujeitos, acompanhando a trajetória do território.

A igreja já emcamparia lutas pelo acesso à água no Jardim do Russo na época de seu pleno crescimento (DINIZ, 2012, p. 123). Mais uma vez, as Comunidades Eclesiais de Base presentes naquele subúrbio operário já movimentavam a realidade política do território em torno da garantia de direitos sociais e fundamentais. Outras pautas dos “movimentos de bairro” se fortaleceriam ao longo dos anos 1980 e 1990 e se entrelaçariam com a formação

de associações comunitárias, mais tarde parceiras do Poder Público na gestão de serviços sociais, como dito anteriormente nas trajetórias observadas por Rodrigo Diniz. De todo modo, é importante ressaltar a efervescência dessas lutas sociais, cada uma própria de sua experiência, diante das contradições urbanas que se colocavam e ainda se colocam nos territórios periféricos da cidade de São Paulo.

Igualmente, a existência de um lixão e as questões sanitárias advindas do Aterro Bandeirantes eram de grande discussão para a população do território, que se encontravam em meio a poluição urbana, acarretando problemas de saúde pública para os moradores das suas proximidades, além do mal cheiro e da poluição visual (DINIZ, p. 126, 2012). Diante de diversas manifestações e denúncias, inclusive na mídia, dos problemas que o lixão trazia para região, a prefeitura permitiu a exploração por uma empresa do gás produzido pela decomposição da matéria orgânica depositada no local.

Além disso, o território de Perus também será local para a ocultação de corpos de vítimas da violência da ditadura militar brasileira durante os anos de 1964 a 1985. Muito provavelmente em razão da sua distância das regiões mais centrais da cidade e por encontrar-se em um subúrbio aparentemente pacato, se não fosse pelas firmes greves operárias dos trabalhadores do cimento que agitavam o território, o Cemitério Dom Bosco, localizado em Perus, se mostrava como opção para o esconderijo de crimes do regime militar. A Operação Bandeirantes, um grupo ainda mais ortodoxo e violento da ditadura, criou um cemitério clandestino no território e que utilizava como espaço para depósito de corpos (DINIZ, p. 120, 2012). É dessa maneira que a morte também penetra as rugosidades do território, a dor e a perda de entes queridos pela violência militar marca como cicatriz famílias que até hoje lutam pelo reconhecimento destes familiares desaparecidos. Tratei um pouco mais destas memórias e das lutas, ações e ressignificações que fazem parte do território de Perus e do noroeste paulistano no capítulo III, mais especificamente, no seu ponto 3.3: “União e Firmeza Permanente: Perus um território em movimento entre o luto e a luta”

Durante a segunda metade do século XX, acompanhando o movimento de redemocratização no Brasil e uma abertura política que agitava também diversos movimentos nas periferias, reunindo associações comunitárias, sociedades

amigas de bairro em torno de luta por acesso à água, luz, pavimentação creche, escolas, transporte, saúde, esta última que até mesmo veio impulsionar a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) após a luta das mulheres de Guaianases (SADER, p. 261, 1988). Essa transição do regime autitário para o democrático e sua relação com a ebulição de movimentos sociais urbanos era não só reconhecida pelos próprios como muito disutida academicamente. durante a segunda metade do século XX.

Pesquisas como as de Éder Sader (1988) buscavam compreender os sentidos da busca por espaço público desses movimentos e os contornos que tomavam a partir de suas experiências próprias. Ao fazer a sua investigação sobre os “novos personagens” que entravam na cena política brasileira em meados dos anos 80, Sader destacou a dimensão cotidiana e da experiência vivida por estes novos sujeitos políticos, ao invés de relacionar o seu surgimento apenas como uma relação causal diante das estruturas socioeconômicas. Não que estes fatores não eram importantes para a aparição destes movimentos de acordo com o autor, mas não eram determinantes para a sua caracterização tal forma, sobressaindo a experiência do cotidiano nessa dimensão.

Não podemos resumir, esse cotidiano de lutas, resistências e mediações, somente a fatores macroestruturais. Sader, ao tecer sobre os movimentos sociais nos anos 1970-1980 que se formaram na RMSP, destaca o lado da experiência da luta nos núcleos urbanos, explicando:

Pois quando observamos os traços dos movimentos sociais ocorridos em São Paulo nos anos 70, nos damos conta de que eles dificilmente podem ser explicados pela exposição das “condições dadas”, decorrentes do sistema social: os padrões da acumulação capitalista, o desenvolvimento urbano (ou sua crise), a forma do Estado. Das condições do chamado “milagre brasileiro”, com suas fatias de superexploração para tantos e vantagens para outros, não se consegue deduzir nem as mudanças no comportamento sindical, nem as motivações presentes nas comunidades de base, nem a emergência de donas de casa das periferias em mobilizações de bairro do modo como o fizeram nem, aliás, qualquer uma das tendências presentes na ação das classes sociais. (SADER, 1988, p. 38)

A dimensão da experiência vivida pelos múltiplos sujeitos políticos ao longo dos anos 1970 e 1980, é importantíssima para ressaltar aos olhos dos estudiosos esses processos sociais que ocorreram e ocorrem nas cidades, embora não somente nelas. Isso envolve, portanto, as práticas de lutas, resistências e

mediações de sujeitos no espaço urbano por acesso a direitos, que transitam entre ordens legais formais e informais, dentro da experiência concreta de realização dos direitos.

É nesse sentido também que o “direito achado na rua”, tal como conceituaram Lyra Filho (1982) e José Geraldo de Sousa Júnior (2008) pode servir como uma chave de compreensão das experiências oriundas a partir das contradições urbanas, embora não possamos reduzir a experiência de causa e efeito, como ocorreram nos anos 70-80, mas que também continuam se realizando no tempo presente e no cotidiano da população. Essas experiências são suas próprias, “legítimas organizações de liberdade”, no sentido de que os sujeitos em suas práticas consideram a justiça social. Nessa chave de compreensão, fica evidente que não podemos levar em conta apenas as relações de produção, seus nexos de causa e consequência. Caso fosse assim, seria difícil observarmos as múltiplas e diferentes experiências surgidas e que continuam a surgir pelo acesso a direitos.

É necessário pensar nas possíveis experiências que fazem o direito achado na rua e suas conexões com o espaço urbano, assim como suas lógicas de produção, dentro das diversas experiências dos territórios de vivência, mais particularmente, neste caso, das cidades. Para isso, pensamos ser necessário prospectar as trajetórias de lutas, resistências e mediações dos sujeitos para podermos compreender como se dão as dinâmicas dos direitos vividos, diante das desigualdades intraurbanas, assim como fez Sader em seu trabalho (SADER, 1988). Direitos que só podem ser entendidos no processo social e histórico de lutas por emancipação e realização de justiça social, na medida em que afastam as sociabilidades que aprisionam o ser humano. Se a racionalidade de produção do espaço urbano prevê um avassalamento de direitos, ela também abre brechas para a constituição de outra ordem possível, que não será construída artificialmente pelas instituições que mantêm a vigente, senão pela vida ativa e pelo exercício da cidadania nos territórios, sobretudo a partir da sua prática cotidiana.

Os movimentos sociais constituem-se como um dos sujeitos políticos coletivos, pois, compartilham de uma consciência coletiva, de um interesse coletivo entre seus membros e demais segmentos da sociedade. Eles mobilizam

ideias e valores, além de gerarem saberes propriamente dito, tão legítimos como aqueles criados pelas universidades. Os movimentos originados nessas décadas de 70 e 80 já eram movimentos sociais de classe (D'ANDREA, 2013). Tratavam-se de movimentos que advinham dos meios sindicais, urbanos rurais e outros movimentos que estavam associados, por exemplo, a luta pela moradia, ou ao direito de acesso à outros equipamentos e bens de consumo de uso coletivo. Muitos destes sujeitos políticos foram se organizando em pautas específicas de acordo com as suas próprias trajetórias e experiência, embora continuassem no âmbito da luta coletiva.

Nos anos seguintes à efervescência de movimentos que surgiram durante o período de redemocratização da política brasileira, já existia um certo acúmulo desses mesmos sujeitos políticos, que estavam mais organizados e demandavam, sempre pelo discurso da garantia de direitos, a efetivação daquelas conquistas ainda da década de 1980, marcadamente presentes na Constituição Federal de 1988. O Partido dos Trabalhadores também já havia sido criado e alguns anos mais tarde assumiria importantes posições nos diversos níveis de governo e desarticulariam, integrando estes movimentos e de certa maneira suas pautas, nele próprio (SECCO, 2011).

Foi neste período, por exemplo, que foi criada a Central Única dos Trabalhadores, a CUT, em 1983. Esta entidade sindical seria uma das maiores a representar a classe trabalhadora formalmente e também manteria estreitas relações com o governo federal do Partido dos Trabalhadores que assumiria a presidência nos anos 2000. O movimento sindical de Perus teria importante papel na criação da CUT, como veremos mais adiante. Outros movimentos nacionais também foram sendo criados, muitos deles derivavam-se ainda da Igreja Católica e das Comunidades Eclesiais de Base que, com o tempo, foram perdendo espaço e representatividade para as Igrejas Evangélicas e Neopentecostais na periferia (D'ANDREA, 2013).

Essa perda de referência de espaço de organização política da classe trabalhadora desarticulou uma série de militantes, sem suas atividades de formação e reuniões, além da própria transformação da militância que se estabeleceria com parte das associações comunitárias que passaram a se profissionalizar na administração de serviços públicos. Todo esse contexto de

fatos motivaria os jovens a partir de meados ainda dos anos 90 e posteriormente com mais força nos anos 2000, a se organizarem de outras formas, especialmente através de Coletivos, muitos deles na área da produção cultural. Nesta época, já havia um forte sentimento já de perda de representatividade dos partidos políticos e dos movimentos sociais na esfera pública motivando, sobretudo a população mais jovem e politicamente engajada das periferias a encontrarem na produção artística uma maneira de se reorganizarem. Tais experiências, particulares de cada território e região da cidade e conforme a trajetória de cada coletivo e movimento artístico em seu cotidiano, tal como proporia Sader, possibilitou a rearticulação desses movimentos ocupando a arena pública com ações políticas e artísticas (D'ANDREA, 2013).

Dessa maneira, a mobilização dos movimentos sociais “de bairro” dos anos 80 em diante pelo direito constitucional de acesso a serviços e bens coletivos, como a infraestrutura básica e moradia foram importantíssimas para as conquistas da classe trabalhadora na cidade de São Paulo, no entanto, continuariam a existir demandas e ausências e aqueles mesmos movimentos, que se articulavam em torno da fábrica e da igreja perderiam boa parte de sua capacidade de articulação. Necessidades na periferia subsistiriam, inclusive, no campo da cultura, pela ausência equipamentos como Casas de Cultura, Bibliotecas, CEUs com cinemas e teatros, ainda hoje, muito ausentes na realidade e no campo da cultura que dialoga com a população periférica. Não se trata de dizer que as demandas relativas a moradia e demais direitos sociais básicos deixaram de existir, pelo contrário, em um momento de forte impacto de um pandemia sobretudo nos territórios periféricos que, mais uma vez, voltam a conviver com ausências de trabalhos e serviços, mas que a cultura também se fortaleceu enquanto pauta de discussão política nas periferias da cidade. Vale lembrar que boa parte da luta da classe trabalhadora ao longo do século XX também foi uma luta por cultura, por acesso à educação, pela emancipação humana e capacidade de desenvolvimento de atividades para além do trabalho braçal repetitivo, alienante e desgastante.

Silvia Lopes Raimundo, geógrafa e pesquisadora das periferias com forte participação junto aos movimentos, realizou em sua investigação de doutorado um importante estudo acerca da trajetória dos movimento de cultura da periferia

e a sua participação política, na resistência por direitos e na defesa das suas concepções de cidade. Os coletivos de cultura passariam paulatinamente, principalmente a partir da década de 1990, a ingressar mais fortemente no cenário político da cidade e a pautar muita das articulações entre movimentos sociais e sujeitos políticos nas periferias de São Paulo.

Segundo Silvia Raimundo:

Os integrantes dos Coletivos, formados em um contexto reivindicatório, desenvolvem suas atividades artísticas, em diferentes linguagens, contudo associadas às lutas políticas. A linguagem e a estética das artes tornam-se veículos para a exposição de críticas à ordem contra racionalidade. Arte e cultura criam espaços de liberdade de expressão e trocas de saberes, com slams e saraus, urdindo condições para a construção de outros olhares sobre a cidade. Criam constantemente projetos éticos, estéticos e comprometidos com a periferia, onde São Paulo, vista pelos empreendedores imobiliários, latifundiários urbanos e Estado como espaço do capital, toma outra dimensão, uma cultura de caráter democrático confere a cidade uma estética política. (RAIMUNDO, 2017, p. 146)

Esses ainda mais “novos personagens” trazem concepções diferentes para aqueles mesmos movimentos que já historicamente militavam por acesso à direitos nas periferias. Esses novos olhares enriqueceriam ainda mais a luta dos movimentos das periferias a partir da experiência e vivência de uma realidade de um capital e trabalho mais flexível vivida pela população mais jovem, que molda a cidade e faz da periferia esse seu território de fronteiras porosas, de portas liberadas para seus interesses e bloqueadas para o bem viver de seus moradores. Esses novos modos de ser e viver e as experiências cotidianas e políticas “tem na arte uma linguagem privilegiada para expressar uma infinidade de reflexões, questionamentos, críticas, utopias e projetos” (RAIMUNDO, p. 146, 2017). Sendo assim, a arte deve ser compreendida como forma de expressão da população desses territórios e que passa a ferver nesse tempo a sua mobilização política através seja participação direta dos atores e sujeitos políticos de coletivos de cultura na arena pública, seja pela sua produção cultural e narrativa que traz os retratos do cotidiano, demandas, memórias e entre outras características desses mesmos lugares.

A partir dos anos 2000, mas principalmente no seu segundo decênio, os coletivos de cultura e grupos de artistas de diferentes regiões das periferias da

cidade começaram a se reunir pela primeira vez e estabeleceram as primeiras discussões sobre a situação de seus próprios trabalhos, conjuntura política e a relação com o poder público, nas suas ausências e potencialidades, embora o olhar sobre o Estado como uma entidade sempre ausente, quando não pela sua presença unicamente policial na periferia, seja muito forte nesses espaços. Foram construídos assim os primeiros diálogos sobre o dia a dia da produção cultural de muitos artistas periféricos. Aos poucos, esses pequenos encontros foram reunindo mais integrantes, principalmente da zona leste da cidade, o que originaria o Fórum Cultural da Zona Leste (FCZL). Mais tarde, esse mesmo Fórum se reuniria com outros grupos de outras quebradas da cidade de São Paulo. O Movimento Cultural das Periferias que estava sendo construído, formado por “sujeitos periféricos”, sobre os quais Tiaraju D’Andrea (2013) escreveu, se organizavam cada vez mais e estabeleciam estratégias de ação e fortalecimento de suas pautas.

Sendo assim, formava-se um coletivo guarda-chuva que englobaria ainda mais movimentos de cultura das quebradas, lembrando a formação da Central Única dos Trabalhadores, um guarda chuva para os sindicatos da classe trabalhadora formalizada até hoje. Esses movimentos de cultura tem tentado ampliar as suas bases, pois é evidente a existência de produção cultural em vários espaços, sobretudo, movimentos periféricos da cidade sem visibilidade e que não estão articulados politicamente e tampouco recebem recursos das políticas culturais para a sua sobrevivência (RAIMUNDO, 2017). O reconhecimento do artista no campo da cultura enquanto trabalhador é também um importante traço desse movimento que destaca a produção cultural em suas particularidades, porém, a relaciona como uma forma de trabalho, afinal os produtores de cultura dependem da sua atividade e produção cultural para a sua sobrevivência.

Um forte retrato disso, ou seja, do reconhecimento do campo da cultura enquanto trabalho, é o impacto sobre os artistas e trabalhadores no campos da cultura diante da pandemia da COVID-19. Muitos sem poderem sequer realizar suas atividades, pois, tradicionalmente estão relacionadas a aglomeração de público em espetáculos, passaram a depender de doações e outros auxílios para a sua sobrevivência. Em razão da luta desses mesmos trabalhadores do campo

da cultura, criou-se nesse momento a Lei Aldir Blanc com o objetivo de auxiliar, ainda que muito residualmente, a produção cultural brasileira e a sobrevivência de artistas nesse momento.

Na cidade de São Paulo, nos últimos anos, essas mesmas condições de trabalho dos artistas estão entre as pautas mais centrais dos Fóruns e coletivos artísticos que integram os movimentos culturais das periferias (RAIMUNDO, 2017). A própria conquista, recente, de uma lei municipal específica para o apoio das atividades culturais da periferia, Lei nº 16,496/16, mais conhecida como Lei de Fomento à Cultura das Periferias, da qual trataremos mais frente no Capítulo III deste trabalho, representa a importância deste tema hoje para a debate dos movimentos. Além disso, a própria necessidade de realização de um diagnóstico preciso sobre as atividades culturais, autônomas ou não, que estão sendo desenvolvidas na periferia é outra relevante demanda. Há um desconhecimento por parte do Poder Público e, até mesmo da sociedade em geral, das inúmeras ações hoje que são desenvolvidas nesse campo em diversas ocupações culturais e outros pela cidade.

Esta que, por sua vez, também é colocada sobre um olhar próprio dos movimentos de cultura da periferia e, dentro de seu projeto de cidade, vislumbra transformações interssetoriais que possam garantir ainda mais o acesso da população à cultura, criando ainda espaços de participação social, monitoramento e avaliação das políticas urbanas desenvolvidas. Por fim, os próprios espaços de cultura e equipamentos culturais da cidade também são de preocupação desses movimentos, afinal, para além de serem seus espaços de trabalho, estão em número insuficiente nas periferias e em condições, muitas vezes, precárias. São coletivos artísticos e movimentos que reivindicam a gestão autônoma e horizontal desses espaços, com a devida participação dos próprios trabalhadores da cultura na sua gestão.

É interessante notar como todas essas pautas, ou ao menos boa parte delas, dialogam com reivindicações dos movimentos interlocutores dessa pesquisa e que hoje disputam também o direito à cidade pela via da cultura. A memória do território, em Perus, é grande mobilizadora dessa bandeira, justificando a reapropriação de espaços para que sejam transformados em equipamentos culturais, educacionais e de preservação do patrimônio. A

reapropriação da Fábrica da CBCPP, hoje abandonada, é um grande símbolo desta confluência de movimentos da cidade no campo da cultura, mas particularmente, nos seus contornos de Perus e do noroeste paulistano.

2.4 A memória social e sua relação com o território

Para podermos compreender melhor as relações que são estabelecidas em torno dos quadros da memória de um território e, mais especificamente, a partir das ações e sentidos atribuídos por sujeitos coletivos sobre a memória de seus território é importante elaborarmos antes o que entendemos como memória. Nesta pesquisa nos apropriamos do conceito de memória enquanto aquela lembrança que é socialmente edificada, ou seja, a memória que se realiza no contexto das relações, ações e interações sociais e que se estabelecem por meio das coletividades, sendo por elas trabalhadas no curso do tempo (HALBWACHS, 1990). As lembranças se conservam por intermédio dos grupos, são regidas pela sua representação no tempo presente, sendo então, igualmente modificada por esses.

É evidente, no entanto, que existem discussões sobre a dimensão individual da memória, seja no âmbito da possibilidade de revivê-la (o modo de recordá-la), seja na dimensão de sua representação para o indivíduo, mas, é possível compreender que mesmo neste último caso, elementos sociais também podem compor a formação individual da memória como, até mesmo, na lembrança da experiência particular do indivíduo. É nesse sentido que Halbwachs nos dizia que: “Acontece com muita frequência que nos atribuímos a nós mesmos, como se elas não tivessem sua origem em alguma parte senão em nós, ideias e reflexões, ou sentimento e paixões, que nos foram inspirados por nosso grupo” (HALBWACHS, 1990, p. 47). A memória singular é também intermediada por referências socialmente construídas, ou seja, advindas de uma criação coletiva, a lembrança que também se constituiu socialmente.

Segundo ainda o pensamento de Maurice Halbwachs, na dimensão coletiva da memória, esta tem ainda um forte vínculo com um produto específico dessa coletividade, que é a tradição. Sem essa, a memória não se sustentaria, esfacelando-se no impetuoso curso do tempo. A tradição tem, portanto, um importante papel na conservação da memória e na própria constituição dessa

enquanto algo distinto da história. Isso se dá “porque geralmente a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social” (HALBWACHS, 1990, p. 80).

A memória em si, apesar de constituída principalmente pelo cruzamento de lembranças proporcionado pela coletividade, não é sistematizada, tampouco tem a necessidade de ser compatível com os fatos. A verossimilhança para a memória é prescindível. Assim, a memória é narrativa, se utiliza do sistema de relevâncias do indivíduo, que tem fundamento social como visto, e que são referências daquilo que o narrador escolhe trazer à tona, não sendo, necessariamente, uma verdade. Ecléa Bosi, ao realizar um trabalho primoroso sobre a memória de velhos, deixou de maneira clara logo de início que, ao analisar essas lembranças, não optou pelo seu confronto, sobretudo, porque seu interesse estava em “*no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida*” (BOSI, 1979, p. 1).

Nosso interesse neste trabalho, igualmente, até mesmo pelo seu viés de compreensão dos usos dado à memória, não está em questioná-la, mas sim, de compreendê-la, desde as suas escolhas aos seus direcionamentos. Embora envolvido de certa historicidade, inclusive, por razão de outros trabalhos que se aprofundam nesse sentido e que compõem as reflexões aqui construídas, são justamente os objetivos deste projeto de pesquisa que delimitam os seus limites do que poderia ser um trabalho sobre a história, ou até mesmo, um trabalho memorialista. Isso porque, diferente de como fez Bosi (1979), nossas análises não se centraram sobre as histórias de vida trazidas nas lembranças dos sujeitos, mas estão em cima das ações e significados realizados por eles sobre as memórias de vida de seus territórios.

Nossas reflexões sobre a memória social e história trazem aspectos importantes para a discussão, afinal, a memória é substância e recurso observado neste trabalho que é mobilizada por sujeitos políticos dentro de determinadas dinâmicas contemporâneas que se desenrolam nas periferias. Porém, a relação da periferia com a memória social e oral de seu território não é uma novidade. Em entrevista sobre as “antinomias do urbano”, José de Souza Martins explica a relação que fazem moradores das periferias e dos subúrbios com a memória, ao dizer que:

Nesses espaços a memória ainda é o documento vivo da história vivida. Por isso, no subúrbio a memória é essencial, é apreciada, valorizada, conservada. No subúrbio, a memória não se reduz à lembrança do sofrimento, como aparece na história acadêmica da classe operária. A memória é também a memória do prazer do trabalho e a alegria, dos momentos de alegria, que dão sentido ao trabalho e às privações dele decorrentes (MARTINS, 2008, p. 59)

Nesse sentido, como pouco há da história local sistematizada, escrita, ou monumentalizada como diriam alguns, na história oficial sobre o país e sobre as cidades, a memória coletiva das periferias acaba sendo uma fonte privilegiada na construção de um discurso sobre a história desses lugares, quando não o único. Por que, então, a história local das periferias está pouco sistematizada e balizada em escritos que confrontaram narrativas encontradas em lembranças, documentos, entre outros possíveis trabalhos históricos? Por que os museus estão em sua maioria voltados para uma história geral da cidade e seus “grandes marcos produtivos e pouco para os territórios de vivências das pessoas? Por que pouco sabemos dos patrimônios históricos das periferias, de pessoas que foram símbolos desses lugares e dos acontecimentos que foram importantes para seus moradores?

São questões que nos trazem, inclusive, as relações da memória com o espaço, com os territórios, essa dimensão que tanto nos interessou o de pesquisa. O que podemos inferir sobre essas relações entre memória e espaço, como ela se constituem ou deixam de constituir? Ademais, cabe nos questionar como podemos enxergar essas relações em diferentes tempos históricos nas cidades, pensando aqui que procuramos tratar de territórios que não são enclaves, mas estão inseridos nelas. São perguntas que nos remetem a pensar essas relações entre memória social a partir da própria organização do espaço, como essas se configuram e como em tempos característicos as relações entorno da memória se apresenta nesse.

Por vezes, me encontrava ouvindo relatos de moradores de Perus que traziam a lembrança viva do território, daquilo que lhe deixou marcas, cicatrizes, rugas . Ainda me recordo, quando havia acabado de iniciar meu trabalho no NPJ, em um momento ouvi de uma moradora do bairro e colega de trabalho, pela primeira vez, histórias da “fábrica de cimento”, muito conhecida no território. Ela contava uma anedota que dizia a respeito da poluição deixada nos telhados das

casas na região, que costumavam ficar “cobertos de pó” em decorrência dos resíduos dispersados pelas chaminés da antiga Fábrica de Cimento Portland Perus. Isso não apenas transformava o visual do território, acobertando de cinza os telhados de alvenaria da época, mas também mudava o cotidiano de vida dos sujeitos, obrigados a lavar semanalmente suas telhas para que os resíduos não se acumulassem para evitar prejuízos à saúde.



Figura 14. Imagem do patrimônio da fábrica Cimento Perus, atualmente abandonado e sob as mãos do capital especulativo. Fonte: Ira Romão/Agência Mural (2018)

Quando sustentei, a partir de elaborações prévias de alguns pensadores, que a memória mantém vínculos com o coletivo, ou seja, que ela é socialmente construída e conservada através da sociedade, deixamos em destaque que, para este projeto de trabalho, é este lado da memória que principalmente interessa para as reflexões aqui realizadas. Igualmente, ao falar do espaço (com enfoque sobre o território), disse que esse também é socialmente produzido e só interessa compreendê-lo a partir da dimensão relacional da vida social que lhe anima, optei por essa compreensão para o apoio da análise neste trabalho. Não haveria, então, relações próximas entre o espaço e a memória? Pois, além de manterem uma relação íntima, o que aqui já adiantamos, espaço e memória mantêm ainda características que se modificam ao longo do tempo.

A consciência humana, de certo modo, está voltada para a materialidade e, com isso, para um processo de objetificação dos significados que são socialmente atribuídos por ela. Dificilmente elaboramos sentidos sem associá-los aos objetos que nos cercam, sem eles serem ao mesmo tempo complementados e complementadores das relações que mantemos em sociedade. Com a memória não seria diferente. Maurice Halbwachs, ao tratar da relação existente entre objetos e a memória, nos diz que: “Nosso entorno material leva nossa marca e a dos outros. Nossa casa, nossos móveis e a maneira segundo a qual estão dispostos, o arranjo dos cômodos onde vivemos, lembra-nos nossa família e os amigos que víamos geralmente nesse quadro”. (HALBWACHS, 1990, p. 131) Dessa maneira, há uma relação estreita entre objetos (como da disposição e dos significados dados a esses) e a memória social do indivíduo.

Quando fala sobre “As pedras da cidade”, Halbwachs traz esse elemento da afetividade da memória com o seu lugar, ao dizer que:

Se, entre as casas, as ruas, e os grupos de seus habitantes, não houvesse apenas uma relação inteiramente acidental, e de efêmera, os homens poderiam destruir suas casas, seu quarteirão, sua cidade, reconstruir sobre o mesmo lugar uma outra, segundo um plano diferente; mas se as pedras se deixam transportar, não é tão fácil modificar as relações que são estabelecidas entre as pedras e os homens. (HALBWACHS, 1990, p. 136)

Tratar das memórias em Perus e de como moradores desse lugar se articulam em torno delas significa dar um passo adiante na identificação de narrativas que no geral são invisibilizadas, sobretudo, na sua relação com a história dominante sobre as periferias, tratadas como lugar sem história, senão quando apenas da história da ausência e da expropriação. Além disso, significa demonstrar como sujeitos em seu território estão trabalhando na direção da conservação de seu passado, afinal, a história local compõe parte significativa da experiência desses com seu lugar. Remete a afetos, dá sentido ao ordenamento urbano que se impõe no curso do tempo.

Em relação à memória dos territórios das cidades, Ecléa Bosi expõe que:

Escutando muitos depoimentos, nós percebemos que os bairros têm não só uma fisionomia como uma biografia. O bairro tem sua infância, juventude, velhice. Esta, como a das árvores, é a quadra mais bela, uma vez que sua memória se constituiu. Nas histórias de vida podemos acompanhar as transformações do espaço urbano; a relva que cresce livre, a ponte lançada sobre o córrego, a divisão dos terrenos, a primeira venda, o primeiro bazar. As casas crescem do chão e vão mudando: canteiros, cercas, muros, escadas, cores novas, a terra vermelha e depois o verde umbroso. Arbustos e depois árvores, calçadas, esquinas... uma casa pintada de azul que irradia a luz da manhã, os terrenos baldios, as ruas sem saída que terminam em praças ermas inacabadas por dezenas de anos. (BOSI, 2003, p. 204)

O centro da cidade e seus territórios periféricos também passaram por essas transformações, porém, diferente da plena integração ao processo destrutivo-produtivo do capital ocorrido em regiões mais centrais, as periferias. Como podemos perceber, os estudos sobre a cidade nos trazem outra maneira de produção do espaço mais contemporânea. Isto não quer dizer que essas narrativas devam ser desconsideradas, pois, constituem o pano de fundo de fato das condições objetivas que se estabelecem no processo de urbanização e que expropria desses territórios de maneira ainda mais intensa as condições para dignidade de vida.

Ecléa Bosi, em seu trabalho sobre a memória, nos remete à quase inseparável relação entre essa e o espaço ao notar nas narrativas colhidas que:

As histórias que ouvimos referem-se, do início ao fim, a velhos lugares, inseparáveis dos eventos neles ocorridos. A casa, o bairro, algumas ruas, em geral o trajeto para a escola e o centro da cidade são descritos de um modo dispersivo nas lembranças várias, mas com alguns focos: o viaduto do Chá, a Catedral, a rua Direita, o Museu do Ipiranga, o Parque Siqueira Campos, o Teatro Municipal, o Trianon, a avenida Paulista, a avenida Angélica, o Jardim da Luz, a Cantareira... Esses lugares são descritos sob os vários pontos de vista. (BOSI, 1979, p. 364)

Essas características de produção do espaço sob essa lógica acabavam também por desorganizar a memória do lugar. Não se trata apenas da expropriação material dos meios de sobrevivência do indivíduo, mas da espoliação de sua própria memória, das rugosidades daquele território que remetem a outros tempos. As cidades também passaram por processos devastadores de sua história, durante determinado momento, a partir de uma ordem que se pautava no “novo” e no “progresso” e que descartava outros tempos passados, considerados como “atraso” (ABREU, 2001). O centro da

cidade de São Paulo é emblemático exemplo dos tempos desencontrados de uma metrópole. Do pré-moderno ao moderno, vemos sinais de tempos que se conjugam e se contrapõem de maneira sobreposta.

Em contraposição, acrescenta Bosi:

Mas a memória rema contra a maré; o meio urbano afasta as pessoas que já não se visitam, faltam os companheiros que sustentavam as lembranças e já se dispersaram. Daí a importância da coletividade no suporte da memória. Quando as vozes das testemunhas se dispersam, se apagam, nós ficamos sem guia para percorrer os caminhos da nossa história mais recente: quem nos conduzirá em suas bifurcações e atalhos? Fica-nos a história oficial: em vez da envolvente trama tecida à nossa frente, só nos resta virar a página de um livro, unívoco testemunho do passado. (BOSI, 2003, p. 200)

Sendo assim, nos cabe compreender a constituição desses movimentos de conservação da memória dos territórios periféricos. Como se dá esse processo em meio a ordem hegemônica de uma cidade? Principalmente, como tem se dado esse processo nas suas margens, nas periferias? Quais são os usos dados à memória social de uma história local e como ele tem se dado no contexto de produção do espaço da cidade e de seus territórios periféricos? São essas perguntas que nos orientaram a formular os questionamentos trazidos acima para a estruturação da problematização desta pesquisa.

Como nos explicou Milton Santos, neste período da história, o Mundo, abstrato como podemos entendê-lo, está marcado por novas significações, como a internacionalização do produto e da produção, a banalização do crédito e do capital fictício, as novas funções do Estado em meio à sociedade e à economia globalizada, o frenesi de uma circulação tornada fator essencial da acumulação, a grande revolução da informação que liga instantaneamente os lugares, em razão dos progressos da informática (SANTOS, 1994, p. 60). A aceleração contemporânea não está apenas associada à uma questão da velocidade de transformações do espaço, mas pela própria simultaneidade de transformações, banalizadas, dando a sensação de que o novo é cada vez mais passageiro.

Nesse ínterim, a memória social associada ao espaço se esvai pela simultaneidade de acontecimentos velozes conectados ao redor do globo. O espaço-tempo que se hegemoniza pouco possibilita que o passado se conserve, em meio a essa alucinada celeridade de transformações. Ademais, o lugar em

nosso tempo pretende estar em todos lugares, restando pouca margem de manobra para que as tradições sobrevivam, que são peculiares à memória dos grupos, tal como tratou Halbwachs. Contudo, como nos lembra Martins a partir dos ensinamentos de Lefebvre, “a reprodução ampliada do capital é também reprodução de contradições sociais” (MARTINS, 2008, p.53).

Geraldo Filme, figura importante do samba paulista, relembra em uma de suas canções a história de Tebas, homem negro escravizado que fez um acordo junto ao sacerdócio paulistano para construção da cúpula da catedral metropolitana em troca de sua liberdade para, assim, casar-se. Dessa forma, canta Geraldo Filme:

Tebas, negro escravo
Profissão: Alvenaria
Construiu a velha Sé
Em troca pela carta de alforria
Trinta mil ducados que lhe deu padre Justino
Tornou seu sonho realidade
Daí surgiu a velha Sé
Que hoje é o marco zero da cidade
Exalto no cantar de minha gente A sua lenda, seu passado, seu presente
Praça que nasceu do ideal. É braço escravo. É praça do povo

Trecho do samba *Tebas*, de Geraldo Filme

Memórias como a de Tebas, responsável por um dos marcos arquitetônicos mais importantes da cidade, mas esquecido na sua história oficial, se perdem ainda mais nesse contemporâneo voraz, acelerado. A memória das periferias, assim como a de Tebas, são invisibilizadas diante da narrativa da produção do espaço da cidade, senão tratadas apenas pelas suas dimensões de desproteção e carência. O que fomos compreendendo ao decorrer da investigação são as novas dinâmicas que estão sendo criadas a partir dessa memória periférica, marginalizada, como também foi a de Tebas e ainda são de muitos territórios distantes do centro da cidade.

CAPÍTULO III – TERRITÓRIOS DE VIVÊNCIAS: EXPERIÊNCIAS COTIDIANAS E ESTRATÉGIAS DE LUTA A PARTIR DA MEMÓRIA

Anunciado no latir dos cães, no cantar dos galos
Na calma das mães, que quer o rebento cem por cento
E diz "leva o documento, Sam"
Na São Paulo das manhã que tem lá seus Vietnã
Na vela que o vento apaga, afaga quando passa
A brasa dorme fria e só quem dança é a fumaça
Orvalho é o pranto dessa planta no sereno
A lua já 'tá no Japão, como esse mundo é pequeno
Farelos de um sonho bobinho que a luz contorna
Dar um tapa no quartinho, esse ano sai a reforma
O som das criança indo pra escola convence
O feijão germina no algodão, a vida sempre vence
Nuvens curiosas, como são
Se vestem de cabelo crespo, ancião
Caminham lento, lá pra cima, o firmamento
Pois no fundo ela se finge de neblina
Pra ver o amor dos dois mundos
A merendeira desce, o ônibus sai
Dona Maria já se foi, só depois é que o sol nasce
De madrugada que as aranha desce no breu
E amantes ofegantes vão pro mundo de Morfeu
O sol só vem depois

Rap "A ordem natural das coisas", de Emicida

23 de agosto de 2019, uma sexta-feira, às 15:20. Acabo de sair do trabalho. Decidi começar a registrar semanalmente uma foto da passarela do trem na direção que dá para o calçadão de Perus quando estiver a caminho de casa. Decidi, também, descrever aquilo que vejo no caminho e que compõe a imagem da foto. A feira já está armada no calçadão. No caminho, ao virar a esquina, vejo um senhor em frente a uma das primeiras lojas com sua máquina de esmeril. Pelo que me recordo, está quase sempre quando passo naquele local. Oferece serviços de chaveiro, amolador de facas, entre outros trabalhos artesanais que sua máquina o permite. O barulho dela me chama a atenção. Entre passos corridos do calçadão de pessoas em direção ao trem, ou vindo dele, feirantes aos gritos oferecendo frutas, verduras, pastéis e tudo que uma feira de rua poderia oferecer, ao fundo, o som de uma máquina antiga. Noto que logo ao lado deste senhor com sua máquina está uma loja de conserto de celulares. Outros

tempos, outras máquinas. Chego à passarela do trem, registro uma foto. Dizeres de ‘Parabéns mãe te amo’ em pixe na lateral de uma das construções que dá para a estação. Percebo que havia um banner da subprefeitura e que não havia notado enquanto estava lá embaixo. Anuncia um mutirão em ‘Perus e Anhanguera’. O mutirão já havia acontecido. Entre as ofertas dele, oportunidades de emprego em letras grandes, na parte superior, parece ganhar destaque. Embaixo, escritos de ‘saúde’, ‘habitação’, ‘zeladoria’ e ‘brinquedos’. Por fim, atrações musicais que aconteceram no dia, principalmente, grupos de samba e samba rock.”



Figura 15. Cena 1 do calçadão de Perus. Fonte: Fotografia tirada pelo próprio autor

20 de setembro de 2019, uma sexta-feira, às 15:31 aproximadamente. Registro uma foto da feira, que já estava armada. Atravesso a passarela do trem e me sento em um dos bancos para aguardar a sua chegada. De repente, escuto gritos e uma certa movimentação de pessoas em direção à lateral do calçadão. Conseguia ver pessoas correndo do lado de fora da estação. Corro também para a passarela. Quando chego na sua parte superior me deparo com um furdunço. Tratava-se de uma operação da Secretaria de Ordem Pública da Prefeitura contra vendedores ambulantes no local e que não tinham licença para estar ali. A feira de alimentos, embora ocorra toda sexta feira com comerciantes, que

montam suas barracas com a autorização das autoridades públicas, também agrega ambulantes menores, que não possuem a mesma permissão. A Guarda Municipal que costuma estar no largo com uma de suas vans e que, no geral, nada fazia contra os vendedores, desta vez, porém, fazia a escolta dos trabalhadores de colete laranja que recolhiam os produtos vendidos sem autorização. A situação, no entanto, havia ficado tensa. Alguns desses trabalhadores informais resistiram a apreensão de seus produtos e foram enquadrados pela GCM. Outros juntaram-se a ele e impediam que ação da Prefeitura avançasse. Muitos olhavam o tumulto da passarela externa ao trem. No fim, a ação se contentou com os produtos apreendidos até aquele momento e foi embora.



Figura 16. Cena 2 do calçadão de Perus. Fonte: Fotografia tirada pelo próprio autor

04 de outubro de 2019, uma sexta-feira, às 13:35. Acabo de sair do trabalho. No caminho até o trem, passei pelo comércio informal de imigrantes haitianos que cada vez mais lotam o meio-fio da rua próxima ao calçadão com seus produtos. Em geral, roupas, para todas as idades: crianças, adolescentes, jovens e adultos. Os comerciantes haitianos disputam o pequeno espaço com vendedores de frutas e um senhor que costuma assar milhos em uma churrasqueira improvisada. Do outro lado do calçadão vejo alguns idosos jogarem dominó embaixo do viaduto, com seus tabuleiros de mesa de concreto.

Eles sempre estão lá, creio que não teve um só dia que não os vi jogando naquele local. No calçadão mesmo, os preparativos para feira de sexta em meio as lojas que ficam no entorno. As lojas vendem de tudo e, inclusive, uma delas trata-se de uma rede de fast food encontrada em muitos outros locais de São Paulo e do Brasil. O cheiro de fritura desta rede me enjoa quando passo em frente, em qualquer lugar da cidade. Ao chegar próximo à bilheteria da estação de trem me abordam alguns adolescentes, talvez já maiores, não saberia dizer, mas com certeza muito jovens. Eles me oferecem uma passagem de trem à três reais, quando o valor da passagem na bilheteria é maior que isso. Agradeço. É comum em minhas idas e vindas do trem encontrar meninos revendendo passagens ilegalmente nesse local. Mais um dia comum no calçadão de Perus.

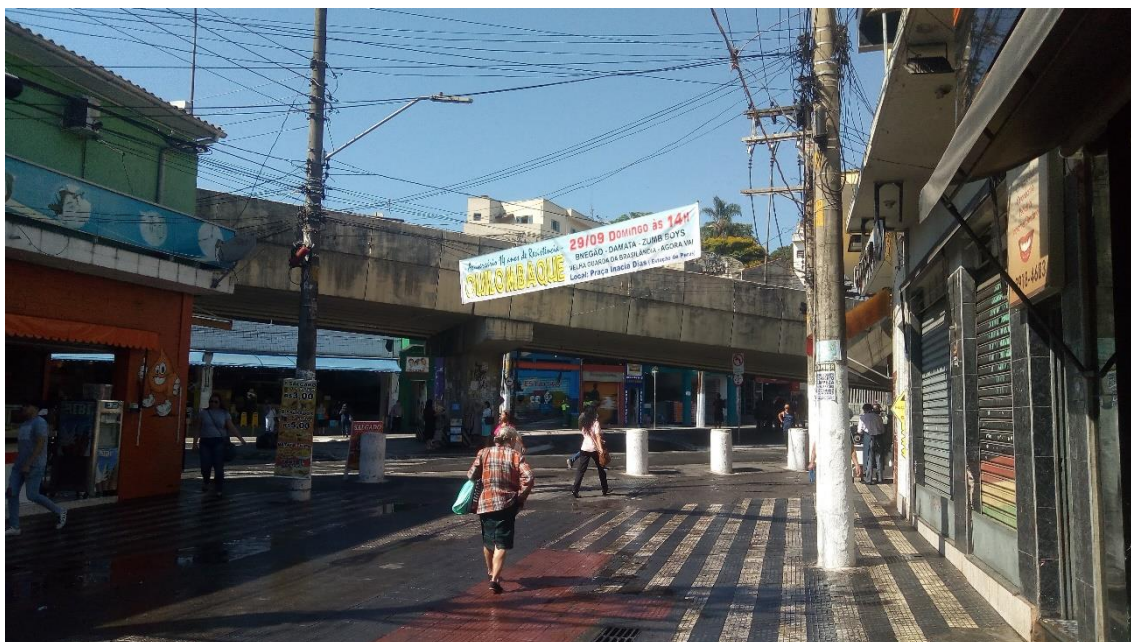


Figura 17. Cena 3 do calçadão de Perus. Fonte: Fotografia tirada pelo próprio autor

3.1 Território de vivências e a escala do cotidiano

Alguns trabalhos na área das Ciências Sociais vêm se utilizando experimentalmente de cenas descritivas para compor elaborações sobre os complexos cenários das cidades e de seus territórios, como podemos observar em Telles e Hirata (2007), Telles (2010) e D'Andrea (2013). Trata-se de um procedimento de “etnografia experimental” (TELLES, 2010, p. 21), mas que colabora para formarmos uma constelação de múltiplos significados presentes

nas cidades e em suas periferias para compreendermos o que se passa no contexto de um intrincado contexto urbano. D'Andrea também constrói cenas de um “sujeito periférico” em sua tese, trazendo suas memórias de vivências na periferia, para formar o cenário desses territórios durante os anos 90 (D'ANDREA, 2013, p. 5).

Vera Telles esclarece que, diante das transformações provocadas mais recentemente pelas reconfigurações no capitalismo contemporâneo, estamos forçados, principalmente no âmbito dos estudos urbanos, a construir novos parâmetros descritivos (TELLES, 2010, p. 72). São características que nos levam, inclusive, a um questionamento no sentido da insuficiência de certas perspectivas para compreender essa cidade fragmentada em processos e conflitos surgidos a partir da emergência, da desordem, e não mais da lógica urbana oficialmente organizada. Os parâmetros para descrição e crítica, então, não se conformam com a reviravolta do cenário urbano e as lógicas de produção flexível, da financeirização da economia e do papel do trabalho informal. Aquilo que se colocava nos estudos urbanos até meados dos anos 80, onde a cidade era locus de discussões pautadas no trinômio cidade, trabalho e Estado, utilizando-se de categorias como segregação urbana e exclusão social, encontraram barreiras a serem superadas, vez que já não eram completamente compatíveis para descrição adequada dessa nova realidade urbana, assim como as próprias referências empregadas nas críticas para seu entendimento.

Dessa forma, por meio da contribuição da fotografia e de relatos descritivos, também foi possível observarmos cenas que trouxeram elementos semelhantes para a discussão neste capítulo da dissertação, em que busco adentrar na escala do cotidiano da região noroeste e seus sujeitos políticos. Inspirado pela técnica utilizada para a construção de um poema²⁴, me propus a capturar semanalmente uma imagem do pequeno centro comercial de Perus, chamado de “calçadão” pelos seus moradores, durante alguns meses. Além disso, aproveitava para registrar em diário de campo elementos que compunham aquilo que estava um pouco além da fotografia, em sua margem.

²⁴ Marília Garcia relata que para compor o poema *Tem país na paisagem?*, se lançou a registrar todo dia, no mesmo horário, uma foto de uma ponte local, próxima de onde estava hospedada. Segundo a escritora, a experiência foi enriquecedora para tratar da questão do espaço e tempo em suas obras literárias.

A escolha de um espaço público como pano de fundo para as fotografias que compõem as cenas, ou seja, do calçadão de Perus, não foi totalmente desproposita. As ruas, os largos, as praças e calçadas da cidade são lugares privilegiados sob o ponto de vista da observação da constituição temporal de um lugar, embora sejam, simultaneamente, lugares onde o tempo é fortemente marcado pela sua característica efêmera, passageira (FREHSE, 2002). Para além de serem também locais de referência para os habitantes de um território, os espaços públicos carregam consigo as marcas desse. Todavia, também são objetos dos “passos apressados”, de rápidas transformações urbanas representadas por suas mudanças, inclusive, na ordem das relações sociais que os fazem. São, portanto, lugares que contraditoriamente abarcam permanências e metamorfoses da vida social.

Como explica Fraya Frehse em sua análise sobre a relação que se estabelece entre espaço e tempo no âmbito das relações sociais e, em particular, no espaço público:

A busca pelos usos dos espaços públicos urbanos é também uma busca pelos sentidos que os seres humanos dão a suas vidas num contexto urbano em que a relação entre tempo e espaço é muito peculiar, marcada por enorme fugacidade da materialidade física que se corporifica na pedra de uma casa, de uma calçada, no asfalto de uma rua, num banco de praça. (FREHSE, 2016, p.14)

Sendo assim, por meio das vivências e os usos do espaço urbano deste calçadão, procuro observar dimensões da vida cotidiana de Perus e das periferias de São Paulo no geral. As cenas que podemos obter, nesse sentido, também representam um importante meio de se representar e revelar transformações socioculturais que se dão nas vivências sociais de rua, por vezes, mudanças históricas irreversíveis de nosso tempo (FREHSE, 2002). A imagem da cidade também pode ser surpreendente ao nos apresentar seu desenvolvimento urbano, as marcas das características que o tempo deixou nesse lugar, seus usos renovados, significados e lembranças atribuídas pelos sujeitos que nelas vivem, entre outros atributos ricos para sua compreensão (LYNCH, 1997). Devo ressaltar, contudo, que se tratou de procedimento muito mais experimental, no intuito de estimular a problematização que aqui se faz, do que uma análise sistemática do espaço público urbano e seus usos.

É nesse sentido do cotidiano que solidariedade, poder, entre outras dimensões das relações sociais, aparecem por meio e a partir das cenas que apreendemos na cidade. Isso não só das pessoas que as fazem, mas também dos elementos que compõem seu desenho urbano através das vias, bairros, limites, marcos de seus territórios. Portanto, é interessante notar que nas cenas urbanas trazidas nesses registros de Perus podem ser encontradas características comuns à uma escala da cidade de São Paulo (assim como, de outras cidades) e de suas periferias, a escala do cotidiano. As estações de trem trazendo ritmos acelerados da cidade, conectando a periferia a lugares mais centrais.

A vida cotidiana das periferias também é marcada pelos mutirões solidários e ações focalizadas na pretensão de garantia de direitos básicos à população. Redes de comércio e trocas que estão presente em diversos lugares da cidade e do globo, sejam as formais ou as informais, estão representadas nas cenas. A relação que se estabelece entre mercados informais e as populações migrantes. O conflito entre uma aparente desordem urbana e um ordenamento seletivo e autoritário comandado a partir da ação do Estado, como foi possível observar na operação apreendida fortuitamente da Secretaria de Ordem Urbana, como o próprio nome já diz. Mas também a sociabilidade característica das quebradas, entre outras possíveis observações, estão presentes nesses registros.

Outras cenas poderiam ser trazidas aqui se procuradas nos arquivos da memória deste pesquisador. Ainda me recordo quando, certa vez, no mesmo calçadão de Perus, estive em meio a um possível fogo cruzado que, felizmente, acabou não acontecendo. Um policial estava perseguindo um homem que corria pela passarela externa ao trem. Estava sendo perseguido pelos “Rocam”, como são chamados na periferia os policiais que trabalham em motocicletas. O que dizer, então, do contato cotidiano do intenso comércio informal dos trens metropolitanos, sendo Perus uma estação de seu abastecimento. Disputas pelo espaço e solidariedade entre os trabalhadores são apenas algumas das cenas que podia ver diariamente. Lembro-me, ainda, de certa vez quando fui solicitado por uma senhora do lado de fora da estação de Perus para que levasse suas mercadorias para a amiga que venderia os produtos nos vagões que estava já dentro da estação. Segundo ela, já estava “marcada pelos guardinhas” e não

conseguia mais passar pelas catracas. Um transporte público regulado por relações de poder privadas. Enfim, foram muitas memórias que poderiam ser aqui trazidas e narradas e que trazem uma imagem contemporânea da cidade.

As cenas apresentadas e outras são marcas do plano de fundo urbano, das relações de produção e reprodução que se estabelecem hoje marcadamente nas fronteiras do lícito e do ilícito, do formal e informal, inclusive, do ilegal, como observa Vera Telles (2010) na dinâmica social dos territórios periféricos da cidade, mas também da vida cooperativa, dos circuitos globalizados de mercado, das saídas de emergência encontradas pela população. É esse também o chamado “sobreviver na adversidade”, como tratou Hirata (2010), que se reflete na luta pela sua sobrevivência e que tanto têm caracterizado as cidades no nosso cotidiano contemporâneo. A flexibilização do trabalho, a financeirização da economia, novos circuitos de circulação do capital, bens e serviços, definidos pela sua forma globalizada neste momento, as cadeias de subcontratação, a chamada viração, são algumas das características que podem ser apreendidas e imaginadas a partir de cenas encontradas nas quebradas.

Os diferentes territórios urbanos mediatizam as relações de classe nas cidades, os modos e as condições de vida inerentes às situações das classes nas áreas urbanas. Nas periferias, a precariedade, alguns desconfortos materiais e de acesso a direitos engendrados pelas dinâmicas de exploração e desigualdades se tornam algo muito próximo e comum às mediações de produção e reprodução da vida. Os territórios periféricos são compostos de vidas, histórias e sentidos heterogêneos, porém, com traços, significados, sociabilidades comuns que se inter cruzam com a produção do espaço como vetor dinamizador de experiências comuns traçadas no âmbito sócio-histórico e territorial.

Nesse sentido, esses territórios urbanos, são mais do que abstrações em si e configuram o espaço do vivido pelos sujeitos, no dia a dia de seus usos e deslocamentos, entre trabalho e moradia, da procura pelo lazer e pela cultura aos fins de semana, dos conflitos interpessoais diariamente surgidos, assim como das solidariedades e das participações comunitárias. São espaços onde construímos nossos afetos e nossos desprezos, onde atribuímos significados àquilo que nos cerca, sendo que esses mesmos significados se movimentam ao

longo da história. São *territórios de vivência*²⁵, portanto, chão para uma variedade de relações sociais que nos remetem às práticas cotidianas que mais marcam nossas trajetórias de vida no espaço urbano. Se repetitivas, emancipadoras ou não, fato é que esse lugar é marcado pela familiaridade do cotidiano com os sujeitos que ali vivem.

Quando falamos em território ao longo desta dissertação, não procuramos tratá-lo simplesmente como uma definição genérica, sem sentido, senão, pela sua natureza social, enquanto espaço socialmente produzido (LEFEBVRE, 2013). Milton Santos também trata sistematicamente o território e o espaço como sinônimos e como um entrelaçar de ações e objetos, em sua perspectiva social, pensando o território e suas dinâmicas entre um sistema de ações e objetos (SANTOS, 2006). Neste momento, porém, procuramos aprofundar ainda mais a escala até o as suas vivências, como escala do território em seu cotidiano (KOGA, 2011, p. 34). É dessa maneira que podemos compreender o território, dentro do escopo desse trabalho, com os conceitos chaves utilizados.

No que concerne ao termo território de vivências, este ganha concretude pelas vivências, ou seja, a caracterização por seus processos de vida e adquire territorialidade, pelo uso próprio que é dado àquele espaço. São territórios não somente de moradia das pessoas, senão lugares onde perpassam o seu imaginário de vida. Isto se trata de um esclarecimento importante uma vez que essa categoria tem sido amplamente usada em trabalhos acadêmicos e artigos científicos sem o devido detalhamento de seu conceito, o que acaba acarretando uma imprecisão do termo. A noção de território em si nada significa a não ser em um sistema de coisas, inerte, sem significação propriamente dita. Quando usado a partir das vivências cotidianas das pessoas, ou seja, como território de vivências, ganha assim a devida importância para a análise que buscarei construir nessas linhas que se seguem.

Essas relações podem ser compreendidas de maneiras diversas, de relações de poder às relações de solidariedade e cooperação. Não nos interessa fazer esta distinção neste momento. Nos interessa, porém, tratar desse conceito na interseção de significados a partir da escala do cotidiano que traz o conceito

²⁵ A abordagem em torno dos “territórios de vivência” foi construída por Dirce Koga (2013) ao se aprofundar sobre a dimensão da escala do cotidiano dos territórios habitados da cidade.

de território de vivências, no sentido do lugar animado pela vida social, do território vivido e das experiências que garantem territorialidade ao território, suas especificidades, as ações que se dão nele, mas que também, algumas delas, não se dão só nele. É importante trazer, então, a questão das escalas, trazer o cotidiano dos territórios da cidade e, assim, podemos relacionar àquela pergunta inicial que foi feita nesta seção.

Tratar desses contextos territoriais significa dar um passo adiante na identificação das condições dos lugares de vida das pessoas sob o ponto de vista dos recursos, de experiências e dos sentidos atribuídos pelos sujeitos que ali vivem. Os territórios de vivência trazem, portanto, a marca do cotidiano, daquilo que se faz presente na simplicidade do viver e na sua dinâmica que envolve as circunstâncias objetivas, mas também das subjetividades que estão em jogo. Os territórios de vivência da população são sua expressão real, lugares nos quais a vida se desenrola como ela é.

Nesse sentido, esclarece Koga que:

O território também representa o chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder. É no território que as desigualdades se tornam evidentes entre os cidadãos, as condições de vida entre moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença/ausência dos serviços públicos se faz sentir e a qualidade destes mesmos serviços apresentam-se desiguais. (KOGA, 2011, p. 33)

Um dos principais desafios junto aos territórios está justamente no reconhecimento de suas particularidades frente à dimensão das relações que também lhe são próprias, e não somente a partir das estatísticas e narrativas oficiais que o retratam. Seria possível, portanto, investigar as diferentes dinâmicas sociais que se estabelecem entorno da memória da periferia de uma cidade, tal como São Paulo? O que as realidades concretas surgidas a partir de moradores da periferia podem nos dizer quanto à vivacidade dessas memórias no tempo presente?

São perguntas que orientam esta proposta de trabalho e que nos instigam a conhecer as experiências e territorialidades que se constroem nesses lugares da cidade, tendo em vista como são tratadas as memórias de sua história local.

As narrativas hegemônicas que giram em torno da história das periferias da cidade, no geral, foram – embora, estejam sempre em disputa – narrativas que se dividem entre a ausência de narrativa, a narrativa da segregação e da degradação urbana. Essas últimas, acabavam por enfatizar as expressões da “questão urbana” na história das cidades, compreendendo a periferia como lugar da reprodução ampliada da força de trabalho e, conseqüentemente, da superpopulação relativa.

Desse modo, explica Koga que:

A dimensão territorial traz elementos que permitem uma perspectiva da totalidade da questão social: já que trabalha não somente com os aspectos das necessidades, como se refere às próprias relações estabelecidas entre os sujeitos e seu cotidiano de vivência, esta relação dinâmica se contrapõe à corriqueira e simplista noção de necessitados ou carentes como comumente se referem as políticas direcionadas aos pobres, que os destitui da condição de sujeito. (KOGA, 2011, pg. 40)

Desse modo, essa dinâmica não é igual em todas as partes, afinal, até mesmo a noção de mundo, só existe de maneira abstrata e não concreta. O espaço-tempo que se hegemoniza também se dá de maneira desigual nos territórios, lugar em que essa disputa se dá também entre os sujeitos que dão realidade ao espaço, dentro de sua territorialidade. A experiência a partir do território, sobretudo, da escala de seu cotidiano pode ser reveladora. Como revelou Santos, em sua metáfora acerca do retorno ao território: “Mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche” (SANTOS et al, 1994, p. 15). É dessa maneira que podemos pensar que, embora tenhamos escalas em que a racionalidade do capital se impõe, também encontramos resistências e contradições nelas.

3.2 A “Não Violência”: Resistência e memória da luta operária

Agora eu to com 70 anos, mas muito da história que eu conheço é de quando eu tinha 14 anos, 6 anos, quando tinha 18, então pode haver conflito da minha visão, e história sabe que é complicado né, aos 6 anos eu posso ter tido uma compreensão sobre determinada ação que não necessariamente... Mas aqui existia assim muita... por ser uma única fábrica, e que deu início na realidade à ascensão do bairro, havia muita amizade entre os trabalhadores, eram muitos trabalhadores, acho que havia mais de 800 só aqui em Perus, e aí começaram a surgir as dificuldades principalmente quando o Abdalla assumiu... Eu

nasci aqui na Cambaratiba e acabei vendo tudo isso porque meu pai era um dos que militavam né... Meu pai era conhecido como Tião Carpinteiro... Nossa origem era de marceneiros, carpinteiros, meu avô, meu bisavô... Mas pra ele pra época (o pai) ele deu um passo além ele tinha técnico em desenho porque ele pensava que pra época pra carpintaria, pra marcenaria, tinha que ter modelos, e indústria de cimento pensava muito disso, porque são peças enormes, mais de 2t ou 3t, aqueles anéis e tal, e por conta desse conhecimento ele acabou ascendendo à chefia do setor, pegava carpinteiros, marceneiros, modeladores... Só que ele não perdeu os princípios né, porque os princípios eram muito forte, do meu avô, de outros... Eram (princípios) de classe, sentimento de classe mesmo, trabalhadora, muito forte, minha mãe também, embora minha mãe tenha uma outra origem, meu avô era maestro, era uma outra origem... Então ele (o pai) se alinhava com os interesses da classe dele, mesmo sendo chefe, tanto que ele foi muito criticado e xingado pela família, “como pode você nessa posição tá desse lado?”... Mas ele era muito firme com isso aí... Então eu vivi tudo né... Em 58, por exemplo, eles usavam esse termo na época que era Chefe do Piquete... Muitos anos depois fui ver em uma revista do O Cruzeiro daquela época, um repórter se referindo aos líderes do movimento de 58, aparecia nome do meu pai e dizia “Chefe do Piquete”, ele mesmo tava na reportagem... Ele dizia nas reuniões que fazia em casa de madrugada, antes de sair pros piquetes, ele dizia “olha os engravatados estão aí fazendo a parte deles”, ele se referia ao Mário, aos outros que tavam fazendo trabalho junto aos governadores, aos outros sindicatos buscando apoio, “agora quem sustenta tudo mesmo aqui somos nós” e de fato era o piquete que... (Depoimento de Sidinei Cruz)

No relato acima, o Queixada Sidnei Fernandez Cruz, filho também de queixadas de primeira geração que realizaram as primeiras greves da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus, inicia um exercício de resgate da memória daqueles anos em que viu seu pai e familiares liderarem lutas que marcariam o território de Perus e toda a região noroeste de São Paulo, assim como aquelas lembranças em que ele mesmo seria protagonista de lutas sociais centrais para o desenvolvimento da cidade. Passando por um momento de crises, a Companhia Brasileira Cimento Perus Portland, muito marcante para a formação deste subúrbio de Perus e do noroeste paulistano, é vendida em 1951. O capital internacional sai e o Grupo Abdalla, do empresário já muito conhecido José João Abdalla, se torna dono da Companhia. A venda garantiu ao capital nacional familiar o controle da indústria de cimento de maior importância da cidade e, talvez, do país na época. Com ela passavam-se todos os seus bens, ou seja, a ferrovia Perus-Pirapora, a fábrica de cimento, as pedreiras, etc. Todo

um patrimônio da maior relevância para o território e para a população crescente que passava a se instalar nele.

Segundo Elcio Siqueira, na década de 1950, mesmo diante das crises de investimento que passava, a CBCCP continuava a ser uma das fábricas produtoras de cimento melhor posicionadas para atender o pujante crescimento da metrópole paulistana (SIQUEIRA, 2009, p. 79). O projeto que havia sido anunciado por José João Abdalla recolocava Perus à frente deste setor produtivo, o que levaria a aumentar a sua produtividade, sendo superada apenas por poucas fábricas de cimento no Brasil, instaladas no Rio de Janeiro e no interior do estado de São Paulo.

José João Abdalla foi um médico, político e um grande capitalista, detentor de um vasto domínio industrial, bancário e latifundiário, reunindo muitas características que marcavam a burguesia e os donos do poder da época. J.J Abdalla, como era conhecido, adquiriu a Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus e, com ela, toda a sua grande infraestrutura na região, o que compreendia a ferrovia Perus-Pirapora, as pedreiras de calcário, além do Sítio Santa Fé. Abdalla chegava a possuir tantas propriedades que suas terras na região chegavam a quase 60% da área atual do Município de Cajamar (SIQUEIRA, 2009, p. 179). No entanto, Abdalla ficaria historicamente conhecido como “mau patrão”, principalmente, pelas condições de exploração de trabalho intensiva que exigia e pelo mau cuidado com seu maquinário. Até hoje, a família Abdalla detém propriedades e muitos interesses na região noroeste da metrópole, sendo assim, um importante ator no processo de reestruturação imobiliária, mantendo inclusive o terreno da fábrica sob o seu domínio.

No começo em função das várias dificuldades, o pessoal até dizia que as vezes resolvia no campo de futebol, e não era não, resolvia mesmo era no bar mesmo, tanto é que ficaram conhecidos como os “pés de cana”, meu pai era um “pé de cana” ele gostava de beber, e no bares é que surgiam as conversas sobre as dificuldades que se tinham dentro da fábrica, acho que foi aí que começou a organização... Tanto é que quando eles tomaram o sindicato, que até então tava na mão de dirigentes que não eram... Vamos dizer... Classistas, vamos usar essa expressão... O pé de cana era o símbolo, as máquinas que transportavam o calcário de Cajamar pra cá quando iam entrar na fábrica, eles vinham com calcário e iam entrar na fábrica e já

vinham apitando e eles paravam no meio do caminho e cortavam um pé de cana e colocavam na frente assim... Então você via aquelas máquinas e as locomotivas apitando com um monte de pé de cana na frente, fazendo referência ao meu pai e os pé de cana... (Depoimento de Sidinei Cruz)

A primeira greve ocorreria ainda em 1958. Muito se diz sobre a influência que o advogado Mário Carvalho de Jesus haveria tido sobre os operários na região, após começar a trabalhar com os sindicatos locais. Dr. Mário, como era conhecido pelos operários, havia cursado Direito na tradicional Faculdade do Largo São Francisco e, seguindo a doutrina social da Igreja Católica da qual era grande adepto, se uniu ainda moço à Juventude Universitária Católica (JUC), muito conhecida por sua capilaridade na juventude católica da época, inclusive, na classe média e nas elites associadas à igreja. Estes militantes, mesmo após formados no ensino superior seguiam com a luta social e humanitária pautada pela igreja da época através do movimento da Ação Católica que já tinha muitos seguidores nesse período. Após uma breve passagem pela França e com a forte influência das ideias humanistas propagadas por Padre. Lebret, Mario Carvalho de Jesus dedicou-se ao Direito do Trabalho, uma das vertentes do mundo jurídico mais voltadas às demandas sociais da população até os dias de hoje. Em seu retorno ao Brasil, tornou-se advogado de diversos sindicatos no subúrbio industrial da cidade de São Paulo, com destaque para a assistência jurídica ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo de 1950 a 1953. Pouco tempo depois, em 1954, Dr. Mario ingressaria como advogado do Sindicato dos Trabalhadores do Cimento, Cal e Gesso pertencente à CBCPP, em Perus, em razão de um convite feito por amigos (SIQUEIRA, 2009, p. 154).

E foram esses pés de canas que depois se tornaram os queixadas, porque aí com a vinda do João Breno que veio trabalhar como mecânico e como encanador aqui, ele vinha da área metalúrgica, então ele conhecia o Mário e alguns outros dos metalúrgicos, então percebendo o que tava acontecendo aqui ele sugeriu o Mário... Lá pra 56, 57... E aí o Mário vindo pra cá ele ficou assim... As dificuldades, a busca do entendimento que todo mundo tinha vontade, o Mário tinha vindo de uma experiência com o Pe. Lebret da França, trabalharam em uma fábrica lá, e era um idealista da não violência, era um ideal mesmo pra ele ele a questão não violência, e aí ele se entregou de corpo e alma aqui, em ajudar os trabalhadores nas soluções dos conflitos e tal, então os pés de cana se tornaram os queixadas e tal... (Depoimento de Sidinei Cruz)

A Igreja Católica teve um importante papel para a formação e organização de movimentos sociais ao longo do século XIX na cidade de São Paulo, sobretudo, nos seus arredores de subúrbios operários fortemente adeptos à doutrina cristã. Em Perus, foi fundada a Paróquia Santa Rosa de Lima em 1940, que teria forte representatividade nas causas sociais da população que residia no território. Exemplo disso, foi a primeira creche comunitária para atender os filhos de trabalhadores de baixa renda e desempregados que foi organizada pela Paróquia. O Pe. Hamilton José Bianchi também teve grande participação na memória das lutas sociais travadas nesta época no território, garantindo apoio a boa parte das reivindicações e ações dos trabalhadores, tornando-se conhecido pela alcunha de “Padre dos Operários” (SIQUEIRA, 2009, p. 166).

A Teologia da Libertação, ascendente no seio da Igreja Católica após a formulação de doutrina, tornou o catolicismo mais próximo das causas sociais da população oprimida pela relação entre capital e trabalho. Esse processo havia se iniciado ainda com o papado de Leão XIII, sobretudo, após a publicação da *Rerum Novarum*, em 1891. Na América Latina fortemente católica do século XX, esta doutrina haveria de chegar ao seu ápice, organizando trabalhadores em prol de um humanismo cristão, especialmente, após a realização do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín. Essa importância da Igreja Católica para os movimentos sociais latino-americanos e, no caso, brasileiros, seria bastante efetiva e duradoura. A organização de Comunidades Eclesiais de Base (CEB) surtiria efeitos inesperados no sentido da mobilização de grandes massas de operários e trabalhadores cristãos em prol da Justiça Social sob ideais cristãos. Vale ressaltar que essas mesmas CEBs futuramente dariam base política para a constituição de diversos movimentos reivindicatórios nos anos 80 e, posteriormente, teria importante papel na constituição do Partido dos Trabalhadores (SECCO, 2011).

O advogado Mário de Carvalho de Jesus, associado aos ideais políticos Democratas Cristãos deste momento e carregando sua experiência obtida como advogado sindicalista no ABC paulista, realizaria o que era muito conhecido no meio sindical de então por “trabalho miúdo (reflexões junto aos operários sobre os problemas comuns, encaminhamento de reclamações, etc.)” (SIQUEIRA, 2009, p. 183). Em 1957, a administração da Cimento Perus sob a gestão Abdalla tentaria interromper o trabalho que vinha sendo feito pelo sindicato de Perus.

Subitamente, foi determinada a transferência de trabalhadores que possuíam contato com a atividade sindical para outra empresa do Grupo Abdalla no litoral paulista, fazendo com que forçadamente estes operários e suas famílias tivessem de se deslocar do subúrbio da capital para regiões distantes, com ainda menor infraestrutura. Dessa forma, trabalhadores e sindicato, com a assistência do Dr. Mário Carvalho de Jesus, uniram-se em um movimento pela permanência dos trabalhadores no local, utilizando-se da legislação trabalhista que os protegia de situações como esta que estava acontecendo. Este conflito inicial seria determinante para o início da organização do movimento sindical em Perus e a primeira deflagração de greve, que viria no ano seguinte.

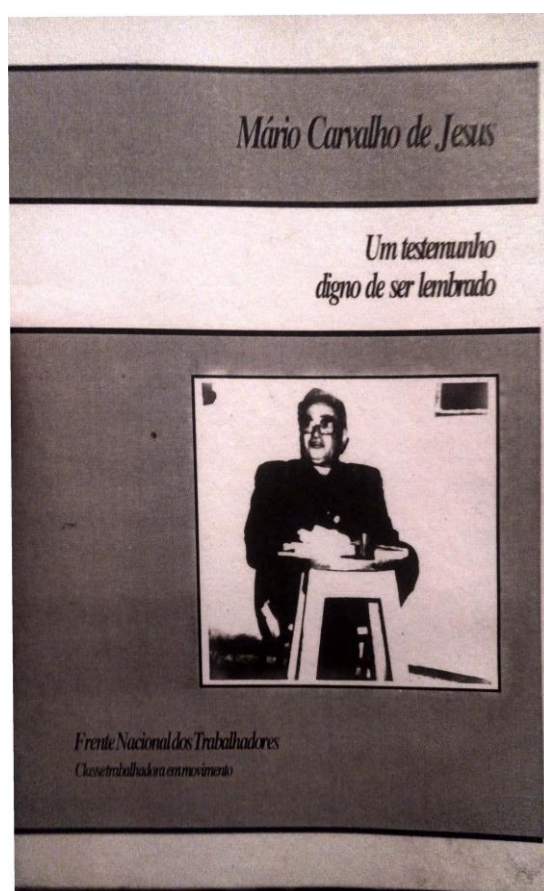


Figura 18. Imagem de exemplar de um pequeno texto da Frente Nacional de Trabalhadores em memória de Mário Carvalho de Jesus. Fonte: Fotografia tirada pelo próprio autor.

Foi também em seu período como advogado do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC que Dr. Mario conheceria o operário João Breno Pinto que, futuramente, viria a ser presidente do sindicato dos Queixadas, trabalhadores do cimento, cal e gesso da CBCPP. João Breno se tornaria uma figura importante para a

memória de Perus e o noroeste paulistano, dada a sua participação nas principais ações políticas do movimento operário da Cimento Perus dos anos 50 até meados dos anos 80. Além disso, João Breno teria uma importante representatividade, ao lado de Dr. Mario, Padre Bianchi e outros, na constituição dos valores do movimento que agitaria o território nessas décadas. Também muito ligado a Igreja Católica, João Breno carregaria consigo e partilharia com os demais operários muitas das ideias associadas à Não Violência, o que levaria ao lema da União e Firmeza Permanente dos Queixadas.

Então, na greve de 58... O Mário era um advogado que gostava do que fazia, era muito ativo, tinha um espírito muito forte, então ele buscava trazer bastante gente pra falar, pra apoiar, pra falar com os trabalhadores, nas assembleias vinham as esposas e os filhos, e um desses advogados era um caçador e ele comparou a união dos trabalhadores aqui com um porco do mato que era muito difícil de caçar, que era o queixada, e aí ele contou que o queixada se pegasse um deles eles se uniam e contra atacavam a onça que tinha agredido, pra dar um sentido de união e de força, por isso do quadro lá embaixo... Foi a partir daí que ficou como um símbolo de união, e União e Firmeza Permanente que é uma referência à não violência é lema dos queixadas, eu levei até pra América Latina... (Depoimento de Sidinei Cruz)

Em 1958, após reivindicação dos operários em campanha salarial, um reajuste foi proposto aos trabalhadores ao passo que se propunha também um reajuste sobre o valor do cimento produzido pelas fábricas do Grupo Abdalla. A justificativa era que, com a necessidade de pagamento de melhores salários aos trabalhadores, fazia-se necessário também o reajuste dos preços dos produtos. Ora, a verdadeira intenção de então que se mostrava era a manutenção das taxas de lucratividade dos industriais do cimento, vez que haveria algumas perdas com a necessidade de melhora na remuneração dos operários. Estes, por sua vez, discordavam da necessidade de reajuste do preço e, ademais, sabiam dos impactos prováveis que isto teria sobre a própria venda do produto da Cimento Perus. Se houvesse reajuste no preço da mercadoria, seria necessário um reajuste ainda maior no salário dos trabalhadores, reivindicavam os cimenteiros de Perus e Cajamar. Após o caso ter sido levado à Delegacia Regional do Trabalho, não houve acordo. Após isso, foi deflagrada a primeira paralisação da CBCPP no mesmo ano (SIQUEIRA, 2009, p. 184).

A greve que se iniciava já causava grandes impactos não só no cotidiano do território de Perus – onde a grande maioria dos moradores que também

trabalhavam na região encontravam-se em atividades relacionadas à produção de cimento e cal – mas também no da cidade de São Paulo. De acordo com Siqueira:

Na capital paulista subitamente desabastecida do principal insumo da construção civil por conta da greve dos queixadas, as encomendas de cimento estavam sendo atendidas com atraso de sete a quinze dias. Vários canteiros de obras ou estavam paralisados ou, com a chegada de cimento, se viam forçados a promover uma aceleração febril nos trabalhos para que as edificações pudessem ser entregues dentro dos prazos contratuais. Nesse quadro, enquanto as companhias produtoras de cimento estavam próximas de atingir o declarado objetivo de igualar o preço do produto importado ao do nacional, as empresas de construção reivindicaram do Governo o tabelamento de preços, sugerindo como alternativas o estabelecimento de taxa especial de câmbio para que as construtoras pudessem importar ou que o próprio Executivo Federal adquirisse no exterior o cimento indispensável à continuidade das obras públicas, forçando assim uma baixa de tarifas. (SIQUEIRA, 2009, p. 188-189)

Após a tentativa de um acordo frustrado com J.J Abdalla, os trabalhadores da CBCPP e demais atividades relativas à fábrica ameaçariam o “mau patrão” a atender os direitos e reivindicações dos trabalhadores, senão “considerariam rescindidos seus contratos e pleiteariam indenização prevista na CLT, junto com a expropriação da Companhia” (SIQUEIRA, 2009, p. 201). Diante da pressão dos sindicalistas a administração da fábrica recuaria e, no mesmo dia, seria firmado um acordo salarial que atendia parcialmente o interesse dos trabalhadores e colocava o conflito em suspenso. É interessante notar como já na primeira greve da CBCPP já existiam interesses que seriam mantidos futuramente em demais greves e manifestações dos trabalhadores, como é o caso da expropriação da fábrica que até hoje, mesmo abandonada, continua até sob o domínio da família Abdalla.

Os conflitos não acabariam por aí. Em 1959, o movimento dos Queixadas viria denunciar a prática realizada não somente pela Cimento Perus, mas como por muitas fábricas e empresas da época, que demitiam trabalhadores próximo a atingirem tempo de trabalho que lhes garantia a estabilidade no emprego, ainda prevista pela legislação trabalhista. Com 09 anos de dedicação à CBCPP e prestes a completar os 10 anos necessários, muitos operários estavam sendo demitidos, ou demitidos e recontratados por outras empresas do grupo. Essa

última prática dificultava a associação dos trabalhadores com a categoria de cimenteiros e, conseqüentemente, com o sindicato desta, com a clara intenção de enfraquecê-lo. As demissões continuaram e em agosto de 1959, 80 trabalhadores foram demitidos sem justa causa às vésperas de completarem a carência necessária para a estabilidade. Diante da negativa de J.J Abdalla em pagar as devidas indenizações a estes trabalhadores que estavam sendo exigidas pelo coletivo dos trabalhadores e sindicato, o próprio patrão haveria desafiado os Queixadas a mais uma vez entrarem em greve, o que de fato acabou acontecendo. A administração da fábrica, contudo, cedeu à pressão.

A partir deste momento já eram muito relevantes as conquistas que os Queixadas estavam logrando em sua luta trabalhista na região noroeste da cidade, inclusive, para o movimento sindical de todo o país. Vale notar que pouco tempo após as conquistas de 1959, o sindicato conseguiu a primeira regulamentação do salário-família que, até então, estava garantido na Constituição de 1946, porém, não regulamentado em lei. Neste e em muitos outros êxitos dos trabalhadores, haveria grande destaque para as mulheres que tiveram grande participação na campanha, pois, isto lhes garantiria mais autonomia no âmbito familiar. Outras importantes conquistas em matéria de direitos do trabalhador ainda haveriam de vir, como foi o caso da inclusão de um Fundo da Casa Própria em acordo salarial homologado em 1960 (SIQUEIRA, 2009, p. 229).



Figura 19. Piquete de mulheres Queixadas em Cajamar em 1962. Fonte: Acervo Nelson Camargo (2020).



Após todos esses conflitos que haviam se iniciado em 1958, a CBCPP e o movimento operário dos Queixadas encontrariam crises ainda mais profundas no meio trabalhista, o que desencadearia a greve de 1962, altamente relevante para a memória operária e da região como um todo. Tratar-se da greve operária de mais longa duração que se tem registro na história do movimento sindical nacional, compreendendo um período ininterrupto de sete anos e quatro meses de duração.

De acordo com Siqueira, a importância desta greve é tamanha que:

A extensão e a riqueza da documentação relativa à —pareda operária iniciada em 14 de maio de 1962 na Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus, bem como a própria singularidade do movimento, demandam uma discussão preliminar acerca de critérios para construção do relato. Dentre outros motivos, por conta dos termos da decisão da Justiça do Trabalho que, em 1969, reintegrou parte dos grevistas a seus postos na condição de participantes de uma greve legal cujo início foi determinado no dia 14 de maio de 1962. Temos, assim, um caso provavelmente único no mundo: sete anos e quatro meses de paralisação trabalhista! Esta deliberação significou a derrota da posição defendida pela empresa, para quem a paralisação findara em 21 de agosto de 1962, data da operação —fura-greve. (SIQUEIRA, 2009, p. 233)

O historiador propõe uma divisão desse extenso período de greve em momentos que sobressaíram dimensões econômicas, sindicais, políticas, etc. Todavia, a afirmação central de Siqueira consiste que desde o primeiro momento a demanda principal que se apresentava no conflito dos trabalhadores Queixadas e a direção da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus era a maneira como vinha sendo conduzida, de maneira geral, a própria gestão da fábrica (SIQUEIRA, 2009). Esta questão perpassaria todos os 7 anos da greve e já havia sido anunciada, como dito anteriormente, ainda na primeira paralisação de 1958. Outra característica interessante deste longo período de greve deflagrado pelos Queixadas na Cimento Perus foi, no âmbito jurídico, a elevação de causas trabalhistas até então consideradas individuais na seara da Justiça do Trabalho para causas coletivas, compreendendo a totalidade de empregados vinculados à seus empregadores.

Durante ainda este período de greve, os Queixadas – que incluíam todos aqueles sujeitos ligados à luta sindical da CBCPP, mas também o conjunto de trabalhadores da fábrica – manejaram com muita destreza a luta política que travavam com os patrões, tornando esta luta presente no cotidiano da vida dos trabalhadores, moradores e suas famílias em Perus. Do mesmo modo, souberam muito bem dar destaque aos equívocos da gestão industrial da fábrica e inúteis iniciativas que era tomadas pela administração do Grupo Abdalla, administrador da CBCPP.



Figura 21. Manifestação de trabalhadores da CBCPP de Perus e Cajamar, mais conhecidos por “Queixadas”, no centro de São Paulo contra a gestão de J.J Abdalla. Fonte: Acervo Nelson Camargo (2020).



Figura 22. Protesto de trabalhadores cimenteiros da Cimento Perus no centro de São Paulo contra a gestão de J.J Abdalla. Fonte: Acervo Nelson Camargo (2020).

Na década de 1970, a Cimento Perus começava aos poucos a entrar em uma crise de produção da qual não se recuperaria jamais. Imersa em uma grande quantidade de dívidas com o Poder Público, o governo ditatorial iria realizar o confisco da fábrica – e com ela, toda a sua infraestrutura férrea, de propriedades voltadas a mineração ao Sítio Santa Fé – entre os anos 1973 e 1974. O desgaste do maquinário dos anos anteriores impediria qualquer resgate da produção durante a intervenção federal. Em 1979, após reivindicação dos Queixadas, o Sítio Santa Fé seria transferido à Prefeitura Municipal de São Paulo que o tornaria parcialmente em Parque Municipal, sendo até hoje o maior parque verde em extensão de sua área da cidade, e parcialmente no Aterro Sanitário Bandeirantes, que se tornaria alvo de posteriores conflitos com a população moradora do território (SIQUEIRA, 2001, p. 80).

Em 1980, a fábrica voltaria, então, a leilão, sendo novamente e, curiosamente, retomada pelo Grupo Abdalla. Antes mesmo da recondução ao grupo, ocorreram diversas demissões com o intuito de atender os interesses dos velhos e agora novos administradores da fábrica. A resistência do sindicato dos Queixadas continuaria até à desativação final de todo o complexo produtor de

cimento e contra tentativas de despejos das vilas operárias ocorridas em Cajamar. De certa maneira, a luta pela transferência da CBCPP para autogestão operária seguiu nos fins dos anos 70 e durante os anos 80, porém, já com outros contornos e interesses que não aqueles do grupo democrata cristão que havia se instalado no sindicato e no ideal dos trabalhadores do território.

Por exemplo, teve uma vez, a gente sempre se envolveu muito com movimentos de bairro, sociais, se você procurar na CUT você vai achar uma tese nossa que a gente defende uma interação maior entre os sindicatos e os movimentos populares... Porque os sindicatos não muito tempo depois da fundação da CUT virou uma droga, tudo o que eles faziam era pra categoria, e não havia espaço pra outros movimentos, e a gente buscava lembrar que os trabalhadores também estavam no movimento, até pra pedir pra asfaltar uma rua, são movimentos populares, então o sindicato tem que se envolver, com os movimentos populares (...) Moradia, principalmente, era uma luta constante... Direitos Humanos porque havia muita repressão ainda... E havia todos os movimentos que as comunidades católicas de base faziam também... Haviam vários movimentos que a gente ajudava com orientação jurídica ou participando diretamente, mas os maiores movimentos mesmo eram os movimentos de Moradia. (Depoimento de Sidnei Cruz)

Em razão dos reiterados endividamentos, além de problemas de gestão e da poluição geral da região que causava descontentamentos à população, a União levou a leilão as antigas propriedades da Companhia Brasileira Cimento Perus Portland nos anos 1980. O próprio Grupo Abdalla foi o vencedor desse leilão e retomou suas antigas propriedades. A fábrica passou novamente por sucessivas crises e tornava a sua produção cada vez menor. A Estrada de Ferro Perus Pirapora e as pedreiras foram desativadas em 1983. Em 1987, a Companhia Brasileira Cimento Perus Portland é desativada definitivamente.

De acordo ainda com Siqueira:

A crise de identidade filosófico-programática da liderança operária de Perus, daí decorrente, remete a tudo que houve de mais grandioso no movimento de 1962-1963, cujo ponto fundamental foi a contradição entre a moderação das proposições democrata-cristãs e o tom radical que as mesmas assumiram – de fato - ao longo da mobilização operária, questão vislumbrada em teoria aproximadamente na mesma época da greve de Perus por Edward Palmer Thompson em seu estudo sobre a formação da classe trabalhadora inglesa. (SIQUEIRA, 2009, p. 369)

Esse “eu dividido” que Siqueira observa em sua tese de doutorado a partir da experiência dos trabalhadores Queixadas do subúrbio operário de Perus entre o radicalismo de suas propostas e a moderação dos democratas cristãos, que dialogavam com boa parte dos valores da população, remete mais uma vez a pesquisa de José de Souza Martins, como já vimos anteriormente. As fábulas de operários no subúrbio, como a aparição do demônio em uma fábrica em São Caetano do Sul, ocorrência essa que o sociólogo também investiga em sua obra, subvertem a lógica do moderno por meio do imaginário da população trabalhadora. No caso, ganha vida o irreal presente no inconsciente do operariado diante da realidade cotidiana de opressão em sua relação de trabalho (MARTINS, 2008).



Figura 23. Imagem de quadro no Sindicato dos Queixadas, alusivo a luta da classe trabalhadora. Fonte: Fotografia tirada pelo próprio autor.

A reivindicação de uma autogestão operária da Cimento Perus, pouco provável para a realidade dos demais movimentos trabalhistas mesmo daquela época, talvez fosse um prenúncio inconsciente da impossibilidade da continuação da produtividade da fábrica, ao menos nos moldes técnicos que possuía e com o estado de conservação de seus equipamentos, como expõe Siqueira (2009). Os Queixadas, de certa maneira, já previam e repudiavam a perda em massa de seus empregos com a continuação deste *modus operandi*. Sendo assim, anteciparam-se à gestão da fábrica para que corrigissem os erros

produtivos e assim pudessem manter a atividade produtiva, seus empregos e suas vidas.

Daí surgiu essa ideia... Vamos fazer um levantamento do patrimônio (do sindicato), e aí a surpresa deles quando veio a etiquetinha pra colocar tava escrito “Queixadas”... Aí eu chamei o Mário pra vir pra cá pra trabalhar novamente... Nós ficamos juntos quase 20 anos... Ficou comigo até o final... A gente brigava bastante também, mas era assim... Pra você ter uma ideia do tipo de briga, um dos dilemas dele foi que o ideal de não violência, dos queixadas mesmo, inspirados em Gandhi se perdeu, foi se perdendo ao longo do tempo, e ele tava entendendo que era falta de formação né, que não houve continuidade, então isso para ele era um dilema... Ele sabia que alguma coisa tava errado e não sabia... Ele tentou... Essa antiga universidade daqui dos jesuítas para dar formação constante não só para os dirigentes daqui, mas para todos os dirigentes do Estado... Ele tentou... (Depoimento de Sidnei Cruz)

O relato narrado por Sidnei da tentativa de resgate da memória operária das greves e grandes manifestações dos Queixadas realizadas a partir dos fins dos anos 50, é marcante para determinar como a memória social deste movimento operário retorna como instrumento de formação e continuidade dos valores da classe trabalhadora que se organizou no território. Sidnei vê com os anos a perda dos símbolos que movimentavam o movimento operário do noroeste paulista e se prontifica, junto a outros movimentos posteriormente que se uniriam a luta pelo direito da memória deste território, a exercer o seu resgate, a trabalhar em prol da memória.

3.3 “União e Firmeza Permanente”: Perus, um território em movimento entre a luta e o luto

Dia 18 de fevereiro, Centro Cultural da Juventude na Vila Cachoeirinha, equipamento cultural de referência da cidade e da sua zona norte. Sábado chuvoso, os membros da Comunidade Quilombaque traziam os atabaques e equipamentos para realização do evento esquivando-se da água. Era um dia de rememoração, de luto. José Soró havia falecido no ano anterior e esse era um dos primeiros eventos que novamente reunia esses coletivos e movimentos de Perus, na ocasião, para celebrar a existência desse sujeito que tanto colaborou para o acúmulo de conhecimento e para a organização e ação de coletivos de cultura e de movimento sociais de periferia e marcar a sua memória. Familiares

e amigos de Soró presentes, começa a mesa. Lá está Regina, Fofão e outros integrantes de movimentos sociais de toda região noroeste paulistana. Ainda não conhecia parte deles, então, tive a oportunidade de conhecer mais atores dos movimentos. Muita comoção no rosto de todos que acompanhavam a fala da companheira de Soró e de seus amigos que a seguiriam. Muitas lembranças, desde a chegada de Soró no território de Perus a suas histórias com a Comunidade Quilombaque, as iniciativas e projetos coletivos, a brigas, as discussões e, por fim, os resultados das ações que há muito tempo movimentavam a periferia noroeste e outras da cidade. Encerrando o ato, um jongo criado pela Quilombaque para relembrar o movimento dos Queixadas e o seu lema de “firmeza permanente”. Parecia que tudo aquilo, de certa maneira, se encaixava naquele momento.

Após as primeiras aproximações no ano de 2019 com integrantes de movimentos sociais em Perus, sujeitos políticos articulados em torno da questão da memória do território, me deparei com uma situação inusitada, o falecimento não apenas de um integrante, mas de um sujeito central neste processo de ebulição de Perus e do noroeste paulistano, José Soró. Não tive a oportunidade de conhecer Soró, sua morte se daria no mesmo momento em que estava me aproximando dos primeiros interlocutores da pesquisa e dos atores relacionados aos movimentos sociais de Perus e do noroeste paulistano nesta dissertação.

Este falecimento, sem dúvidas, impactaria ainda o movimento e a tristeza seria muita, mas a resiliência também. Foi a partir deste momento que pude observar a aplicação prática e cotidiana do lema Queixada de “União e Firmeza Permanente” advindo da doutrina da “Não Violência” tratada na seção anterior. Em fevereiro de 2020, participei de um evento promovido pela Comunidade Cultural Quilombaque e realizado no Centro Cultural da Juventude (CCJ) na zona norte da cidade. Tratava-se de um evento para divulgar e mobilizar ainda mais as ações hoje desenvolvidas no campo da cultura no território, mas que diante do falecimento há pouco tempo de Soró, não havia como o encontro também não se transformar em uma celebração de sua memória. Após muitas lágrimas, tudo foi encerrado com festa e jongo repleto de letras de muita força e resistência



Figura 24. Imagem do ato “Ferve Território” realizado no Centro Cultural da Juventude (CCJ) na Vila Nova Cachoeirinha. Fonte: CCJ.

Soró foi um dos principais personagens que catalisariam essa constituição do noroeste paulistano de Perus enquanto um território de cultura, por exemplo, que valoriza o seu patrimônio cultural e explora as possíveis relações e potências a partir dele no campo da cultura e da educação. Soró ministrava cursos de Direitos Humanos nas periferias e colaborava na mobilização de muitas organizações e agrupamentos no campo da cultura do território. Ele inspirou a criação e o desenvolvimento de muitos coletivos e organizações em Perus. A Comunidade Cultural Quilombaque foi uma das principais dela, onde atuava permanentemente. Para além do Quilombaque, Soró ainda idealizou as atuais Casa do Hip Hop e a Ocupação Artística Canhoba, tamanha era sua preocupação em relação dimensão da cultura nas periferias e de sua presença necessária.

Como muitos migrantes que vieram para formar esta cidade, Soró chegou em São Paulo na década de 1970, acompanhado de sua família, após a morte do pai. Mais uma vez, o luto se faz presente na mobilização da vida, causando a vinda de Soró para São Paulo. Na capital, Soró foram ajudados por familiares que já haviam migrado para a cidade. Recebeu a solidariedade familiar e típica dos subúrbios operários da época, repleto também de famílias migrantes recém-instaladas, como vimos ao longo deste trabalho. Mas ainda assim, Soró passou muitas dificuldades financeiras com a família. As Comunidades Eclesiais de

Base), as pastorais, além de movimentos culturais que participava e sua militância partidária, foram alguns dos caminhos adotados para buscar uma vida melhor para si e à comunidade. Já estava lá, assim, sua “Sevirologia”.

Durante a sua trajetória profissional, Soró desistiu de empregos porque tentava unir as suas atividades sociais, culturais e políticas ao trabalho. Nesse sentido, Soró acabou passando por múltiplas experiências, por exemplo, no trabalho na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, uma pauta também importantíssima para o educador. Por alguns anos foi Conselheiro Tutelar, além de ter trabalhado com a população em situação de rua na cidade. Atualmente, trabalhava como educador, consultor em desenvolvimento humano e mediador de conflitos.

Soró, poderia dizer-se, era uma pessoa extraordinária, formado pela *ethos* de seu trabalho, da sua militância, das relações que estabeleceu, ou seja, todas as dimensões indissociáveis de sua vida. Tal como a formação ética a do trabalho dos sapateiros, da qual trata Hobsbawn (2016), Soró foi fundado na luta coletiva por acesso a direitos, fosse do jeito e pelos meios que estivessem disponíveis. Sua “Sevirologia”, assim, também se configura como estratégia de acesso a direitos, potencializando as capacidades já existentes nos territórios e na população periférica, mesmo diante das adversidades. De certo modo, as vivências de Soró que o formaram enquanto ser, sujeito político de referência das periferias paulistanas e que também influenciaram a formação de Perus.

A memória hoje de Soró reverbera em diversas quebradas da cidade, principalmente, a partir dos coletivos de cultura que aprenderam diretamente ou não com Soró estratégias de luta política e sobrevivência a partir de sua “Sevirologia”. Dificilmente participa-se de uma reunião de um movimento cultural das periferias sem ouvir este nome, ou então, sem a presença de pessoas que tenham ao menos conhecido a figura de José Soró. Sejam nos jongs e cânticos da Comunidade Cultural Quilombaque, sejam nas referências dos discursos desses sujeitos políticos, Soró ainda está presente nas periferias da cidade de São Paulo.

O evento do qual observei e participei com movimentos do noroeste paulistano de Perus em memória de Soró foi significativo para estender o olhar sobre a memória social do território para além das referências da luta operária

dos Queixadas de Perus, ou então, das valas da ditadura que se tornaram um símbolo no território no sentido da luta pelos direitos humanos. A memória do território de Perus e do noroeste paulistano, como foi se demonstrando ao longo da pesquisa, também está nos seus lutos, nas pessoas extraordinárias como José Soró, mas também Tião Queixada, símbolo da resistência da memória operária e que falecerá poucos meses após Soró. Seu Tião era um dos trabalhadores ainda da época das grandes greves Queixadas em Perus e que lutava pela preservação dessa memória.

Isto não se reflete apenas nos dois exemplos acima, mas com o tempo fui me dando conta que mesmo personagens de outras gerações ainda são mantidos vivos nas memórias destes sujeitos políticos de Perus e seus ensinamentos compartilhados, ainda são reproduzidos. É o caso de João Breno, em que certa vez foi rememorado por Regina Bortoto em uma das reuniões dos movimentos de Perus, pelo seu traço humano que era imprimido no discurso. Dessa forma, por meio de uma comunicação não violenta, tinha uma grande capacidade de convencimento. Mário Carvalho de Jesus também é outra referência muito lembrada, como vimos até mesmo nos depoimentos de Sidnei, na seção anterior.

É dessa maneira que o entendimento da memória dos lutos como luta e fator de mobilização política dos sujeitos aqui abordados do noroeste paulistano de Perus. De certo modo, a “União e Firmeza Permanente” se traduzia no cotidiano do movimento, impactado pela perda de referências e figuras centrais para a sua formação, mas incitado a se agrupar para fortalecer e a se reinventar para que se dê continuidade, inclusive, às lutas daqueles que se foram. Trata-se de um achado da pesquisa, mas também um fator de transformação do olhar do pesquisador, instigado a explorar novas dimensões que se podem se apresentar em pesquisas, inclusive, futuras.

3.4 A “Sevirologia” e o desenvolvimento territorial a partir da memória social e do patrimônio cultural

As pesquisas que se voltaram para o território têm se expandido no sentido de acrescentar uma compreensão sobre a realidade mais próxima dos contextos vividos, de um espaço dinâmico de vivência das pessoas. Essas investigações têm servido as mais diversas políticas sociais, com intuitos de se aprimorarem

as práticas de gestão pública. Trata-se de ultrapassar as barreiras quantitativas no sentido de uma visão de análise que aproxima chão e gestão (ARREGUI et al, 2018). A dimensão tão somente de indicadores sobre a questão social sem se deter sobre os componentes históricos que determinam a evolução de um território limitam as compreensões de sobre a realidade social ali presente e, conseqüentemente, sobre a política pública a qual se destinam.

Sendo assim, reservei esta seção da dissertação para tratar das experiências efervescentes no campo da cultura em Perus, mas principalmente, relativas à memória do território e à mobilização atualmente de seu patrimônio cultural, visando o desenvolvimento local. Tratam-se de ações e experiência que estão sendo desenvolvidas na região noroeste centradas hoje, principalmente, na construção de um museu territorial e que vêm mobilizando o território em diversas ressignificações que não têm razão apenas simbólica, mas também material, no sentido de que as atividades culturais e sociais relacionadas à memória e o patrimônio tem também gerado oportunidades aos coletivos de cultura e à população em diversos segmentos.

São ações e valores advindos da “Sevirologia”, conceito formulado por José Soró, personagem que destacamos na seção anterior ao descrever a mobilização de sujeitos políticos do noroeste paulistano de Perus em torno de sua morte. A Sevirologia funda-se na reinvenção do ser a partir da escassez do recurso, do “não saber, mas fazer ainda assim mesmo”. São noções que advém da viração, muito conhecida sobre as dinâmicas precárias da cidade, mas que foi utilizada e ainda é reproduzida por movimentos sociais de periferia como potência, como um caminho possível.

Vera Telles, ao traçar o percurso de uma diarista que trabalha cotidianamente com o trabalho doméstico informal e incontinuo e que adquire como complementação o trabalho de venda de DVDs e CDs piratas por meio de suas redes de relações, descreve bem esta sevirologia característica das periferias da cidade (TELLES, 2010, p. 169). Em razão da emergência de suas necessidades, acaba por envolver-se no transporte de drogas ilícitas entre diferentes regiões da cidade. Essa prática que se inscreve nas fronteiras do informal, e até mesmo do ilícito, não são incomuns nas cenas cotidianas das periferias de São Paulo. Trata-se de um claro exemplo no qual as fronteiras do

legal e ilegal permeiam uma variada rede de atores, inseridos em um plano informal, ilegal, ilícito, mas que se relacionam diretamente também com a circulação de mercadorias na cidade

Meu primeiro contato com a Comunidade Cultural Quilombaque se daria ainda no ano de 2019. Fui convidado por uma amiga e colega de trabalho para participar deste evento que também visava mobiliza a comunidade de trabalhadores e trabalhadoras da Política de Assistência Social nos distritos de Perus e Anhanguera. Como a Comunidade Quilombaque carrega a luta negra e antirracista em seus propósitos, foi sugerida a realização do evento em sua sede que, até então, não conhecia, embora já ouvisse muito sobre “o Quilombaque” e suas atividades, shows, entre outros, que agitavam e ainda agitam a vida cultural e de lazer da população que mora na região noroeste.



Figura 25. Roda do evento promovido pela Comunidade Cultural Quilombaque em celebração do Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. Fonte: Fotografia tirada pelo próprio autor.

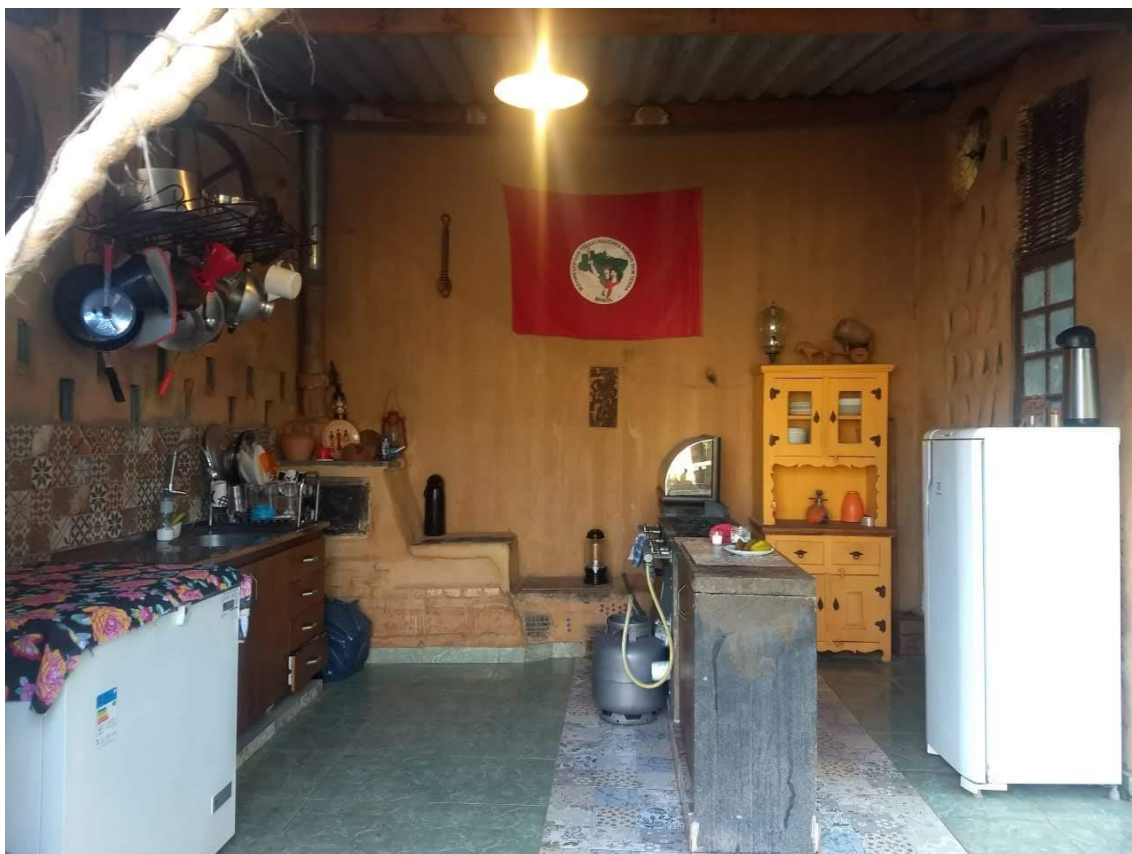


Figura 26. Imagem de um dos espaços do galpão da Comunidade Cultural Quilombaque. Fonte: Fotografia tirada pelo próprio autor.

Nesta oportunidade, conheci Cleiton Ferreira, o Fofão, uma das lideranças da Comunidade Cultural Quilombaque junto ao seu irmão, Dede, e outros sujeitos e sujeitas que desde os princípios dos anos 2000 vêm criando novas formas e linguagens de produção cultural, mas também de luta política. Foi nesta mesma ocasião também que comecei a tomar conhecimento das inúmeras iniciativas do Quilombaque em conjunto com outros sujeitos e sujeitas do território para a preservação e mobilização de seu patrimônio cultural, em prol inclusive do desenvolvimento da região noroeste, visando a criação de empregos e movimentação da economia local a partir de uma perspectiva de economia solidária e sustentabilidade.

Uma importante referência desta investigação e que é fruto da luta e resistência dos sujeitos políticos do noroeste paulistano de Perus, é o traçado urbanístico do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá-Perus, conhecido pela sigla TICP Jaraguá-Perus, instrumento do planejamento urbano da cidade, presente em seu Plano Diretor e fruto direto das experiências das experiências de lutas de sujeitos políticos e periféricos que tem ação no e sobre

o território. O TICP é hoje elemento central para as lutas e conflitos urbanos e das memórias aqui trazidas. Nesse momento, inclusive, ressurge o debate urbano com a revisão do Plano Diretor da cidade e os diversos interesses e concepções de cidade

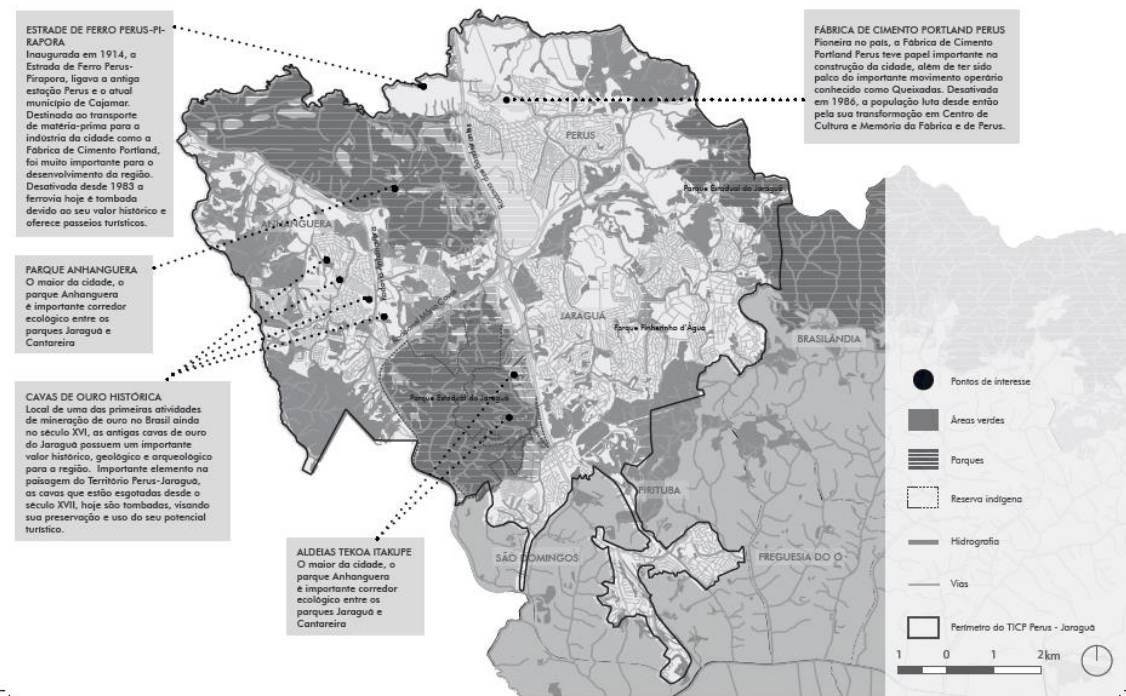


Figura 27. Folder da disciplina TICP, ministrada pelo Prof. Euler Sandeville Júnior. Fonte: Biosphera21 (2020)

A criação dos Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP), que se deu na aprovação do Plano Diretor da Cidade, em 2014, possibilitou que os sujeitos políticos que se articulavam em torno dos movimentos sociais do noroeste paulistano de Perus começassem a desenhar a ideia de um museu territorial, interligando as referências culturais e da memória social da região. Nascia assim o Museu Territorial de Interesse da Cultura e da Paisagem Tekoa Jopo'Í, batizado em homenagem aos guaranis presentes até hoje na região noroeste de São Paulo.

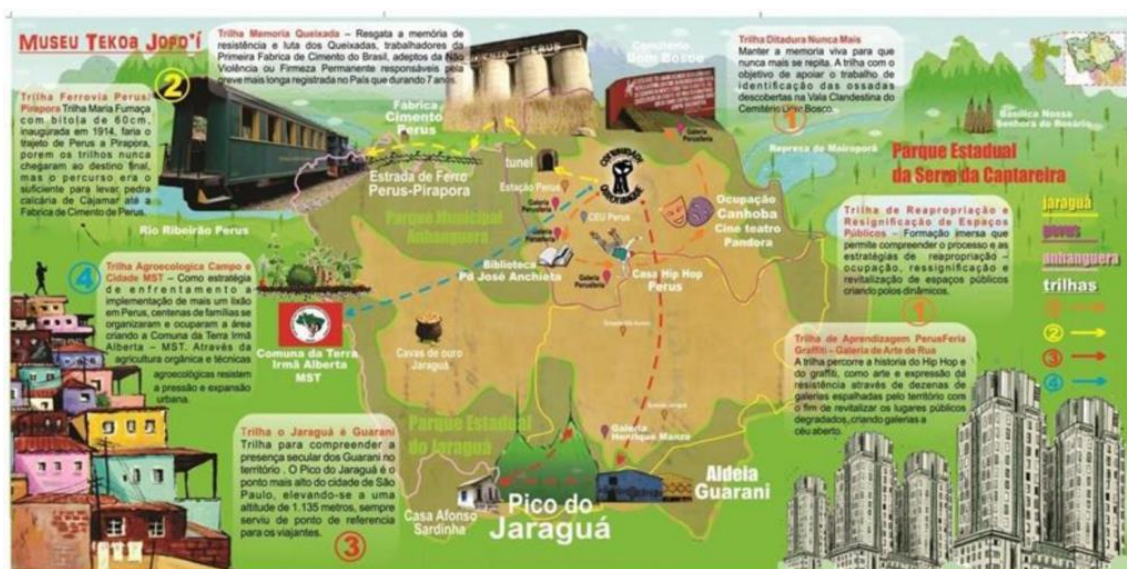


Figura 28. Mapa elaborado pelos movimentos sociais de Perus com alguma das referências do Museu Tekoa Jopo'i. Fonte: Comunidade Cultural Quilombaque (2020)

Recentemente, a Comunidade Cultural Quilombaque travou mais uma luta na sua trajetória de resistência coletiva, a qual Cleiton Fofão denomina de “sevirologia”. Em suas palavras, sevirologia é a tradução do seguinte lema: “se tem a gente faz, se não tem a gente faz do mesmo jeito”. Dessa vez, a luta, em plena pandemia, se deu em torno do terreno em que se encontra instalada a sede da Comunidade Cultural Quilombaque, o local de realização das atividades socioeducativas e culturais deste coletivo. Foram ameaçados de despejo, caso não conseguissem adquirir o terreno ocupado. Por meio da mobilização em várias frentes de levantamento de recursos, finalmente, o coletivo obteve mais esta importante e crucial conquista, garantindo a compra do imóvel em nome da Comunidade Cultural Quilombaque. A “Sevirologia” coletiva se fez presente mais uma vez.

Neste sentido, a Comunidade Cultural Quilombaque se coloca como uma força em mobilização constante, a partir de sua inserção no território, em torno de programas, projetos, serviços, frentes de lutas, configurando campos de disputa, de construção pelo “comum”. É neste espaço de vivências e experiências, que a Comunidade Cultural Quilombaque e Queixadas se encontram, pois fazem parte da mesma memória coletiva e partem do “território comum” de Perus. Trata-se aqui da constituição em movimento do “patrimônio-território” ou do “território-patrimônio”.

O patrimônio cultural é o resultado de um complexo processo de desenvolvimento patrimonial específico de cada país, que o reconhece como um bem coletivo. Seu valor, há muito considerado apenas do seu ângulo cultural, é cada vez mais considerado pelos atores do desenvolvimento humano como um recurso econômico a ser mobilizado para promovê-lo. Consequentemente, o seu financiamento concorre com outros projetos de desenvolvimento, nomeadamente no que se refere ao papel da cooperação internacional. O patrimônio pode ser deficiente em um conjunto de bens, materiais ou intangíveis, não se vendo as características de um, permite emitir um elo entre gerações, passadas e futuras. Portanto, vem de uma herança, produto de uma história mais ou menos antiga, de um território ou de um grupo social.

Nas suas várias formas, o patrimônio tem necessariamente uma dimensão coletiva e a sua conservação é do interesse geral. Há muito a ser considerado apenas sob a ótica do seu valor cultural, o patrimônio atualmente se apresenta como um recurso que deve ser valorizado com vistas ao desenvolvimento econômico e social do território que o possui (VERNIÈRES, 2015). Essa nova abordagem do patrimônio é obra tanto de líderes políticos quanto de doadores internacionais. A valorização do patrimônio é, portanto, agora um dos setores da cooperação para o desenvolvimento.

Mas, para ser qualificado como patrimônio, um conjunto de bens, materiais ou imateriais, deve ser reconhecido como tal pela comunidade considerada que lhe atribui um valor ligado à sua história e que deseja transmiti-lo. Uma das suas características é, portanto, permitir o estabelecimento de um vínculo entre gerações passadas e futuras. O patrimônio está necessariamente ligado a um patrimônio a transmitir, decorrente da história mais ou menos antiga do território ou grupo considerado. Portanto, o patrimônio tem necessariamente uma dimensão coletiva.

O patrimônio parece ser composto de quatro conjuntos de elementos que são a base de seu valor. Esses elementos são econômicos, sociais, culturais e ambientais. De proporções variáveis consoante à natureza do patrimônio, a presença simultânea destes quatro elementos é constitutiva da sua existência, o que implica que abaixo de um determinado limiar, a definir caso a caso para cada um deles, este patrimônio pode degradar-se ou desaparecer. Mas sua

identificação pode variar com a escala do território considerado. Com efeito, os efeitos externos e os fenômenos de complementaridade entre os seus vários elementos não são necessariamente os mesmos consoante o nível territorial ou social considerado.

No entanto, o início de tal processo de desenvolvimento do patrimônio pode ocorrer de duas maneiras. Por um lado, pode advir de iniciativas fora do território onde se encontra o patrimônio, sejam iniciativas de organizações estrangeiras, internacionais ou não governamentais, ou de administrações nacionais e ONG. Mas também pode ser resultado da ação de grupos ou comunidades locais (VERNIÈRES, 2015). A natureza e as modalidades concretas deste processo são muito diversas. Dependem das características do território em consideração e, em primeiro lugar, das lógicas comportamentais dos atores desse desenvolvimento patrimonial, que se referem a modelos, imaginários e referentes que variam muito de um caso para outro. Esse fato gera conflitos que precisam ser resolvidos, tarefa primordial do poder público, cujo papel é, portanto, essencial nesse processo.

Além disso, perante esta diversidade de atores patrimoniais, ela não pode ser separada dos modelos específicos de desenvolvimento local a que se referem. Essa valorização supõe também seu reconhecimento local como patrimônio, sua apropriação pelas populações em estreita relação com as realidades de desenvolvimento territorial.

Sendo o patrimônio uma construção social, seu lugar nos projetos de desenvolvimento depende dos objetivos de desenvolvimento que a sociedade em questão se propõe. Depende também de outros tipos de recursos disponíveis em seu território. Este lugar também varia dependendo se você está em nível nacional ou local. Assim, os decisores nacionais podem considerar que a destruição de propriedades anteriormente reconhecidas como patrimônio se justifica pelo interesse económico nacional de criação de barragem ou exploração de vasta área de mineração. Por outro lado, os atores locais perdem seu ambiente de vida e os recursos, por exemplo ligados ao turismo, que dele retiram. Trata-se de uma fonte frequente de conflitos que se resolvem de acordo com o equilíbrio político e social do poder mediante arbitragem dos poderes

públicos, os quais têm, portanto, um papel fundamental a desempenhar na determinação do valor que atribuem ao patrimônio.

Para identificar o valor do recurso que é patrimônio para esta vertente do desenvolvimento humano, é necessário identificar o seu impacto na evolução da população, no seu nível de educação e formação e no seu estado de saúde (VERNIÈRES, 2015). Para Vèrnières, a dinâmica demográfica de um território é um elemento chave na análise do seu desenvolvimento. Quando sua população diminui em relação ao incremento populacional do país como um todo, é sinal de seu fraco dinamismo econômico e social, principalmente porque essa população ali residente é mais idosa. A presença de um patrimônio significativo pode atrair novos residentes e novas atividades e, portanto, contribuir para um desenvolvimento demográfico mais favorável. Dessa forma, para Vèrnières, mesmo que a medição desse efeito de atração seja delicada, ela deve ser introduzida na análise.

Ainda segundo este autor, quanto mais se investe na educação da população local, mais se cumpre uma das condições essenciais para o desenvolvimento territorial. O patrimônio, nesta perspectiva, se valorizado nas práticas pedagógicas locais (atividades extracurriculares em torno deste patrimônio, conferências e eventos culturais) é um fator positivo de enriquecimento cultural e reforça o efeito de atração referido anteriormente. As condições de saúde das populações, por sua vez, é um fator frequentemente citado de produtividade e bem-estar. É certo que avaliar o estado de saúde da população também se coloca como um desafio público pela imprecisão e complexidade dessa noção. Mas, por outro lado, o patrimônio socioambiental pode contribuir para este estado de saúde pela importância relativa da dimensão ambiental que lhe é própria: baixa poluição, pela existência de áreas naturais ou espaços verdes, à calma do lugar, associada à proteção do patrimônio.

Para esta dimensão do desenvolvimento humano, a contribuição do patrimônio depende da sua influência nos rendimentos distribuídos, na sua distribuição mais ou menos igualitária, nas condições de habitação e na qualidade do meio ambiente (VERNIÈRES, 2015). O nível de rendimento de um território depende da sua capacidade de reter rendimentos das produções que

produz, mas também daquelas riquezas produzidas fora dele, e que consegue atrair.

CONCLUSÃO

Caminhamos até aqui nesse trabalho com “união e firmeza permanente”, como diriam os Queixadas de Perus, enfrentando desafios que se apresentariam de modo inesperado, mas que, ainda assim, alcançamos novas reflexões, perguntas e outros resultados de relevância social e pessoal. A pesquisa teve início ainda no ano de 2019, ano em que nem mesmo imaginávamos a crise sanitária que iríamos nos deparar no ano de 2020. De lá para cá, foram muitas transformações, sejam da ordem do próprio planejamento da pesquisa, sejam da ordem do próprio cotidiano de nossas vidas, impactado globalmente como em poucos momentos da história. De toda forma, o que resta é a mudança do olhar, que já não mais será o mesmo depois de percorrida essa trajetória, com contornos que foram sendo definidos por ela.

Esta mudança de olhar é tão essencial ao processo de formação e pesquisa, principalmente quando pensamos em sede de mestrado – a primeira experiência de investigação acadêmica *de facto* de muitos estudantes – que optei por reservar especialmente um capítulo deste trabalho, o primeiro, somente para descrever parte desse processo. Não é trivial a transformação pela qual passamos nesse momento, não podemos desconsiderar as profundas mudanças na forma da escrita, da leitura e da análise de um estudo, por exemplo. A própria discussão e reflexão teórica se aprimora, ganhamos mais ferramentas e argumentos, tomamos conhecimentos de novas referências e, assim, amadurecemos nossas perspectivas de construção do conhecimento.

No primeiro capítulo, inicialmente, escolhi narrar parte desse processo do deslocamento do sujeito pesquisador deste trabalho para um lugar de sujeito pesquisador-participante, reconhecendo o valor da construção da partilha do conhecimento produzido pela universidade e aquele produzido por outros espaços possíveis fora dela, como em territórios periféricos, muitas vezes objetos de pesquisa dessas primeiras. Além disso, procuramos demonstrar como o sujeito pesquisador é afetado pela própria investigação, em que sofre e é impactado pelo seu desenvolvimento. Foi nesse movimento que foi se constituindo os próprios elementos que nos deram a linha de base para esse trabalho.

Embora tenha origem em uma formação árida e dogmática, como ainda tem se caracterizado o Direito brasileiro – muito apegado ao discurso do neoconstitucionalismo e da efetividade das normas constitucionais e nas responsabilidades fundamentais e sociais Estado – fui percebendo, seja com a experiência do trabalho social que venho realizando há alguns anos, seja com a própria experiência de pesquisa, que a questão é muito mais complexa. Em primeiro lugar, reconhecendo a formação desse mesmo Estado, que na maior parte de sua história esteve a serviço de uma só classe, a burguesa, alimentando-se ainda do autoritarismo e da violência para impor seus interesses à classe trabalhadora (IASI, 2019).

Sendo assim, os direitos conquistados por essa mesma classe trabalhadora – mesmo aqueles que se encontram positivados na legislação – jamais se trataram de outorgas, ou, benesses do Estado, mas foram lutas socialmente travadas por movimentos sociais, muitas delas através de longos períodos da história, para que pudessem alguns deles serem reconhecidos nos textos de nosso arcabouço legal e nos entendimentos dos tribunais e outras instâncias de poder. É desta maneira que podemos reconhecer os direitos enquanto produtos históricos da luta emancipatória da classe trabalhadora em meio as amarras e dominações sociais, em sua legítima manifestação de liberdade (LYRA FILHO, 1982).

Entretanto, mesmo essas conquistas históricas estão sujeitas em sua efetividade a aplicação prática cotidiana. Esses mesmos direitos precisam ser traduzidos em suas diversas expressões e diante das necessidades da realidade vivida pela população. Direitos difusos e coletivos dependem da sua realização concreta que também depende da própria luta diária de seus titulares. É nesta dialética, da luta social ampla pela efetivação de direitos fundamentais, mas também cotidiana pelo acesso à serviços e bens sociais básicos da classe trabalhadora, que podemos compreender a relação colocada entre o direito e as relações sociais, tal como estão organizadas historicamente.

Essa compreensão não seria possível se não tivesse sido estabelecido um bom diálogo interdisciplinar nesse estudo, seja na estruturação e discussão realizada no conteúdo do trabalho, seja na própria trajetória de formação do autor, tendo cruzado em seu caminho por diferentes campos e disciplinas da

área das ciências humanas e sociais. Como vimos, o conhecimento acadêmico e científico historicamente foi construído, sobretudo, a partir do positivismo, através de campos de investigação e produção de saberes especializados, divididos em seus diferentes temas e áreas de pesquisa (PEREIRA, 2014). Trata-se de uma perspectiva que aprofundou a análise sob uma lente específica, o que também traz contribuições para o entendimento dos problemas colocados, mas também limita o raio da visão sobre o assunto.

Mais especificamente, o Serviço Social teve grande participação nesse deslocamento do olhar, agregando conhecimentos desde a formação das relações sociais na sociedade brasileira, ao desenvolvimento de políticas sociais nos moldes como conhecemos atualmente. A forte formação marxista que dá base à boa parte da produção do conhecimento no campo do Serviço Social brasileiro foi fundamental para compreendermos essas mesmas relações sociais dentro de seu contexto histórico e das relações de produção que são estabelecidas e que moldam em grande medida a vida em sociedade. O materialismo histórico de Marx e Engels ainda é uma lente essencial para a análise das relações sociais como são estabelecidas pelo capitalismo contemporâneo.

Além disso, a constituição do Serviço Social enquanto área do conhecimento e profissão interventiva da realidade, visando transformá-la, foi um importante fator que contribuiu para o entendimento da cada vez mais necessária articulação entre o conhecimento teórico e sua articulação com a prática, sobretudo, visando a sua função social. O Serviço Social, até mesmo pela sua formação histórica, inserindo-se na divisão social do trabalho no processo de reprodução das relações sociais, tem forte relação com a dimensão interventiva e prática do conhecimento que é produzido pelo mesmo, embora isto não seja uma regra, e seja possível encontrar também sólidos trabalhos teóricos na área.

Todavia, este mesmo conhecimento e as intervenções criadoras do Serviço Social, combinada com a trajetória própria que percorreu o Serviço Social brasileiro, não é sem propósito e tem compromisso claro com parte da população, mais especificamente, com as lutas históricas da classe trabalhadora. É nesse sentido que deve ser compreendido os propósitos do Serviço Social ao se colocar, por um lado, como profissão interventiva da

realidade, justamente, uma realidade de luta de classes, ao passo que também se configura como área de produção de conhecimento que visa contribuir também para esta intervenção e para essa realidade.

Foi também através dessa interdisciplinaridade e do acúmulo e da contribuição principalmente do Serviço Social com a qual estabelecemos inferências e interlocuções neste trabalho tendo, inclusive, contribuído para a definição da metodologia adotada. A pesquisa participante, a pesquisa-ação e a pesquisa militante, todas elas muito próximas no que se diz aos seus fundamentos e mantêm grande semelhanças, são importante referências metodológicas para o Serviço Social, possibilitando a aliança entre ação e teoria, entre conhecimento e intervenção (BAPTISTA, 2006). Deve ser ressaltada, ainda, a posição privilegiada do Serviço Social em seus diversos espaços de intervenção, principalmente, no seio das políticas sociais, para o desenvolvimento da pesquisa qualificada.

Todavia, um dos fatores mais fundamentais para a escolha metodológica pela pesquisa participante que foi feita neste trabalho adveio da própria investigação, no seu decorrer, após o encontro entre pesquisador e sujeito de pesquisa. Por meio da relação com sujeitos políticos e movimentos sociais do noroeste paulistano de Perus que tive a oportunidade de experienciar nesta pesquisa, percebi aos poucos que a pesquisa acadêmica tem um importante papel a cumprir junto aos movimentos populares, na produção e partilha do conhecimento entre ambos. Mas não somente isso, a pesquisa acadêmica e seus espaços de construção, como a universidade, vêm sendo cada vez mais demandados para que cumpram com esta função, de partilha do conhecimento socialmente produzido.

Em Perus e na região noroeste de São Paulo, já pode-se dizer que há uma frequência razoável de pesquisadores que realizam ou já realizaram estudos e investigações sobre o território, alguns deles, inclusive, que serviram de referência para compor esse trabalho com as significativas discussões, revelações e inferências que acrescentaram. Toda a memória operária muito singular deste território acaba por atrair pesquisas históricas, além disso, as experiências mais recentemente que vêm sendo desenvolvidas por movimentos sociais, dentre eles, coletivos de cultura, e os seus impactos e resultados no

campo do patrimônio e do urbanismo, também tem atraído investigadores do Urbanismo, da Geografia, dentro outras áreas do campo dos estudos das cidades e territórios, para ter Perus e o noroeste paulistano como chão de seu trabalho.

Contudo, foi se desenhando ao longo da pesquisa a noção de que não é suficiente a produção de conhecimento externo, que será direcionado para fora desses mesmos espaços que partilham do seu conhecimento e suas características. Isso ficou marcado em minha relação com os movimentos sociais de Perus que aparecem nesta pesquisa. Houve sempre uma ênfase sobre necessidade da participação e da partilha do conhecimento com os sujeitos do território. Talvez, boa parte da abertura que tive se deu em razão pela minha vivência anterior no território como trabalhador da Política de Assistência Social. A verdade é que a experiência histórica da relação entre universidade e periferia, tal como se deu no Brasil, fez com que a última cada vez menos estivesse disposta a ser objeto das investigações acadêmicas, salvo se demonstrado o seu real valor para aquele mesmo território.

Com isso, a pesquisa acadêmica que desenvolvemos neste estudo teve como exigência dos próprios sujeitos interlocutores da pesquisa a participação deste pesquisador no interior dos movimentos populares com o qual dialogava. A questão que se coloca é que isto – esta nova exigência que se coloca – não é uma exclusividade do noroeste paulistano, nem mesmo dos sujeitos políticos com o qual trabalhamos, ou de qualquer outra condição específica desse estudo. Fato é que diferentes movimentos periféricos, cada vez mais, têm compreendido a necessidade de partilha do conhecimento acadêmico desta forma. A própria presença de *sujeitos periféricos* nas universidades, como estudantes e professores, tem colocado em xeque a função social do conhecimento que habitualmente tem sido produzido nesses espaços.

No capítulo II, procurei demonstrar um panorama mais geral sobre o território trabalhado nesse estudo tal como é descrito nos tempos atuais, em suas representações a partir de dados, indicadores e cartografias oficiais, sobretudo, dos distritos de Perus e Anhanguera no noroeste paulistano. Muitas dessas informações dizem a respeito do quadro socioeconômico precário em

que se encontra a região noroeste da cidade de São Paulo, assemelhando-se dos demais território periféricos da metrópole.

Dessa maneira, descrevemos no ponto 2.1 aspectos do território como o seu elevado índice de internações de mulheres vítimas de violência, ou então, sua baixa colocação no que se diz a renda média familiar se comparamos com os demais distritos da cidade. A falta de serviços como, por exemplo, creches para o acolhimento de crianças de 0 a 6 anos incompletos na região é crônica e marca o noroeste de São Paulo como uma das regiões mais desassistidas nesse sentido, se considerarmos o tempo de espera na fila por uma vaga em creche. A ampliação da oferta de vagas em creche é conhecida por possibilitar mais facilmente o trabalho principalmente de mulheres que são delegadas ao trabalho do cuidado dos filhos, fornecendo proteção adequando a seus filhos em horário de trabalho, ao passo que eleva a renda média dessas mesmas mulheres e de seus núcleos familiares.

As estatísticas, porém, podem ser muitas vezes ilusórias. Embora tenham como propósito a maior aproximação com a realidade através do poder estatístico e suas aproximações matemáticas, não podemos deixar de reconhecer que se tratam de números insuficientes para a compreensão da totalidade de situações e relações sociais possíveis de serem observadas em um território em determinado tempo (BESSON, 1995). São fotografia de uma determinada realidade que, ainda assim, não conseguem apreender o todo em suas lentes. São insuficientes, porém, não deixam de ter a sua relevância para a compreensão da realidade, afinal, as periferias também são constituídas por históricas desproteções, condições em que a população moradora desse território foi relegada a viver, à revelia do acesso de bens e serviços essenciais para a sua própria reprodução.

A partir desse quadro que podemos compreender também mais a frente, por exemplo, as dinâmicas de “viração”, muito bem apreendida pela “Sevirologia” de José Soró e que traduziu de maneira exemplar essa necessária reinvenção constante do ser periférico, muitas vezes, para a sua própria sobrevivência e desenvolvimento. É o que também descrevem Daniel Hirata (2010) e Vera Telles e Cabanes (2006) ao observarem diferentes trajetórias de famílias e sujeitos moradores da periferia, as dinâmicas do mundo do legal e do ilegal, do lícito e

do ilícito, as fronteiras porosas de diversas redes de comércios e serviços, algumas delas com conexões globais, como algumas das poucas das opções possíveis de sobrevivência da classe trabalhadora que vive em territórios periféricos, como é o caso do noroeste paulistano.

A ausência da oferta de serviços e bens sociais de interesse coletivo são características que marcam o noroeste paulistano e outros territórios periféricos da cidade de modo similar e não podem ser desconsideradas, embora esses mesmos territórios não possam ser identificados somente por esta ótica. A formação de Perus, assim como de todo o noroeste de São Paulo e de outras periferias da metrópole é marcada por esta desproteção. São espaços que em boa medida foram formados a partir da extensão da malha fabril e ferroviária que, quase em sincronia, se ramificaria para as margens da cidade, em um tempo que a cidade de São Paulo passava por fortes transformações, passando de uma vila com fortes características rurais para uma metrópole industrial que se constituiria mais tarde.

Como vimos ao longo do capítulo II desta dissertação, temos poucas informações sobre o período da ocupação indígena do território de Perus e seu entorno, no que se diz ao momento anterior a chegada dos invasores portugueses e bandeirantes que dizimariam e provocariam deslocamentos da população que retornaria a ocupar a localidade do Jaraguá, séculos mais tarde. Entretanto, é inegável a sua presença e relevância histórica na região, inclusive, pelos seus saberes compartilhados e até hoje relevantes para a preservação ambiental dos poucos espaços verdes da cidade, ainda existentes no seu noroeste. A próprias cavas e minas de ouro que foram descobertas pelos povos indígenas e depois tomadas por agentes estrangeiros.

Essa mesma presença de minérios no território, descoberto pelos povos originários dele, seria um forte traço peculiar que marcaria também o noroeste paulistano, não só pela presença de ouro, que se confirmaria posteriormente em baixa quantidade, mas também pelo calcário. Perus e o seu entorno seguiriam o padrão dos arredores da então vila de São Paulo do Piratininga, que basicamente consistiam em fazendas e pequenas propriedades rurais caipiras que abasteciam a então incipiente vila e seu centro, mas também serviam de postos de parada para viajantes tropeiros, principalmente, daqueles que

seguiram para o interior do estado de São Paulo. Porém, a presença de recursos naturais como o minério, para além da formação de uma região rural propriamente dita, tornaria Perus e seu entorno do noroeste paulistano um território minerário.

Essa característica do noroeste da cidade de São Paulo enquanto território minerário seria determinante para a instalação de fábricas na região que trabalhavam justamente na transformação desses recursos minerais. Foi o caso da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus, patrimônio dos trabalhadores presente no território até os dias de hoje, embora abandonado e apropriado por agentes privados, e que possui enorme relevância para a memória do território, do seu desenvolvimento e das lutas operárias e sociais que a partir dela foram sendo travadas ao longo do século XX.

Com o instalar de fábricas na região, principalmente, do ramo do cal e cimento a partir da exploração do calcário, Perus e seu entorno se viu transformar em um subúrbio operário, como também se constituíam outras regiões da margem da cidade, a exemplo da região do ABC paulista. Tratam-se de territórios particularmente marcados pela sua modernidade justaposta de tempos e culturas diferentes, como é o caso ainda da manutenção de características marcadamente rurais em um espaço urbano industrial (MARTINS, 2008). O subúrbio de Perus e do noroeste paulistano foi sendo definido por este meio termo, entre o mundo rural com suas tradições católicas e liturgias e o urbano em seu tempo rápido, entre a vida agitada das máquinas da fábrica de cimento e o lento e pacato movimento da vida rural, que lembravam as esperas pela chegada de tropeiros de tempos anteriores.

São heranças de um subúrbio operário que ainda persistem em alguma das periferias da cidade, embora essas tenham se reconfigurado consideravelmente ainda nos 80, com um aprofundamento na mudança das dinâmicas sociais de forma ainda mais profunda na década de 90. É nesse mesmo período que o subúrbio de Perus deixa aos poucos de ser reconhecido por seus próprios moradores como “subúrbio” para passar a ser chamado habitualmente de “periferia”. Como foi apresentado ao longo da seção 2.3 deste trabalho, a periferia teria tido primeiramente a predominância de um discurso e narrativa a partir das universidades (D’ANDREA, 2013), sobretudo, de pesquisa e estudos

urbanos que se debruçavam sobre a questão da moradia e da desigualdade socioeconômica que acompanhava o crescimento da cidade de São Paulo ao longo do período em que passou por forte industrialização.

Como apresentamos naquele momento da dissertação, alguns desses estudos urbanos se dedicaram a compreender as contradições sociais provocadas pela expansão do capital industrial na cidade de São Paulo, compreendendo a espoliação da classe trabalhadora relegada à encontrar meios de sobrevivência e reprodução, no caso da moradia, como a autoconstrução para poder viver neste mundo urbano caracterizado pelo emprego fabril em regiões desprovidas de estruturas e serviços básicos para habitação digna da população, submetida a uma condição de subcidadania (KOWARICK, 2009). Nessa perspectiva, a mesma ausência de bens e serviços de interesse coletivo seriam fatores para contradições urbanas que mobilizariam a população desses mesmos territórios a reivindicarem seus direitos de acesso a essas mesmas condições básicas.

Esses movimentos durante os anos 80, período de redemocratização do Estado brasileiro, após décadas de um regime ditatorial militar que se apropriou desse, criariam experiências políticas a partir da organização associativa e da luta contra a opressão e a desassistência do Estado e novos personagens políticos, como as associações comunitárias e de bairro que dariam um novo tom do conflito político na cidade de São Paulo nesses mesmos territórios nessa época (SADER, 1988). Esses mesmos movimentos passariam aos poucos a identificar também esses territórios marginalizados da cidade como periferia, porém, não trariam exatamente o deslocamento do sentido que se imprimia a palavra, até então, caracterizada somente pelo discurso da carência, tal como vinha sendo observada pelos estudos urbanos.

No entanto, como vimos ainda na seção 2.3 deste trabalho, é a produção cultural periférica, principalmente, a partir do discurso e narrativa do *rap* nos anos 90, que acarretaria um novo olhar dos próprios moradores desses territórios reconhecerem este como periferia. Passamos assim à predominância periférica sobre o discurso entorno da própria periferia (D'ANDREA, 2013). Os coletivos artísticos e culturais que se capilarizariam nas periferias da cidade com muita velocidade nos anos 90 em diante teriam também forte papel nesse processo.

Igualmente, é neste momento que podemos observar em Perus o surgimento de coletivos culturais, como é o caso da Comunidade Cultural Quilombaque nos anos 2000 e outros agrupamentos culturais do território que têm importante participação na mobilização política atual desse.

É a partir de algumas cenas capturadas desde a histórica estação ferroviária de Perus, da qual também destacamos a sua importância para a expansão industrial na região em momentos anteriores, que tentamos inicialmente apreender a dimensão das vivências da população do território de Perus, mas também do seu entorno do noroeste paulistano. Foi através dessas cenas que podemos apreender algumas das rugosidades e dos contornos e definições atuais que tomam as relações e dinâmicas sociais na periferia. Desde a organização do comércio popular clandestino, transitando na tênue fronteira entre o legal e o ilegal, sempre sob a vigilância das forças da lei e da ordem, às atividades culturais de fim de semana na Praça do Samba, são formas de vida do cotidiano periférico que de maneira experimental tentamos descrever os complexos processos que estão envolvidos nessa mesma escala.

Procuramos prosseguir com a dimensão do cotidiano ao analisar as expressões das lutas por direitos de moradores, sujeitos políticos e movimentos sociais de Perus e do noroeste paulistano. Mais uma vez, a escala do cotidiano foi fundamental para a compreensão de significados que foram se formando no interior da experiência cotidiana desses mesmos movimentos, embora também envoltos de doutrinas, como é o caso da “Não Violência”, na qual nos debruçamos na seção 3.2 deste trabalho. Nesta parte, nos aprofundamos na memória operária e na dimensão cotidiana da resistência dos Queixadas dos fins dos anos 50 aos anos 80, assim como, dos Queixadas de segunda geração que resistem na sede do Sindicato até os dias de hoje, dias de um complexo cenário para a existência da atividade sindical.

Ao continuarmos com a experiência de construção do conhecimento com os movimentos sociais de Perus, aqui sujeitos interlocutores dessa pesquisa, tratamos também da “União e Firmeza Permanente” expressa no cotidiano desse movimento, após o falecimento de figuras centrais para a sua luta e para a memória do território como um todo. Perus e o noroeste paulistano são marcados em suas rugosidades pelo luto provocado pelos anos de regime

ditatorial militar, no qual o Cemitério Dom Bosco e suas valas clandestinas serviram como local de ocultamento de corpos de vítimas da Operação Bandeirantes. São lugares difíceis e de relevância ímpar para a memória da periferia, da cidade e do país como um todo, para a educação em direitos humanos a partir do exemplo dos que sofreram com a tragédia de um governo autoritário e violento, que deixaria cicatrizes profundas na sociedade brasileira.

Mas é com pouco tempo após a minha aproximação com outros atores que também seriam interlocutores dessa pesquisa, que acabou se decorrendo o falecimento de um sujeito central para a formação desses mesmos movimentos, José Soró, educador e ativista cultural das periferias que teria papel central na organização de coletivos de cultura e sua vinculação política no território. Poucos meses depois, faleceria Tião Queixada, referência também importantíssima para o movimento, da primeira geração de Queixadas e até então muito atuante pela manutenção viva da memória operária do território e de suas lutas sociais. Ao invés do esmorecimento da luta política dos movimentos de Perus e do noroeste paulistano, embora não possa ser desconsiderado o luto e a tristeza pela perda de pessoas tão marcantes para o território e para sua mobilização política, o cotidiano dos personagens aqui trazidos demonstra o revigoramento e a retomada da luta a partir do luto.

José Soró e Tião Queixada, sujeitos extraordinários como diria Hobsbawn (2016) e que se tornaram folhas mortas a adubarem o chão para o florescimento de novos sujeitos, novas lutas. São difundidos como símbolos das periferias paulistanas e sua memória é carregada em diversas atividades políticas e culturais que realizam, por exemplo, coletivos de cultura como é o caso da Comunidade Cultural Quilombaque. Tratam-se de ações que mobilizam o território e fazem ferver sua cultura e memória.

Dessa forma, esses novos personagens, junto aos velhos personagens, que hoje fazem efervescer o território em iniciativas em diversas frentes, seja no campo político, mas também cultural, educacional, patrimonial, em diversas dimensões. A partir, por exemplo, do patrimônio cultural desses territórios esses movimentos tem se reapropriado da memória do lugar depositada em suas rugosidades, desvelando-a e ressignificando-a como instrumento de potência,

inclusive, para o desenvolvimento territorial em suas diversas facetas socioeconômicas.

Como vimos anteriormente, o patrimônio cultural pode ser um importantíssimo recurso para promover o desenvolvimento diante das múltiplas possibilidades que oferece àqueles que o exploram, além de proporcionar benefícios imediatos à população do território em que fora criada. Todavia, o patrimônio cultural depende de algumas para que seja possível possa ser trabalhado e explorado em suas potencialidades, começando a partir do reconhecimento da população, seja do próprio território, seja externamente, para que de fato se concretizem oportunidades de desenvolvimento socioeconômico.

Fato é que o patrimônio cultural das quebradas e periferias das cidades brasileiras, em particular aqui neste trabalho, as da cidade de São Paulo, ainda é pouco visível, embora esteja sendo cada vez mais publicizado, discutido e mobilizado, tal como apresentamos ao longo deste trabalho pelas experiências descritas e que são realizadas por coletivos de cultura do noroeste paulistano de Perus, mas também por outros territórios periféricos da cidade. Trata-se de um trabalho duplo, de denúncia da invisibilidade histórica das vivências relevantes para a população periférica que tiveram espaço nesse lugar, ao mesmo tempo do resgate e do trabalho a partir dessa mesma memória e de suas potências.

A periferia foi colocada em posição marginal da memória da cidade, como se fossem incapazes de participar da memória geral da cidade, inclusive, por uma suposta irrelevância dos acontecimentos que ali se passam. Ao contrário disso, o que a própria investigação foi nos demonstrando é que os diferentes territórios da cidade, inclusive, suas periferias, têm muito a dizer sobre sua formação e sobre os processos sociais que nela decorrem. Ainda mais em uma cidade como São Paulo e em um tempo em que as dinâmicas sociais são várias e formadas em complexas redes, onde centro e periferia possuem fronteiras porosas entre si, partilhando de muitos processos sociais, embora de maneiras diferentes.

Vivemos um tempo de crise da memória e da experiência. Informações novas nos chegam a todo momento por intermédio das tecnologias – aperfeiçoadas pela sua capacidade de fluidez e circulação ao redor do globo –

forçando-nos a assimilar esse enorme banco de dados global à nossa volta. O novo em pouco tempo se torna velho e mais uma vez nos vemos obrigados a nos lançar ao mar de informações inéditas, insólitas, na busca de acompanhar a velocidade vertiginosa dos eventos que a atual globalização nos impõe. Nela, o lembrar já não é uma prática que se encaixa tão facilmente no cotidiano dos povos, vez que não se adequa aos interesses do capital, que acompanha esse processo. Trata-se de uma racionalidade que não comporta o contemplativo, o não-produtivo, assim como, o próprio passado.

O que dizer nesse tempo, então, das implicações da relação da memória com o território em nosso entorno? Um efeito de desenraizamento da população provocado pelos sucessivos movimentos e interesses do capital. Possuímos cada vez menos familiaridade com nosso entorno e com os eventos que ocorreram nele. O que de fato vemos, são movimentos provocadas pela vontade do capital nacional e internacional, à revelia da memória dos territórios em que incidem os seus vetores, desconsiderando o patrimônio cultural do lugar.

Nesse movimento, jamais esteve intacta a dimensão da memória dos territórios de vida das pessoas. Como nos lembra David Harvey: “O processo de acumulação origina a tendência da penetração das relações capitalistas em todos os aspectos da produção e da troca, em todo mundo” (HARVEY, 2005, p.63). Os fluxos e fixos dos territórios são fungíveis para o capital, de acordo com as necessidades que provoca. Para ampliar suas redes de comunicação e transporte, cidades inteiras foram arrasadas no seu patrimônio edificado e natural e, conseqüentemente, de parte de sua memória.

Mas as transformações não estão somente na ordem da destruição da memória. Hoje, intensificam-se os fluxos globais do capital para a continuidade de seu processo de acumulação do valor sobre o valor. As conseqüências disso, como ressalta Milton Santos, são: “Perversidade, porque as formas concretas dominantes de realização da globalidade são o vício, a violência, o empobrecimento material, cultural e moral, possibilitado pelo discurso e pela prática da competitividade em todos os níveis” (SANTOS, 1994, p. 27). Vemos erodir a dimensão da preocupação com a memória coletiva de um povo, rarefeita diante dos intensos fluxos globais que pouco interesse nela têm.

Trata-se de um processo que não atinge de maneira igual todos os territórios. Cada um, à sua maneira, incorpora mais ou menos a tendência que as técnicas de nosso tempo, tal como são empregadas, nos colocam. Cabe-nos perguntar, então, como isso nos afeta em nossos territórios de vivência, nos territórios em que estabelecemos nossos laços cotidianos. A cidade de São Paulo em seu centro e periferia, como todos os lugares, também fazem parte desse processo. Aliás, trata-se de uma cidade acostumada ao processo destrutivo-produtivo do capital. É possível passar por diversas localidades da cidade sem ter a noção do que se passou naquele lugar para que viesse ser o que é.

A “Não Violência”, “União e Firmeza Permanente” e a “Sevirologia”, rugosidades do território que marcam os significados acumulados e atribuídos entorno de sua memória, mas que também se traduzem na própria resistência e reinvenção cotidiano de sujeitos periféricos, são experiências que apontam para a “força do lugar”, como diria Milton Santos (SANTOS, 2006). São potências que tem raízes nas características próprias de formação dos territórios e de suas populações, em seus eventos no tempo e no espaço. São possibilidade surgidas diante da desigual relação de forças que agem sobre determinado território. No caso do noroeste paulistano de Perus, as forças decorrentes dos movimentos sociais que hoje, principalmente, se unem em torno da reapropriação patrimonial da fábrica de cimento CBCPP e pelo fortalecimento da figura do recém criado Território de Interesse da Cultural e da Paisagem, o TICP, são expressões de dinâmicas contra hegemônicas possíveis.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Geografia)**, Porto, Portugal, v. XIV, p. 77-97, 2001.

ALENCAR, Vagner de. Conheça Perus, um lugar repleto de história e que ainda precisa ser desbravado. **32xSP**, 2016. Disponível em <<https://32xsp.org.br/2016/11/21/conheca-perus-um-lugar-repleto-de-historia-e-que-ainda-precisa-ser-desbravado/>>.

ARREGUI, Carola Carbajal et al. Dinâmicas socioterritoriais e práticas profissionais: entre chãos e gestão. **Revista de Políticas Públicas (UFMA)**, v. 22, p. 1407-1429, 2018.

BAPTISTA, Myrian Veras. **A investigação em Serviço Social**. São Paulo: Veras editora, 2006.

BESSON, Jean-Louis (org.). **A Ilusão das estatísticas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas, n. 19, Jan/Fev./Mar/Abr. 2002

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: T.A. Queiroz Editora, 1979.

_____. Memória da cidade: lembranças paulistanas. **Estud. av.**, São Paulo, v. 17, n. 47, p. 198-211, abril. 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. **Pesquisa participante: a partilha do saber. Aparecida: Ideias e Letras**, p. 21-54, 2006.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2013.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. In: **Cuadernos de Antropología Social** No 27. Buenos Aires: FFyL – UBA. pp. 19–52, 2008.

DAS, Veena. **Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário**. São Paulo: Editora Unifesp, 2020. Edição do Kindle.

DINIZ, Rodrigo Aparecido. **Territórios, sociabilidades e territorialidades: o tecer dos fios na realidade dos sujeitos dos distritos de Perus e Anhanguera da cidade de São Paulo**. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2012.

FALS-BORDA, Orlando. **Una sociología sentipensante para América Latina**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores CLACSO, 2009.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. **Irmãos – uma história do PCC**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FREHSE, Fraya. Através da fotografia de rua, uma antropologia da rua - no Album Comparativo da Cidade de São Paulo, 1862-1887, de Militão de Azevedo. **Cadernos de Antropologia e Imagem (UERJ)**, Rio de Janeiro, v. 14, n.14, p. 35-62, 2002.

_____. Em busca do tempo nas ruas e praças de São Paulo. **Ponto.Urbe (USP)**, v. 18, p. 1-16, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GABARRÓN, Luis R.; LANDA, Libertad Hernández. **Investigación participativa**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1994.

GABRIEL, Thiago. Os Guarani contra o fim do mundo. **Revista Vai dá Pé**, 2020. Disponível em <<http://vaidape.com.br/2020/03/os-guarani-contra-o-fim-do-mundo/>>

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida**. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2010.

HOBBSBAWM, Eric. **Pessoas Extraordinárias: Rebelião, Resistência e Jazz**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

IASI, Mauro Luis. Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). **Serviço Social & Sociedade**, n. 136, p. 417-438, 2019.

IANNI, OCTAVIO. **Enigmas da Modernidade-Mundo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

KOGA, Dirce Harue Ueno. **Medidas de Cidades: Entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Serviço Social em Revista**, v. 16, n. 1, p. 30-42, 2013.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. **A Espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. Prefácio: A produção do espaço. **Estud. av.**, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 123-132, 2013.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LYRA FILHO, Roberto. **Para um Direito sem Dogmas**. Porto Alegre: Sergio Fabris Editor, 1980.

_____. **O que é Direito?**. São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 1982.

MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. 2ª ed. São Paulo: Veras Editora, 2012.

MARTINS, José de Souza. **A aparição do demônio na fábrica: Origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário**. 1 ed. São Paulo: Editora 34, 2008.

MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

NOSSA SÃO PAULO, Rede. **Mapa da desigualdade**. São Paulo, 2019.

PELLEGRINI, Andrea Lucia Torres Amorim. **Trabalho, moradia, saúde e cultura: entrelaçando relações: uma experiência em pesquisa-ação a partir do PSF Recanto dos Humildes, Perus**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, 2011.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. A intersectorialidade na agenda das políticas sociais. In: *MONNERAT, G. L.; ALMEIDA, N. L. T.; SOUZA, R. G. (Org.). A intersectorialidade na agenda das políticas sociais*. Campinas, SP: Papel Social. 2014.

PIRES, Valdemir Aparecido et al. Campo de públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 3, p. 110-126, 2014.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. 4. ed. Lisboa: 2005.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, p. 25-65, 2018.

RAIMUNDO, Silvia Lopes. **Território, cultura e política: movimento cultural das periferias, resistência e cidade desejada**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2017.

RIBEIRO, Julio Cesar. **Análise de Dados Qualitativos: Estratégias Metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais**. São Paulo: EDUSP, 2004.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANDEVILLE JR., Euler. PAISAGEM. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, v. 20, p. 47-60, 2005.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **O Retorno do Território**. SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: Globalização e fragmentação**. São Paulo: Heutec, 1994.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SECCO, Lincoln. **História do PT, 1978-2010**. Cotia: Ateliê editorial, 2011.

SIQUEIRA, Elcio. **Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus: contribuição para uma história da indústria pioneira do ramo no Brasil (1926-1987)**. 2001. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, 2001.

SIQUEIRA, Elcio. **Melhores que o patrão: a luta pela cogestão operária na Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (1958-1963)**. 2009. Tese

(Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2009.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. **Direito como liberdade: o Direito achado na rua: experiências populares emancipatórias de criação do Direito**. 2008. Tese (Doutoramento em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. 1. Ed. Belo Horizonte: Argvmentvn, 2010.

TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert. (Org). **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estud. av.**, São Paulo , v. 21, n. 61, p. 173 91, Dez. 2007.

THIOLLENT, Michell. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez Editora, 1986.

VELLARDI, Ana Cristina Valcarcel. **Uma narrativa histórica e geográfica de paisagem da porção noroeste da metrópole de São Paulo: uma contribuição à educação**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

VERNIÈRES, Michel. Le patrimoine: une ressource pour le développement. **Techniques Financières et Développement**, n. 1, p. 7-20, 2015.

YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na História: América Latina, África e Europa**. 2019.